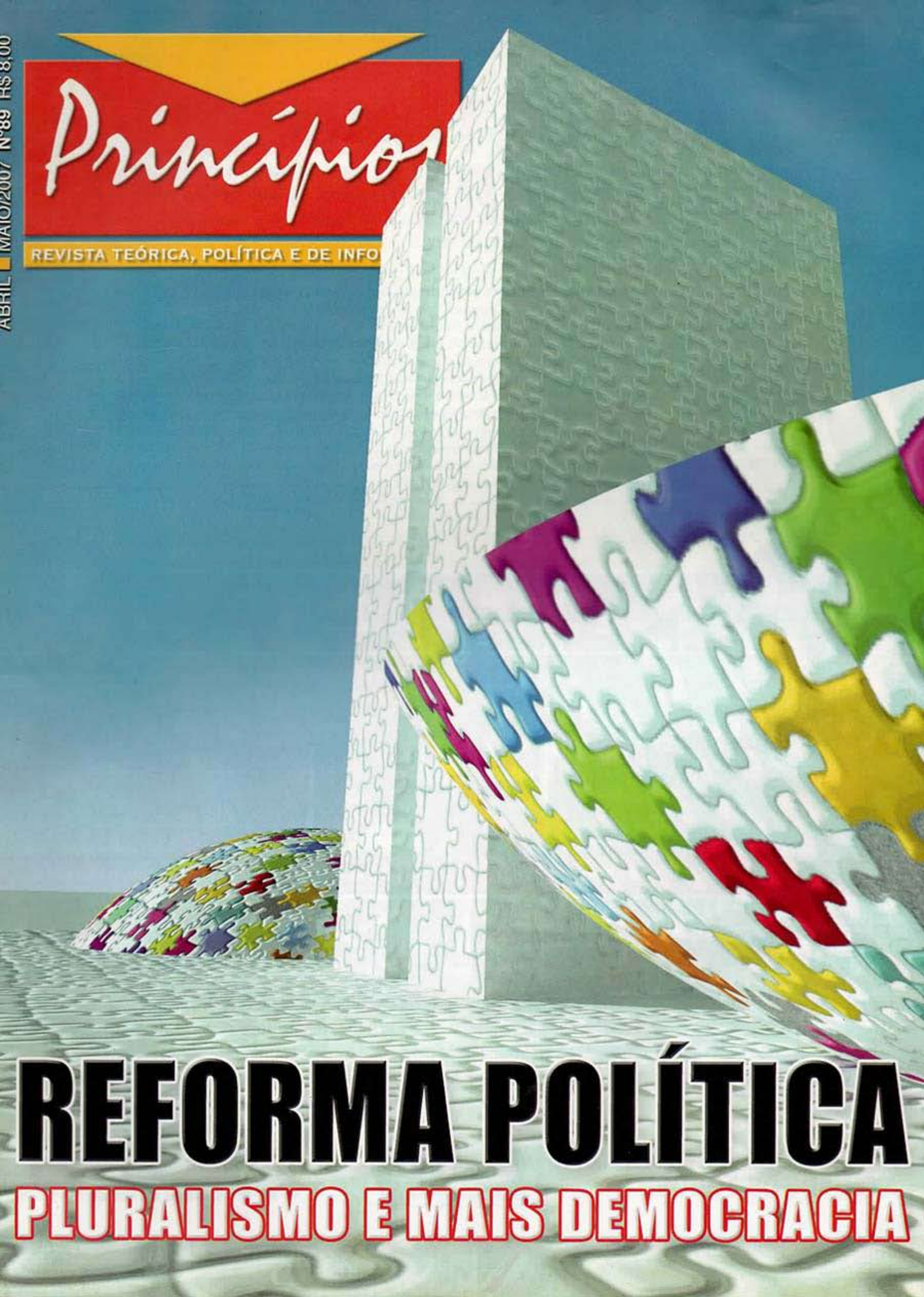


Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFO



REFORMA POLÍTICA
PLURALISMO E MAIS DEMOCRACIA

1 ANO DE TRABALHO E MUITO PARA MOSTRAR.

Em apenas um ano, a Prefeitura trabalhou muito. Construiu duas novas escolas, no Santa Maria e no Coqueiral, e vai inaugurar mais uma na Coroa do Meio. Construiu dois laboratórios de informática, no Santa Maria e no Porto D'Anta. Formou 715 jovens no Brasil Alfabetizado e 881 no Projovem, e continua capacitando centenas de jovens e adultos. E com o circuito Arte em Toda Parte, está levando cultura e lazer a todos os cantos da cidade. A Prefeitura construiu a Unidade de Saúde da Família do Augusto Franco, e implantou a enfermaria do Hospital Nestor Piva, na Zona Norte. Está construindo o viaduto do DIA, que vai melhorar muito o trânsito da cidade. Recapeou 30 quilômetros de ruas em toda a cidade, e já começou a recapear mais 20 quilômetros de todo o centro da cidade. Renovou a frota de ônibus e adquiriu 29 novos ônibus, sendo 4 com ar-condicionado. Além disso, entregou 870 novas residências através do PAR, nos conjuntos Franco Freire I, Santa Maria, e já vai entregar mais 160 no Rio Poxim II. Ao todo, são mais de 1000 famílias que estão realizando o sonho da casa própria. São obras importantes, que estão tornando Aracaju uma cidade cada vez melhor para viver. Tudo isso sem descuidar da limpeza e do cuidado com a cidade. A Prefeitura trabalha para acelerar o desenvolvimento da cidade, garantindo a qualidade de vida que você merece.



Escola João Paulo II Bairro Santa Maria.

Laboratórios de Informática - Porto D'Anta e Santa Maria



Recapamento asfáltico do centro

Enfermaria do Hospital Nestor Piva (zona norte)

Unidade de Saúde da Família (Augusto Franco)

Novo Escola Tânia Maria Teles dos Santos (Coroa do Meio)

Viaduto (D.I.A.)

Escola Eteivina Amália de Siqueira (Coqueiral)

PAR (Franco Freire I, Santa Maria, Rio Poxim II)

É ASSIM QUE A GENTE FAZ
A CIDADE DE TODOS.



Mais democracia

A Constituinte de 1988 concentrou vinte e quatro anos de luta pela redemocratização do país. Por isso, mesmo realizada sob uma correlação de forças adversa ao campo político progressista, ela se constituiu num marco na luta pela conquista e edificação da democracia brasileira. Ela sepultou o entulho autoritário do regime ditatorial e fez inscrever em suas páginas, entre suas cláusulas pétreas, o pluralismo político com uma das pilastras sobre as quais se alicerça o Estado democrático de direito.

A contra-ofensiva dos partidários do conservadorismo e do autoritarismo veio imediatamente a seguir, com as vitórias dos “Fernandos”: Fernando Collor em 1989 e Fernando Henrique em 1994 e 1998. O denominado *Consenso de Washington* – a par ditando uma agenda danosa à soberania dos países e aos direitos dos trabalhadores – indicava o caminho do retrocesso democrático. Para realizar a agenda econômica e social do neoliberalismo era preciso restringir as liberdades e mutilar o florescimento de nossa nascente democracia.

Num plano, os dois governos de FHC restauraram o autoritarismo e trataram as lutas do povo, suas entidades e movimentos como “caso de polícia”. Na esfera política, a aliança PSDB-PFL cravou dois punhais na democracia: a reeleição, mecanismo antidemocrático, nunca antes presente na história da República; e a instituição da cláusula de barreira, uma afronta ao princípio constitucional do pluralismo político.

A vitória de Lula em 2002 e sua reeleição em 2006 descortinaram um novo ciclo político. É uma oportunidade preciosa para se fazer avançar e ampliar a democracia. Para tal, impõe-se corrigir as distorções do atual sistema político-eleitoral na direção de mais democracia. Jamais o inverso.

Cinco grandes distorções poderiam ser destacadas: o financiamento privado das campanhas, que resulta na prática de ilícitos e numa exorbitante interferência do poder econômico no processo eleitoral; partidos políticos no geral frágeis em contraposição à força demasiada de suas lideranças; restrição às minorias políticas cerceando-lhes o crescimento e concentrando os direitos (fundo partidário, tempo de rádio e TV, presença na mídia etc) nas mãos dos chamados grandes partidos; presença das mulheres nas instâncias de poder desproporcional ao peso quantitativo e qualitativo na população; escassos mecanismos de democracia direta, determinando pequena participação do povo na vida política.

Além disso, é preciso remover o entulho antidemocrático herdado da era FHC: a reeleição e a cláusula de barreira.

Um das principais virtudes do atual sistema político-eleitoral é o pluralismo político assegurado pela Constituição que garante a livre organização partidária. A luta política e a vontade do povo forjaram no Brasil uma democracia com muitas cores na qual se expressam as mais diferentes correntes políticas e ideológicas.

Justamente contra essa virtude é que o governo FHC impôs a cláusula de barreira. Disseminou-se a concepção autoritária de que a governabilidade e a eficácia da democracia exigem um Congresso Nacional dominado por meia dúzia de legendas. Felizmente, em dezembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal, cumprindo seu papel de guardião da Carta Magna, por unanimidade julgou inconstitucional a lei que criou a cláusula. E mais: considerou-a um expediente a serviço do objetivo de se impor “uma ditadura da maioria”. Entretanto, o conservadorismo não se deu por vencido e apresentou no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional com o fito de restaurar a cláusula de barreira.

Este é o momento apropriado para o Congresso Nacional, de modo sistêmico, realizar uma reforma política democrática que corrija as distorções do sistema, fortaleça os partidos, assegure o pluralismo político e aumente a participação do povo na vida política nacional.

Índice



REFORMA POLÍTICA

Por uma reforma política democrática Renildo Calheiros	6	Sistema distrital: retrocesso político Aldo Arantes	24
Financiamento público e listas partidárias: uma nova leitura Inácio Arruda	12	A reforma política e a participação das mulheres Entrevista com Clara Araújo.....	31
A inaceitável tentativa de constitucionalizar a cláusula de barreira declarada inconstitucional pelo STF Paulo Guimarães.....	19		



INTERNACIONAL

CULTURA

As vitórias da esquerda
na América do Sul
José Luís Fiori **39**

Algumas tendências
econômicas e geopolíticas
do mundo de hoje
Dilermando Toni **44**

Riscos e instrumentos
da finança contemporânea
Maryse Farhi **52**

O dólar e o
Sistema Monetário
Internacional (anotações)
Sérgio Barroso **56**

Tom Jobim e a questão
do nacional na
música brasileira
Fábio Palácio de Azevedo..... **61**



HISTÓRIA

Guerrilha do Araguaia:
o silêncio quebrado
Romualdo Pessoa Campos Filho..... **70**

Em homenagem a
João Amazonas
Haroldo Lima **76**

Capa: Flávio Nigro

Por uma reforma política democrática

RENILDO CALHEIROS

Precisamos de uma reforma democrática
que estimule a participação da
população no processo decisório
e fortaleça os partidos
políticos



A reforma política é um tema recorrente na história brasileira. A cada crise, a cada CPI, todos dizem: “o Brasil precisa de uma reforma política”. E alguns chegam a dizer que ela é a mãe de todas as reformas. Superado cada momento desses, ela cai no esquecimento e só retorna na próxima crise.

O Brasil tem passado por muitas mudanças, mas o nosso sistema político-eleitoral perdura, acumulando vícios e distorções. Continua a impedir a consolidação dos partidos, estimulando a corrupção, e favorecendo a influência do poder econômico no processo eleitoral.

No meu entendimento, não existe um sistema político-eleitoral perfeito. Cada sociedade vive o seu processo e em momentos determinados realizam suas alterações, buscando corresponder a suas necessidades. Uma reforma política deve beber na fonte da academia, mas ao final será sempre uma obra da política.

Em uma sociedade que busca consolidar a democracia, a reforma política deve consertar os defeitos do sistema e ampliar a participação da população no processo político.

O tema é abrangente e polêmico. Cada um tem sua reforma na cabeça. Geralmente, a mídia entra neste debate, reforçando uma visão mais conservadora e autoritária. Aproveita-se do senso comum de que nosso sistema tem muitos defeitos para apresentar soluções que restringem a democracia: cláusula de barreira, fundo partidário apenas para os grandes e fidelidade partidária. Visam com isso à existência de apenas três ou quatro partidos, como se o nosso problema fosse a pluralidade da sociedade brasileira.

Com um diagnóstico errado não temos boas soluções. Qual é o nosso problema? Quais são nossos defeitos?

No Brasil as eleições são muito caras, a disputa é desigual, com forte influência do poder econômico. Apresenta um elevado grau de corrupção na administração pública, parte dela canalizada para alimentar os altos custos das campanhas. Os partidos são frágeis, pouco representativos, sem referência, uma mera exigência da legislação, sem compromisso programático – e isso estimula o troca-troca partidário.

Estes fatores combinados dificultam uma melhor representação da população.

Os grandes partidos, em geral, defendem o *status quo*. Falam em reforma política, mas pretendem apenas mudanças pontuais para favorecê-los. Querem uma reserva de mercado, criando dificuldades para os outros.

Queremos uma reforma ampla e democrática. Neste artigo me atei ao que considero a espinha dorsal da reforma: voto uninominal *versus* lista pré-ordenada, financiamento público, federação partidária, coligação, cláusula de barreira, reeleição e participação popular.

Voto uninominal

No Brasil o eleitor vota em um nome, tanto para o Executivo (majoritária) quanto para o Legislativo (proporcional). Isso na eleição para governador, prefeito ou presidente é assim mesmo. Mas em relação às Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara Federal os eleitores estão formando bancadas, representações partidárias, com as quais mais se identificam. No voto nominal (uninominal), o eleitor é levado a se identificar individualmente com o candidato – a pessoa – e não com a representação e orientação partidária que sustentam a candidatura. Sendo assim, o parlamentar procura incessantemente a visibilidade pessoal, própria, particular, para justificar o voto recebido e para credenciar-se novamente como futura opção do eleitor.

Por saber que não precisa defender o programa do partido, nem justificar nada, nesta lógica, mais vantajoso é diferenciar-se, distinguir-se, e quanto pior o ambiente, mais reluzente será sua distinção. Acaba assim regido pela concepção de mostrar que os outros não prestam, mas que ele é bom.

Para isso cada um precisa de uma máquina bem equipada para lhe permitir chegar aos eleitores. É necessário buscar destaque para ser notícia, é indispensável botar a cara em frente às câmeras, encher as colunas de jornais com notinhas, montar estrutura para o próximo pleito. Por qual partido? Depende, por onde for mais conveniente, afinal o eleitor não está muito preocupado com isso – salvo uma pequena parcela.

Com o passar dos anos este sistema vem agrava-

do nossas distorções, não permitindo o fortalecimento dos partidos. Esta lógica trabalha contra a seriedade programática, impede a coerência e transforma boa parte dos nossos políticos em *ciganos* partidários.

Com este sistema, surge sempre uma pergunta de resposta muito difícil: a quem o parlamentar deve fidelidade? À categoria ou ao partido a que pertence e pelo qual se elegeu? Em determinadas matérias, se ele votar com a categoria é razoável ser rejeitado pelos militantes e por seu partido. Se ele votar com o partido, é compreensível que boa parte da categoria prefira votar em outro da próxima vez. E então como deve ser?

No caso concreto da hipótese apresentada, se alguém é militante de um partido, foi eleito com este programa, deve estar com o partido. E esses eleitores têm o direito de não se sentirem mais representados por este partido. Escolher outro para votar. Assim seria coerente, o partido é favorecido e o programa valorizado. Por outro caminho, nem uma coisa nem outra. Contudo, o voto uninominal não permite tal postura, pois dessa forma esse candidato será derrotado até mesmo por um outro do seu próprio partido, que espera um passo em falso para destruí-lo. Esta é a dura realidade da política brasileira. No geral, o seu adversário não está na corrente oposta, e sim na sua própria. O seu correligionário, ou aliado, é o seu concorrente. Ele precisa subtrair seus votos para tentar ficar numa posição superior na relação dos mais votados.

Em uma campanha chega-se ao cúmulo de um candidato com força em uma categoria ou em uma região, não permitir que outros candidatos do seu partido ou coligação usem da palavra em eventos por ele organizados. Para evitar que outro ali tenha votos que deveriam ser seus. Ou seja, o voto uninominal traz o gene da discórdia para os partidos, da disputa individual, transformando-os em organizações de muitos grupos, mais parecidos às amebas, que só se multiplicam pela divisão.

Esta mentalidade eleitoral retira dos partidos a busca por coerência e criatividade. Não se inova em programas, cria-se muito pouco. Com essa regra vigente, uma pessoa não vence pelos seus méritos, mas se desmoralizar o outro. A disputa é para atingir a credibilidade de outros e ganhar por exclusão. É isto que a mídia quer, é isto que é notícia. Esta é a prática

recorrente. Frágeis partidos, pobre democracia!

Contudo, a solução não é simples, o eleitor brasileiro não exige fidelidade partidária, na sua maioria ele nem liga muito para partido – e isto estimula infidelidade. No mandato passado mais de 220 deputados federais mudaram de partido. E nesta legislatura, com três meses de mandato, mais de 40 já trocaram suas agremiações partidárias.

A lista pré-ordenada

A solução para esse quadro é a lista pré-ordenada. Ela acaba com esta bagunça partidária, encerra o troca-troca, e inicia um processo de fortalecimento dos partidos, criando uma dinâmica interna que trará vida programática, existência real e democracia.

A lista pré-ordenada substitui o voto uninominal, o eleitor vota em uma lista de nomes determinada pela convenção partidária (há várias maneiras de confeccioná-la), disposta em ordem decrescente de prioridades. Ela seria uma mudança profunda no nosso sistema eleitoral e traria uma série de conquistas:

1º) Como a lista terá um peso importante, todos vão querer aproximar-se do partido. Ajudar a organizá-lo, construir e estruturar diretórios e núcleos, difundir sua doutrina, debater o seu programa e levá-lo para toda sociedade. Todos vão querer vida interna nos partidos, eles serão valorizados e fortalecidos. As reuniões terão audiência e serão importantes. As convenções preparadas com critérios para serem realmente democráticas. Algumas garantias de democracia na sua elaboração poderão inclusive ser colocadas na própria lei.

2º) A lista induzirá, de maneira positiva, à fidelidade partidária. Não por decreto, nem por mecanismos autoritários, mas sim por compromisso programático e convivência com a militância. Acabando o troca-troca, pois, é razoável perceber, que alguém que mude muito de partido terá dificuldade para a elaboração da lista. Como diz a sabedoria popular: Quem pega o ônibus atrasado, nem sempre consegue lugar na janela.

3º) Para que a lista do seu partido receba uma quantidade maior de votos e assim obtenha resultado mais favorável, é necessário dialogar com a socie-



Estimular a participação da sociedade.

dade, falar com o povo, e cada partido irá mobilizar todas as lideranças para atrair mais eleitores. Acaba a guerra interna e se desenvolve a valorização dos membros com algum prestígio. Como se pode verificar, a lista, ao contrário do voto uninominal, traz o gene da união, da unidade e da construção.

4º) A lista é uma exigência da realidade para a implantação do financiamento público exclusivo de campanha. Sem ela este não é possível. Com eleição em lista será feita uma campanha institucional do partido. Não será necessário repartir os recursos entre os candidatos individualmente (imagine o critério e a confusão), ela permitirá acompanhamento dos gastos durante a campanha, e poderá ter transparência. Do contrário, como seria dividido esse dinheiro? Com quanto fariam campanhas os detentores de mandato? Quanto seria destinado para os outros? Como o candidato faria quando o dinheiro acabasse? Todos que recebessem dinheiro fariam realmente campanha? Quem se responsabilizaria pela prestação de contas? Ou seja, só a lista viabiliza o financiamento e torna as campanhas mais baratas.

5º) A lista pode alterar a cultura de que o principal "partido" é a família. Alguns, para combater a lista, argumentam que ela pode se transformar numa coisa familiar. Talvez seja justamente o contrário. Hoje no sistema uninominal é que é assim. Em cada cidade, em cada estado, estão aí os exemplos. A lista procura atacar a raiz do problema: hoje há compromisso dos eleitos com seus apoiadores no plano pessoal, portanto sujeito a mudanças repentinas. Existe sempre o risco de "traição". Logo o eleito resolve montar outro projeto, e seus assessores começam a fazer intriga com o antecessor. Até parece uma regra. Justamente por isso vários prefeitos preferem perder para o rival a fazer um sucessor – pois este levará consigo, ao romper, parte de seu grupo, deixando-o fragilizado. Para prevenir-se, quem está na cadeira, procura ser substituído por "pessoas confiáveis", em geral, os seus familiares ou pessoas próximas. Visam com isso diminuir a chance de serem traídos. No voto uninominal é assim. Hoje é assim. A lista pré-ordenada é uma chance para se enfrentar as causas do problema, diminuindo, ao menos, a "oligarquização"

da política. Com a lista, quem montar uma chapa familiar terá muita dificuldade de obter votos no restante do estado. A tendência será o contrário, a busca de candidatos com representatividade política para angariar mais votos e eleger mais candidatos.

6º) A lista é a maior contribuição no combate à influência do poder econômico no processo eleitoral. Ela faz um ataque radical à mercantilização do voto. Ela acaba com a motivação individual para se investir dinheiro na campanha. Atualmente alguns candidatos com muito dinheiro (seja qual for a origem), valem-se disso e realizam acordos com prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, e lideranças para contar com o apoio destes e tornarem-se os candidatos mais votados do partido ou da coligação. Ou seja, com muita estrutura (dinheiro) é quase certa a eleição, porque os concorrentes de menor estrutura são cercados e derrotados. Com a lista esse poder econômico é estéril, já que não produzirá mudança na posição relativa da lista. Esta lógica do voto uninominal é que nivela todos por baixo e faz os partidos se interessarem mais por estrutura do que por programa.

7º) A lista combaterá os denominados partidos de aluguel sem restringir a democracia. Isto ocorrerá porque um partido sem sustentação social e sem referência programática terá muitas dificuldades para formar chapas se tiver de formatar uma ordem na lista. Em médio prazo estes partidos serão inviáveis. Sem proibição, sem barreira. Sobreviverá quem tiver representatividade.

Financiamento público

A influência do poder econômico nas eleições é um dos pontos fundamentais que precisamos enfrentar, combater e derrotar. A eleição será tanto mais democrática quanto menor for a influência financeira no resultado da peleja.

No Brasil temos uma das eleições mais caras do mundo. Com o financiamento público a disputa será mais igual e transparente. Será do conhecimento de todos o volume de recursos usado na campanha. Isto possibilita o controle pela sociedade, pela justiça eleitoral, e até mesmo pelos adversários, durante a própria campanha e não apenas no final dela. Seguramente a janela da corrupção na política é aberta na campanha eleitoral. Hoje até mesmo no campo da

esquerda é preciso dinheiro para disputar, e isto é maléfico para o nosso processo político. Numa campanha, atualmente, cresce a chance de mistura entre interesse privado e interesse público. Uma situação perigosa que deve ser evitada. Nosso sistema eleitoral precisa oferecer oportunidade aos honestos de assim continuarem, sem perder completamente a possibilidade de disputar a eleição. Nossa democracia, embora jovem, já mostrou que entra governo sai governo, os problemas permanecem, é como se fosse uma outra regra. Para mim, isto reflete um problema sistêmico que precisa ser enfrentado. Não está ligado somente às pessoas.

O financiamento público em um país com tantas desigualdades, deficiências e injustiças, parece contraditório, mas não é. A vida já mostrou que o sistema atual sai mais caro para o contribuinte, pois, por vias transversas, o dinheiro público escoia pelos ralos da corrupção e vai financiar às escondidas as campanhas eleitorais. Precisamos de financiamento público, saudável e transparente. Com controle e fiscalização, com a proibição do financiamento privado. Para o bem das instituições e da democracia.

Federação

Ganha força no Congresso Nacional a proposta de criação da figura da Federação Partidária – uma espécie de coligação mais duradoura, mais permanente, que sobrevive mesmo depois da eleição. Para isso a Federação deverá ser formada entre partidos que tenham afinidade programática. A Federação será nacional e poderá atuar como uma “Agremiação Partidária” inclusive nas eleições e no funcionamento parlamentar. Este mecanismo, combinado com a lista pré-ordenada, poderá diminuir o número de candidatos e aglutinar algumas forças políticas, tornando a disputa mais compreensível aos olhos dos eleitores.

Coligações partidárias

Os grandes partidos defendem o fim das coligações, pois, para eles, elas oferecem sobrevida aos partidos médios e pequenos. Os grandes querem ficar sozinhos e julgam que sem coligações todos necessitarão lançar candidatos próprios em todos os níveis.

Em vários estados se sentirão sem condições, e em médio prazo procurarão os grandes. Esta é a questão estratégica por trás da proposta.

No Brasil não temos partidos grandes, mas partidos maiores e menores, uma comparação relativa – pois até mesmo o PT teve apenas 18% dos votos em seu melhor resultado para a Câmara dos Deputados. Em 2006 elegeu apenas 16,7% dos deputados federais; 14,8% dos senadores e em 2004 apenas 7,66% dos prefeitos. Em uma eleição majoritária muitas vezes alguns se sentem representados por um candidato de outra legenda, por julgá-lo habilitado para o cargo. Isto aconteceu recentemente na eleição de Lula para presidente e na eleição de Aécio Neves para governador de Minas, apenas para citar dois exemplos.

Lógico, se alguém apóia um candidato majoritário de outro partido, este é o seu palanque nesta eleição. A majoritária é a eleição que mais mobiliza. Portanto se é possível apoiar um candidato de outro partido, a coligação deve ser também uma possibilidade. Vale ressaltar que ela não é impositiva. Só será feita se todos quiserem.

Cláusula de barreira

O Brasil precisa de mais democracia, não menos. Nossa Constituição assegura o princípio da liberdade de expressão e de organização partidária. Nós que lutamos tanto por democracia não devemos aceitar passivamente nenhuma medida que restrinja a liberdade de imprensa, a liberdade religiosa, nem a liberdade política. Lamentavelmente os chamados grandes partidos investiram contra a democracia através da cláusula de barreira. Felizmente em decisão memorável, o Supremo Tribunal Federal decidiu contra este absurdo, por unanimidade, dizendo que a pretexto de regulamentar o princípio constitucional, os partidos grandes negaram-no.

Mas, eles, novamente se preparam para mudar a própria Constituição e negar a liberdade de organização partidária, através da PEC do senador Marco Marciel – que coloca, agora, a cláusula de barreira na Constituição. Nova guerra se aproxima. Vamos lutar para que esse tema seja tratado na reforma política e não de maneira isolada como ele pretende. E vamos lutar com toda força para assegurar a pluralidade política da sociedade brasileira.

Reeleição

A legislação brasileira sempre proibiu a reeleição. Ela surgiu no Brasil no final do primeiro governo de Fernando Henrique, com o objetivo de consolidar o projeto neoliberal. Teve uma tramitação contestada no Congresso Nacional e permitiu que FHC, governadores e prefeitos fossem reeleitos. Mais recentemente o presidente Lula e outra geração de governadores e prefeitos também.

Depois de realizadas cinco eleições com possibilidade de reeleição, a conclusão é de que pelas particularidades no nosso sistema, instável e sem partidos fortes, a reeleição cria praticamente uma obrigação nos detentores de cargos de novamente se candidatarem, agravando os vícios da administração pública brasileira, retardando nossa renovação política e quebrando o dinamismo do nosso processo eleitoral.

No meu entendimento, o fim da reeleição fará bem ao Brasil e estimulará a renovação dos quadros políticos e administrativos. Quanto à duração do mandato, ele poderá continuar com 4 anos, contudo pode ser analisada a possibilidade de 5 anos sem reeleição.

Participação popular

A reforma política deixou de ser feita na legislatura passada porque faltou um componente decisivo: a sociedade não entrou neste debate nem pressionou pela reforma, prevaleceu assim a lei da inércia.

Precisamos de uma reforma democrática que estimule a participação da população no processo decisório. Um dos caminhos para isso é baixar o número de assinaturas exigidas para apresentação de projetos de iniciativa popular, para tornar viável este instrumento. Devemos também estudar mecanismos que aumentem a realização de plebiscitos e referendos, aprovados pelo Congresso, para buscar a participação direta da população em torno de temas relevantes para o país.

Renildo Calheiros é deputado federal (PCdoB/Pernambuco), líder da bancada de seu partido na Câmara dos Deputados e vice-presidente nacional do Partido Comunista do Brasil.

Financiamento público e listas partidárias: uma nova leitura

INÁCIO ARRUDA

A valorização dos partidos como instâncias especiais de promoção política, bem como sua responsabilidade no trato do financiamento e na montagem das listas, demandará o aprofundamento de práticas democráticas

O sistema político brasileiro apresenta uma trajetória histórica com as marcas da exclusão e do conservadorismo, exigindo, nos dias atuais, profundas transformações, necessárias à harmonização entre a forma e o conteúdo de um novo perfil do nosso povo e da sua moderna capacidade de interferência na decisão dos destinos do País.

Um povo que, desobediente às ordens das elites, elege candidatos incompatíveis com a vontade absolutista imperante ao longo de mais de cinco séculos requer sólidos partidos políticos e homens livres no exercício da política, mediante a introdução de ousados dispositivos indispensáveis a esse ajuste.

Tratamos, então, de enfrentar mais uma batalha decisiva no cenário que o presidente de honra do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, qualificava como encruzilhada histórica para o Brasil. Esse é um confronto que tem seus antecedentes.

Secular tradição

A primeira legislação eleitoral brasileira remonta aos primeiros anos após a Independência do Brasil e foi aprovada por D. Pedro I para regular a eleição de representantes à Assembléia Geral Constituinte de 1824.

Num processo tenso – que culminou na promulgação de uma Carta Constitucional outorgada pelo Imperador – simbolicamente iniciava-se uma secular tradição, segundo a qual as elites brasileiras e sua representação político-parlamentar tratavam de estabelecer um ponto de partida voltado para a subordinação da vontade coletiva aos seus interesses particularistas.

Desde a época do império formou-se, então, a cultura conservadora dos dispositivos excludentes, a exemplo do voto “censitário”, que limitava o direito de sufrágio aos grandes proprietários de terra, aos funcionários da Coroa e aos profissionais liberais que possuíam renda. Dentro desta lógica, voto e poder econômico nasceram intimamente articulados, de forma indisfarçável.

Com o advento da República, em 1889, foi ins-

tituído o voto direto para presidente e vice-presidente da República, a partir da Constituição de 1891. Elementos que poderiam representar avanços em relação ao sistema político e à legislação eleitoral do Império foram desvirtuados pela rede de interesses que iria caracterizar a chamada “política do café-com-leite” vigente em toda a República Velha (1889-1930). A primazia do interesse econômico e político sobre as classes subordinadas foi reinstituída pela via do “voto de cabresto” e dos “currais eleitorais” – símbolos da natureza fraudulenta de processos eleitorais que significaram, numa longa vigência histórica, o referendo institucional ao poder das elites locais.

Liberdade na Constituição

Quando a República se preparava para comemorar um século, o País saía de uma longa ditadura (1964-1985) pelos méritos de um povo afeito à luta em defesa das liberdades democráticas. E, malgrado a ação das suas tradicionais elites, que lograram reproduzir uma transição negociada, ingressa numa nova fase de seu desenvolvimento político.

A ausência da efetiva ruptura, com a efetivação das premissas de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, entretanto, não impediu um momento culminante como o da Constituinte de 1988, no qual, apesar da intervenção reacionária do chamado “Centrão”, a livre organização dos partidos foi inscrita na Carta Magna.

Essa vitória do nosso povo passou a ser um lastro fundamental no confronto com as persistentes iniciativas voltadas para o recrudescimento do entulho autoritário da ditadura – na tradição inaugurada pelo excludente conservadorismo na vida política do País: mais adiante, no crepúsculo do ano de 2006, no dia 7 de dezembro, essa direita sofrerá sua segunda grande derrota após a reeleição de Lula para a Presidência, quando o pleno do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou a cláusula de barreira, reafirmando o soberano dispositivo constitucional da liberdade de organização partidária.

No entanto, a mesma persistência conservadora recrudesciu a luta contra velhos ou mais recentes obstáculos. Com o avanço das lutas populares e da conseqüente ampliação da democracia, os modos de in-

terferência do poder econômico sobre os modernos processos eleitorais se diversificaram, com o fito de influenciar a decisão do eleitor mediante a transformação de candidatos em “produtos” de *marketing* e a própria eleição num fenômeno midiático movimentado a fantásticas somas em dinheiro.

É nesse ambiente onde se verifica a correlação de forças em que os interesses econômicos dominantes foram acirradas disputas com relação aos direitos do povo no processo de escolha de seus representantes – em especial o direito de exercer livremente o seu voto – que se deve discutir a reforma política e, em seu núcleo, questões relacionadas à defesa, soberania e ampliação desses direitos.

Nesse confronto, as forças avançadas apresentam novas propostas que visam redesenhar os alicerces e a edificação de um novo sistema político no País.

Renhida trajetória

Entre as questões examinadas na rota de uma reforma política em nosso País – um tema recorrente, com maior ou menor força a cada início de legislatura, por vezes pautado pelas apreensões da direita ou a cada flutuação da governabilidade, na verdade uma pauta relevante para os que pugnam pela maior participação popular –, o financiamento público exclusivo de campanhas e a lista pré-ordenada, que envolvem mudanças na legislação ordinária, apresentam especial importância pela influência que devem exercer na consolidação da democracia representativa, contemplando um largo espectro de problemas, da isonomia financeira e lisura dos pleitos ao fortalecimento dos partidos políticos.

No trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, em 2003, essas questões mereceram relevante destaque, inclusive pelo consistente investimento político realizado na construção de acordos e definição de prioridades, com uma ênfase que envolveu os debates realizados na imprensa e no Congresso Nacional no período recente – e pela abrangência que incorporou propostas oriundas do Senado Federal.

Naquele momento, os comunistas persistiram em sua atuação no sentido de influir no rumo da reforma política em marcha no âmbito do Congresso

Nacional, do mesmo modo que estiveram atentos à postura do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que levou à sanção da Lei 9.096 pelo seu então vice, Marco Maciel, em 1995. Na linha das conversações mantidas com o deputado Ronaldo Caiado, relator da Comissão de 2003, debateram e apoiaram a aprovação de um substitutivo do deputado Marcelo Barbieri à PEC (proposta de emenda à Constituição) 446, de 2005, do deputado Ney Lopes.

O substitutivo assimilou projetos de lei em estágio mais avançado, em tramitação na Câmara, prevendo a implementação, para as eleições de 2008, das listas preordenadas nas eleições proporcionais; do financiamento público de campanha; das federações partidárias (em substituição ao instituto das coligações proporcionais); da redução da cláusula de barreira (aqui limitada ao perfil de dois por cento dos votos nacionais); do controle dos gastos eleitorais e de limites à divulgação de pesquisas. Aperfeiçoava, assim, o Projeto de Lei 2679, da referida Comissão Especial, conhecido como “projeto Caiado”.

Financiamento X poder econômico

Na linha do que afirmamos em recente artigo publicado nesta mesma revista *Princípios* (1), em nossa História verifica-se uma forte tendência restritiva à livre existência dos partidos políticos (e ao sufrágio dos brasileiros), de um modo que a gradual ampliação do leque de agremiações (e quanto ao direito ao voto), com o interregno de pelo menos duas longas ditaduras, resultou de muitas lutas experimentadas pelo nosso povo – que se converteram em conquistas sempre questionadas pela elite conservadora em nosso País. De um modo tal, que a existência do Partido Comunista do Brasil ou o voto dos analfabetos, dos negros, das mulheres, entre outras vitórias, são frutos de uma suada trajetória na qual a exclusão foi a regra e a inclusão foi sempre exceção.

Pela ótica desse enquadramento histórico, apresentamos, então, algumas informações e idéias preliminares para um debate que expõe o financiamento público e o voto em listas pré-ordenadas enquanto propostas voltadas para a construção de um sistema político subordinado aos interesses da sociedade brasileira, mediante a defesa de uma progressiva ampliação de direitos. Esses dois aspectos, mantidas as

conquistas democráticas, a exemplo das coligações ou federações partidárias, representam medidas de profundo significado para uma reforma política democrática no Brasil.

O financiamento público implicará – mais que a ultrapassagem das fronteiras do Fundo Partidário, que contribui hoje para a manutenção das agremiações políticas, estendendo-o às campanhas eleitorais – uma positiva reviravolta no atual sistema político. Em sua modalidade exclusiva, as doações privadas serão vedadas e as disputas eleitorais tornar-se-ão mais competitivas com a expectativa de fragilização do fenômeno do caixa dois. É uma medida que, aqui, não se confunde com a crença – que deve ser examinada à luz da secular cultura que ronda o voto e da legislação pertinente – de que essa prática será abolida pelo simples exercício da vontade parlamentar.

A defesa desse mecanismo não emerge da convicção de que o financiamento público removerá definitivamente causas e seqüelas de uma longa trajetória relacionada a desvios de conduta e prática de corrupção, promovendo a extinção por decreto da influência do poder econômico nas eleições, com o fim das doações ilegais. A proibição puramente legislativa de fontes privadas de financiamento – das quais o poder econômico não pretende abrir mão pelo temor dos (novos) revezes e pela necessidade intrínseca da (re)conquista de espaços de poder, cargos e maiorias – não pode ser confundida ou compreendida como uma panacéia para todos os males eleitorais do capitalismo.

Entretanto, vedar seu livre uso (e abuso) significa um substancial avanço no sentido de superar o risco maior da perpetuação do atual quadro e dos retrocessos possíveis com o prolongamento de sua vigência. Essa defesa, portanto, é parte integrante da batalha pela reforma política democrática – enquanto face visível da luta de classes em curso no Brasil – quando procura introduzir na legislação os aspectos que favorecem as forças avançadas rumo à conquista das suas metas estratégicas.

Não há acaso, portanto, quando a direita conservadora, sua mídia e seus financiadores privados se opõem enfaticamente ao financiamento público das campanhas eleitorais. Pois, sua menor liberdade converter-se-á em maior liberdade para o nosso povo, na

medida em que se enfraquecem seus meios de interferência hostis à prosperidade da vida democrática no Brasil.

A aprovação dessa modalidade de financiamento representará um duro golpe em suas pretensões, privando-a legalmente de uma significativa arma na preservação do *status quo* – a qual, pela via da mais perversa subordinação das massas e do clientelismo, seja pela aquisição e manutenção de milícias seja pela compra do voto, atrasou e postergou longamente o desenvolvimento do País.

Dimensão democrática

A adoção desse tipo de financiamento será mais proveitosa para a democracia, visto que os partidos e candidatos poderão ainda guardar uma maior independência quanto aos financiadores privados, implicando na redução da influência do poder econômico nas eleições; em maiores dificuldades para “compra” de vagas nas casas parlamentares; numa mais efetiva transparência dos gastos, a partir da avaliação mais rigorosa das receitas e despesas; na expectativa de redução dos custos de campanha, pois somente serão admitidos num patamar de legalidade os recursos da União.

Esse dispositivo, em suma, facilitará a fiscalização e atenuará a influência do grande capital nas disputas eleitorais.

Por essas razões, é possível pensar o financiamento público como um investimento na democracia e em parlamentos mais democráticos, pela via da neutralização da influência das elites e financiadores privados, e de um determinado nivelamento nas disputas eleitorais, propiciando as condições que favorecem o crescimento dos partidos históricos ou de esquerda.

Nesse horizonte, as propostas de financiamento público possuem a referida dimensão legislativa que deve prover com recursos públicos o custeio de despesas dos partidos – e, simultaneamente, as campanhas eleitorais, no caso do financiamento exclusivo.

Os recursos destinados às agremiações (que podem ser oriundos de isenções fiscais, acesso privilegiado a bens públicos, recursos do OGU) já existem na forma do acesso gratuito dos partidos e candidatos ao rádio e à televisão, de acordo com as leis 9504/97 e

9096/95 (que custa estimativamente R\$ 1 milhão em impostos não recolhidos pelas empresas difusoras); do Fundo Partidário, que se restringe basicamente a dotações orçamentárias da União, de acordo com os votos recebidos por cada legenda, previstas na Lei 9.096/95. As propostas mais efetivas buscam elevar o valor das dotações ao Fundo Partidário.

Entre as duas mais relevantes estão: (1) a do financiamento público misto, quando ocorre a elevação substancial das dotações orçamentárias da União nos anos eleitorais, admitindo-se aos partidos e candidatos a adoção de outras fontes de recursos; e (2) a do financiamento público exclusivo, quando é explicitamente vedada a busca de recursos fora da esfera pública para o custeio das campanhas eleitorais – opção da Comissão Especial da Câmara que apresentou o PL (projeto de lei) 2769/2003 (2).

De acordo com este PL, a lei orçamentária deve estabelecer dotação equivalente ao número de eleitores em 31 de dezembro do ano precedente, multiplicado por R\$ 7,00 (sete reais). Tais recursos devem ser rateados – ainda com as devidas reservas quanto à disparidade, que merece reparos – entre os partidos políticos à base de: (a) 1% igualmente entre todos os que possuem estatutos registrados no TSE; (b) 14% igualmente entre os partidos e federações com representação na Câmara dos Deputados; e (c) 85% divididos proporcionalmente ao número de representantes que os partidos elegeram na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Listas: outra centralidade

Aqui encontramos a contribuição do fortalecimento partidário, tornando os gastos de campanha balizados pelo financiamento público mais concentrado na organização partidária, modificando o perfil eleitoral mediante a eliminação da centralidade voltada para as candidaturas individuais. Hoje, as pessoas são a instituição, substituindo a ênfase nos partidos políticos e seus programas.

No caso da lista pré-ordenada – conhecida também como “lista fechada” – teremos assim uma mudança significativa, pois o eleitor voltará mais sua atenção para os programas e propostas dos partidos, que balizarão as idéias e opiniões veiculadas pelos candidatos.

Uma mudança com esse perfil encontrará algumas sinuosas resistências conservadoras que especulam acerca de um esvaziamento da mais estreita relação entre eleitor e representante, e fragilização do vínculo entre os dois protagonistas eleitorais; da persistência das facilidades que viabilizam a compra de lugares na lista pelas candidaturas do poder econômico; do poder dos chefes partidários no preenchimento das listas com favorecimento de apadrinhados, vedando o evento de novas lideranças; além do espaço para a exacerbação dos conflitos partidários na ocasião da definição dessas listas.

São essas, entretanto, situações que constam no sistema atual e que as mudanças tendem a superar, ao invés de conservar.

E, a propósito desse debate, salientamos que o voto de legenda é reconhecido instrumento do sistema proporcional adotado entre nós, o qual jamais foi contestado em sua legitimidade e constitucionalidade.

Partidos mais fortes

Além disso, a nova situação poderá também pressupor uma alteração na tradicional relação de dependência, em especial a material e financeira, entre eleitor e candidato, e um maior engajamento militante na vida partidária e de massas, pois a representação parlamentar estará condicionada à presença dos filiados às agremiações nas listas eleitorais.

Esse fenômeno fortalecerá os partidos, visto que a opção do eleitor voltar-se-á para o programa e suas propostas, com o interesse e ênfase voltados para a resolução dos problemas concretos do nosso povo. Entre outros aspectos, esse dispositivo reduzirá os custos das campanhas pela mencionada via da opção partidária, ao submeter a publicidade pessoal dos candidatos àquela instância, facilitando inclusive a fiscalização e controle de gastos pela Justiça Eleitoral – que, como enfatiza o PL 2.769/03, ao invés das auditorias em milhares de contas dos postulantes a vereador, deputado estadual e federal, limitará suas preocupações à contabilidade das agremiações.

Em síntese, de acordo com o novo sistema proposto, os partidos apresentarão listas previamente or-

denadas e os candidatos serão chamados na ordem em que foram registrados. Trata-se de um mecanismo bem diferente do atual, no qual, ao votar na legenda, o eleitor contribui com seu voto para definir o número de cadeiras destinadas ao partido sem exercer influência na precedência dos eleitos. No novo sistema proposto pelo PL 2.679/03 o voto na legenda respaldará os candidatos do partido em sintonia com a ordem (previamente) definida.

Algumas propostas para a adoção de listas pré-ordenadas tramitam também desde o início como projetos de lei e com a pretensão de alterar o Código Eleitoral. Entre as proposições discutidas, as variações se apresentam quanto ao modo pelo qual os partidos ordenariam as listas.

Na proposta da Comissão da Reforma Política, a ordem será definida nas convenções partidárias, mediante o voto secreto dos convencionais nos postulantes, que balizará o ordenamento da lista pela votação obtida por cada um deles. Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados surgiu outra proposta, segundo a qual os convencionais votariam em chapas e a ordem da lista obedeceria à proporção de votos de cada uma delas. Adiante, veremos outras alternativas adotadas no mundo.

Com o modo de ordenação das listas inscrito na legislação, o que se pretende é a definição de um método democrático que impeça o livre arbítrio de oligarquias partidárias na composição da ordem dos candidatos, como ocorre hoje. Embora a novidade das listas pré-ordenadas seja estranha aos costumes políticos do País – onde sempre vigorou a lista aberta –, na maioria dos países (3) que adota o sistema proporcional há um predomínio das listas pré-ordenadas, que levam o eleitor a uma opção partidária. Apenas Brasil, Finlândia, Polônia e Chile adotam listas abertas, de acordo com as quais os partidos recorrem aos “puxadores de voto” que podem ou não se identificar com seus programas.

A experiência dos países que optaram pelo método do voto em lista não enfatiza a impessoalidade do voto: a formação dessas listas expõe naturalmente as lideranças mais expressivas – nas primeiras posições –, facultando ao eleitor a opção pelos candidatos mais identificados com suas convicções.

Noutro ângulo, a adoção desse sistema diminui

irá o controle das oligarquias, com o estímulo para a permanência e luta pela democracia interna, enquanto a troca de partido é a opção mais comum para a insatisfação dos candidatos e filiados no sistema atual.

Opção pela alternância

É necessária ainda a atenção do legislador para um fato gritante: as mulheres têm sido, política e juridicamente, excluídas do cenário político-eleitoral em todo o mundo. No entanto, a correção desse absurdo requer amplitude das ações afirmativas a outros instrumentos e processos que ultrapassam a esfera do sistema eleitoral, considerando-se, sobretudo, a democratização da representação política e a ampliação dessas ações no âmbito da reforma política como lutas avançadas e progressistas da sociedade.

Pelo nosso entendimento, pelo menos 30% – e no máximo 70% – das vagas na lista pré-ordenada devem ser preenchidos para cada sexo, como ocorre hoje no sistema de lista aberta. No entanto, na lista fechada, o ordenamento da lista passará a ser o aspecto essencial, uma vez que os primeiros são os mais prováveis eleitos. Assim, é muito importante que seja previamente definido o lugar na lista segundo o critério de sexo.

Nesse sentido, duas experiências são de grande relevância por sua efetividade: 1) o sistema de cotas na Argentina, adotado em 1991, prevê que a lista fechada de candidatos para as eleições na Câmara dos Deputados deve ser organizada pelo critério de alternância, no qual se evita mais que duas pessoas consecutivas do mesmo sexo; e 2) o sistema de paridade, adotado nas eleições municipais de 2001, na França, a partir da lista fechada que assume a alternância equitativa entre homens e mulheres.

Valorização dos partidos

A proposta das listas pré-ordenadas surge, desse modo, ao lado do financiamento público exclusivo, como um meio adequado para a superação dos fundamentos responsáveis pela fragilidade dos partidos políticos brasileiros – oriunda, em especial, da ação histórica e antidemocrática da direita conservadora –, pois parte do princípio de que tais organizações são

elementos fundamentais no processo democrático e que seu fortalecimento é a substância do processo político. Desse modo, entre outros aspectos, será possível substituir os arranjos partidários individuais por estruturas estáveis nas negociações que envolvem os interesses do País e de seu povo.

Tais mudanças, enfim, valorizarão os partidos

como instâncias especiais de promoção política e a sua responsabilidade no trato do financiamento e na montagem das listas demandará o aprofundamento de práticas democráticas.

Inácio Arruda é senador da República (PCdoB-CE).

Modalidades de lista

Destacamos algumas iniciativas de sistematização. Segundo o professor Giovanni Sartori (4), “a relação dos processos representativos envolve duas fases: entre os eleitores e os partidos, e entre os partidos e sua representação”. O relacionamento entre eleitores e os que devem representá-los, admite, então, duas modalidades: (a) o eleitor vota no candidato ou (b) no partido de sua preferência.

Nos sistemas majoritários, via de regra o eleitor vota no candidato. Em significativa fatia dos sistemas proporcionais, o eleitor vota nos partidos. Mas existe também a alternativa, como ocorre no Brasil, segundo a qual o cidadão pode votar no partido ou no candidato. De acordo com a conceituação de Josep M. Vallès e Agustí Bosch (5) o voto na lista admite quatro modalidades (6):

(a) “Voto de lista fechada e bloqueada. O eleitor expressa seu apoio a uma lista de candidatos, sem alterar sua composição ou manifestar preferência entre eles. Noruega, Israel, Portugal e Espanha encontram-se entre os países que adotam esta modalidade de voto”.

(b) “Voto de lista fechada e não bloqueada. O eleitor expressa seu apoio a uma lista de candidatos, na qual pode assinalar alguma ordem de preferência entre os nomes nela contidos. Segundo determina a legislação, essa opção pode afetar todos os componentes da lista, alguns ou um deles — que se distingue entre os demais. Em todo caso, é a lista e não o candidato que se beneficia da decisão do eleitor. Esta modalidade é vigente na Bélgica, na Dinamarca, na Suécia, entre outros países”.

(c) “Voto de lista aberta. O votante pode assinalar não só uma ordem de preferência entre os membros da lista, como também pode eliminar um ou alguns nomes dela. Só não pode incluir qualquer nome que dela não conste. Esta é a modalidade usada na Áustria”.

(d) “Panachage. Em francês, ‘mistura’ ou ‘combinação’. O eleitor pode eliminar nomes de uma lista e substituí-los por nomes de outra lista ou por candidatos independentes. Equivale à elaboração de uma lista própria de cada votante. Para alguns autores essa modalidade é diferente do voto de lista. É a alternativa da Suíça”.

Notas

(1) Arruda, Inácio. “A Cláusula Udenista”. *Princípios* n. 85.

(2) Entre outras proposições tramitam no Congresso Nacional: o PL 2679/03 (da Comissão Especial da Câmara), com um Substitutivo de autoria do deputado Rubens Otoni; e o PL 4593/01 (do Senado Federal), prevendo o financiamento público exclusivo.

(3) Entre esses há alguns países com a tradição de Áustria, Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca, Irlanda, Portugal, Espanha, Grécia, Turquia, Israel; na América Latina, Argentina, Uruguai, Costa Rica, Nicarágua, República Dominicana, Honduras e El Salvador, entre outros.

(4) SARTORI, Giovanni. *Elementos de Teoria Política*. Alianza Editorial, Madrid, 1992.

(5) VALLÉS, Josep M. e BOSCH, Agustí. *Sistemas Electorales y Gobierno Representativo*. Barcelona, Editorial Ariel, 1997, p. 111.

(6) Tradução do original italiano; verbete *Sistemas electorales*.

A inaceitável tentativa de constitucionalizar a cláusula de barreira declarada inconstitucional pelo STF

PAULO GUIMARÃES

A PEC da cláusula de barreira fere recente decisão do Supremo Tribunal Federal

I. A PEC n. 2, de 2007 tem o mesmo núcleo normativo do art. 13 da Lei 9096/95

No início da atual legislatura, em 6 de fevereiro de 2007, foi apresentada no Senado Federal a Proposta de Emenda Constitucional n. 2, por intermédio da qual seus autores, liderados pelo senador Marco Maciel (1), pretendem acrescentar um parágrafo 5º ao art. 17 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

“Para fins de funcionamento parlamentar a lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo

menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição, e os partidos que não atinjam esse patamar”.

Esta PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no dia 28 de fevereiro último, ocasião em que o Relator da matéria, o senador Jarbas Vasconcelos (2), acolheu a sugestão do senador Jefferson Peres (3) no sentido de suprimir a expressão “para fins de funcionamento parlamentar”.

Dessa forma, o texto a ser submetido à votação do Plenário do Senado (4) passou a ser:

“A lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os

votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição, e os partidos que não atinjam esse patamar”.

Esta iniciativa parlamentar demonstra total desconsideração e, por isso, total desrespeito aos fundamentos adotados pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.351 (5), proposta por PCdoB, PDT e outros partidos políticos em 1995, e que foi julgada praticamente dois meses antes da propositura da referida proposta de emenda à Constituição, em 7 de dezembro de 2006 (6).

Para os autores dessa proposta de emenda constitucional, ao ser constitucionalizado o conteúdo normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, os vícios de inconstitucionalidade reconhecidos pelo STF seriam eliminados.

Esta premissa incorre em flagrante equívoco.

Embora redigido de outra forma, a questão central na apreciação da PEC n. 2/2007 do Senado consiste em que seu núcleo normativo é o mesmo do art. 13 da Lei n. 9096/95, que dispunha sobre critério normativo para que os partidos tivessem funcionamento parlamentar e com base no qual foram fixadas normas restritivas à distribuição dos recursos do fundo partidário e ao acesso ao rádio e à televisão, para a veiculação das propagandas partidárias.

Dispondo sobre o funcionamento parlamentar dos partidos políticos, o art. 13 da Lei 9096/95 previa que:

“Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles” (7).

O requisito de obtenção de 5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos 9 unidades da federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos de cada uma delas, constitui-se no mesmo critério adotado pelo legislador ordinário na Lei 9096, em 1995, a que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional.

II. Os fundamentos adotados pelos ministros do STF quanto à violação ao princípio da razoabilidade

É importante atentar para o fato de o STF não ter declarado inconstitucional o disposto no art. 13 da lei partidária de 1995, pelo fato de o legislador ordinário não poder dispor sobre este assunto.

Não consta em qualquer dos votos dos 10 ministros que participaram da sessão de julgamento (8) que a norma contida no art. 13 da Lei 9096/95 constituiria conteúdo normativo reservado ao texto constitucional.

Ao contrário, a percepção da unanimidade dos ministros que participaram do julgamento convergiu para a constatação de que o percentual exigido ofendia o princípio da proporcionalidade, ou da razoabilidade, e que as restrições aos partidos políticos que não superassem a “barreira” dos 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados – distribuídos em 9 unidades da federação, com o mínimo de 2% em cada uma delas – ofendiam os princípios constitucionais do pluralismo político, do pluralismo partidário, do princípio da igualdade de chances e do princípio federativo.

O absurdo do conteúdo normativo declarado inconstitucional – que agora alguns senadores pretendem constitucionalizar – foi evidenciado pelo Relator das Ações de Inconstitucionalidade, o ministro Marco Aurélio, ao demonstrar que para assegurar a aplicação efetiva da norma contida no art. 13 da Lei partidária – considerando o total dos 29 partidos políticos atualmente registrados no TSE – a todos era imposto o desafio de obter 5% dos votos válidos na última eleição, que totalizou 93.625.858 votos válidos; isto corresponderia à necessidade de cada um deles obter pelo menos 4.681.293 de votos. Portanto, como bem observou o ministro Marco Aurélio: “*ter-se-ia que contar não com cem por cento correspondentes à totalidade dos sufrágios, mas com cento e quarenta e cinco por cento!*”.

Ou seja, o percentual concebido na lei partidária brasileira de 1995 – que agora, por intermédio da PEC n. 2, de 2007, alguns pretendem incluir no texto constitucional – é absurdamente irrazoável, na medida em que se revela inexecutável.

Como pode-se pretender que os partidos políti-

cos obtenham um percentual mínimo de 5% de votos nas eleições para a Câmara dos Deputados, quando já se sabe que não existirão votos suficientes para todos os partidos conseguirem tal desempenho eleitoral?

Analisando a origem da norma mal copiada pelo legislador brasileiro, o ministro Gilmar Mendes observa em seu voto:

“(...) diversamente dos modelos adotados no direito comparado – cito como referência, o sistema alemão – a fórmula adotada pela legislação brasileira restringe o funcionamento parlamentar do partido, mas não afeta a própria eleição do representante. Não há aqui, pois, repercussão direta sobre mandatos dos representantes obtidos para a agremiação que não satisfaça à referida cláusula de funcionamento parlamentar”.

Ao abordar especificamente a repercussão da cláusula de barreira prevista no art. 13 da Lei 9096/95 no princípio da proporcionalidade, o ministro Gilmar Mendes comenta:

“A questão que aqui se discute é a possibilidade ou não de a lei estabelecer uma cláusula de barreira que repercuta sobre o funcionamento parlamentar dos partidos políticos, tal como o fez o legislador brasileiro”.

“Na realidade do direito alemão, consagra-se que o partido político que não obtiver 5% (cinco por cento) dos votos na votação proporcional, o pelo menos três mandatos diretos, não obterá mandato algum, também na eleição para o chamado primeiro voto. Nesse caso, despreza-se a votação dada ao partido. Todavia, nunca se atribuiu consequência no que concerne àquilo que nós chamamos de ‘igualdade de oportunidades’ ou ‘igualdade de chances’. A legislação alemã tentou estabelecer um limite mais elevado para efetivar o financiamento público das campanhas. Mas a Corte Constitucional entendeu que essa cláusula era sim violadora do princípio da igualdade de oportunidades (Chancengleichheit), porque impedia que os partidos políticos com pequena expressão conseguissem um melhor desempenho, tendo em vista que eles não teriam acesso à televisão, muito menos aos recursos públicos. Daí a legislação ter fixado percentual de 0,5% dos votos para o pagamento de indenização pelo desempenho dos partidos nas eleições.

O modelo confeccionado pelo legislador brasileiro, no entanto, não deixou qualquer espaço para a atuação partidária, mas simplesmente negou, in totum, o funcionamento parlamentar, o que evidencia, a meu ver, uma clara violação ao princípio da proporcionalidade, na qualidade de princípio da reserva legal proporcional (...).

O fato é que – e isso foi bem demonstrado no voto do relator –, como observado no último pleito eleitoral, agremiações partidárias que obtiveram um expressivo cabedal de votos não teriam, na próxima legislatura, direito a qualquer funcionamento parlamentar, por força dessa ‘cláusula de barreira à brasileira’. Há, aqui, a meu ver, um sacrifício radical das minorias!”.

Após suas expressivas considerações e fundamentos o ministro Gilmar Mendes conclui: *“a cláusula de barreira estabelecida pela Lei 9.096/95 não representa nenhum avanço, mas sim um patente retrocesso em termos de reforma política, na medida em que intensifica as deformidades de nosso singular sistema eleitoral proporcional, que atualmente apresenta visíveis sinais de exaustão”.*

Por sua vez, o ministro Ricardo Lewandowski, enfocando a violação ao princípio constitucional do pluralismo político, asseverou em seu voto: *“a cláusula de barreira, tal como posta, atinge profundamente a garantia essencial, inerente a uma democracia representativa, que é a garantia de que as minorias encontrem efetiva expressão no plano político, sob pena de instaurar-se uma ditadura da maioria, sobretudo quando se estabelece, como no caso, restrições draconianas, irrazoáveis, desproporcionais para o acesso ao fundo partidário e ao tempo no rádio e na televisão”.*

III. As perspectivas de distinção entre partidos e a necessidade de respeito ao princípio da igualdade de chances

Evidenciada a inconstitucionalidade do critério baseado na obtenção de 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, importa aferir em que medida seria possível, no caso da PEC n. 2, de 2007, ao constituinte derivado remeter ao legislador ordinário o estabelecimento de distinções a partir do desempenho eleitoral de cada partido, em razão da obtenção ou não de 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos 9 unidades da federação, com pelo menos 2% dos votos em cada uma delas.

As soluções adotadas nos arts. 41, 48 e 49 (9), da Lei 9096/95, como exemplos de distinção entre partidos políticos em razão do desempenho eleitoral previsto no art. 13 da mesma lei, no que se refere à participação do partido político no Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, Fundo

Partidário e quanto ao acesso gratuito ao rádio e à televisão, revelaram-se ao Supremo Tribunal Federal inaceitáveis.

Neste particular, o ministro Sepúlveda Pertence enfatizou:

“Também já se observou aqui que, diversamente da fórmula da República Federal da Alemanha, a nossa cláusula de exclusão não extingue o partido político, não lhes decreta a morte, mas é mais cruel porque condena os partidos que não tenham atingido o patamar legal à morte fatal por inanição.

A desproporção entre a distribuição do acesso aos veículos de comunicação de massa – reduzida a esses risíveis dois minutos anuais – e a participação, com os grandes partidos, no rateio de 1% do fundo partidário são fórmulas que, mais do que arbitrárias, são risíveis, se não valem por confessar que, efetivamente, se visou à eliminação desses partidos”.

Seja qual for a “distinção” que o legislador ordinário vier a empreender, na remota e espero impossível hipótese de aprovação da PEC n. 2 de 2007, do Senado Federal, seu pressuposto – qual seja o desempenho com pelo menos 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados – contaminará qualquer solução a ser adotada.

Conforme reiteradamente afirmado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, as discriminações draconianas previstas em relação à distribuição dos recursos do fundo partidário – 1% para todos os partidos registrados no TSE e 99% para os partidos que atingiram a cláusula de barreira – e em relação à propaganda partidária no rádio e na televisão – 2 minutos por semestre para os partidos que não superarem a cláusula de barreira e 20 minutos por semestre para propaganda partidária em bloco, acrescido de 40 minutos também por semestre para inserções de propaganda partidária – atentam contra o princípio constitucional do direito de chance, ou de oportunidade.

Trata-se de garantia constitucional no sentido de que a todos é dada a chance, ou a oportunidade, de se estruturarem e se apresentarem aos cidadãos e às cidadãs, de forma a terem possibilidade de obter apoio eleitoral e social suficiente para se transformarem em forças políticas majoritárias.

Com foi bem exposto pelo ministro Gilmar Mendes em seu voto:

“O princípio da igualdade entre os partidos políticos é fundamental para a adequada atuação dessas instituições

no complexo processo democrático. Impõe-se, por isso, uma neutralidade do Estado em face das instituições partidárias, exigência essa que se revela tão importante quanto difícil de ser implementada. A importância do princípio da igualdade está em que sem a sua observância não haverá possibilidade de estabelecer uma concorrência livre e equilibrada entre os partícipes da vida política, o que acabará por comprometer a essência do próprio processo democrático”.

Prosseguindo em sua análise, o ministro Gilmar Mendes observa ainda:

“Não há dúvida de que a gradação da ‘igualdade de chances’ deve realizar-se cum grano salis, de modo a assegurar razoável e adequada eficácia a todo e qualquer esforço partidário. Até porque o abandono da orientação que consagra a igualdade formal entre os partidos não pode ensejar, em hipótese alguma, a nulificação do tratamento igualitário que lhes deve ser assegurado pelo Poder Público. Eventual gradação do direito de igualdade de chances há de se efetivar com a observância de critério capaz de preservar a própria seriedade do sistema democrático e pluripartidário.

Tal constatação mostra-se particularmente problemática no que concerne à distribuição dos horários para as transmissões radiofônicas e televisivas. Uma radical gradação do direito de igualdade de chances acabaria por converter-se em autêntica garantia do status quo. Daí ter-se consolidado na jurisprudência constitucional alemã orientação que assegura a todos os partícipes do prélio eleitoral, pelo menos, uma ‘adequada e eficaz propaganda’ (angemessene und wirksame Wahlpropaganda). Considera-se, assim, que um Sendezeitminimum (‘tempo mínimo de transmissão’) deve ser assegurado a todos os concorrentes, independentemente de sua ‘significação’.

Ainda assim, verificam-se na doutrina sérias reservas à gradação do direito de igualdade de chances, no tocante às ‘transmissões eleitorais’. É que tal oportunidade assume relevância extraordinária para os pequenos partidos e as novas agremiações, que, diversamente dos etablierten Parteien, não dispõem de meios adequados para difundir a sua plataforma eleitoral”.

IV. A importância da mobilização contra a PEC da cláusula de barreira e o respeito democrático à decisão do Supremo Tribunal Federal

À medida que o Supremo Tribunal Federal considerou que a norma contida no art. 13 da Lei partidária

ria ofendia princípios constitucionais, evidentemente não se pode imaginar uma Emenda à Constituição Federal, que reproduza o mesmo conteúdo normativo, não ser considerada ofensiva aos mesmos princípios constitucionais invocados na referida declaração de inconstitucionalidade.

Além dos esforços em curso no Senado Federal e dos que, posteriormente, serão empreendidos na Câmara dos Deputados, caso a PEC seja aprovada no Senado, a mobilização nacional das forças democráticas e progressistas – no sentido de esclarecer e enfatizar a inaceitável perspectiva contida na PEC n. 2 de 2007, do Senado Federal –, assume relevância política estratégica neste embate político.

A valorização dos fundamentos adotados pelo Supremo Tribunal Federal neste caso é feita como expressão de respeito aos parâmetros democráticos de funcionamento do Estado brasileiro.

Não tem cabimento forças políticas conserva-

doras, por se considerarem majoritárias, pretendem esmagar, ou como afirmou o ministro Sepúlveda Pertence, condenar os demais partidos à “*morte por inanição*”, confrontando os fundamentos jurídico-constitucionais adotados pelo Poder Judiciário, no regular exercício de seu poder de controle concentrado da constitucionalidade de norma federal.

Neste sentido, importa lembrar que o Supremo Tribunal Federal já firmou orientação jurisprudencial no sentido de admitir o controle da constitucionalidade de Emenda Constitucional, quando esta ferir normas e princípios constitucionais considerados “*cláusulas pétreas*”, como os princípios constitucionais da proporcionalidade, do pluralismo político e da igualdade de chances.

Paulo Guimarães é advogado.

Notas

(1) Ex-PFL-PE, atual DEM-PE.

(2) PMDB-PE.

(3) PDT-AM.

(4) A PEC nº 2/2007 já foi incluída na Ordem do Dia da sessão ordinária deliberativa de 13 de março último, mas, desde então, em razão da ausência de acordo para a votação das Medidas Provisórias que estão trancando a pauta de votação no Senado, a apreciação da PEC está sobrestada.

(5) AADI 1354, proposta pelo PSC, apensada à ADI 1351, foi julgada em conjunto com esta.

(6) Acórdão publicado no *Diário da Justiça da União* de 30 de março de 2007.

(7) Os trechos do art. 13, do art. 41, do art. 48 e do art. 49 da Lei 9096/95, transcritos neste texto e que estão sublinhados foram declarados inconstitucionais pelo STF.

(8) O ministro Joaquim Barbosa não participou do julgamento por motivos justificados.

(9) “Art. 41. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de cinco dias, a contar da data do depósito a que se refere o § 1º do artigo anterior, fará a respectiva distribuição aos órgãos nacionais dos partidos, obedecendo aos seguintes critérios:

I. um por cento do total do Fundo Partidário será destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II. noventa e nove por cento do total do Fundo Partidário serão distribuídos aos partidos que tenham preenchido as condições do art. 13, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados”

“Art. 48. O partido registrado no Tribunal Superior Eleitoral que não atenda ao disposto no art. 13 tem assegurada a realização de um programa em cadeia nacional, em cada semestre, com a duração de dois minutos”

“Art. 49. O partido que atenda ao disposto no art. 13 tem assegurado:

I. a realização de um programa, em cadeia nacional e de um programa, em cadeia estadual em cada semestre, com duração de vinte minutos cada;

II. a utilização do tempo total de quarenta minutos, por semestre, para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais”.

Sistema distrital: retrocesso político

ALDO ARANTES

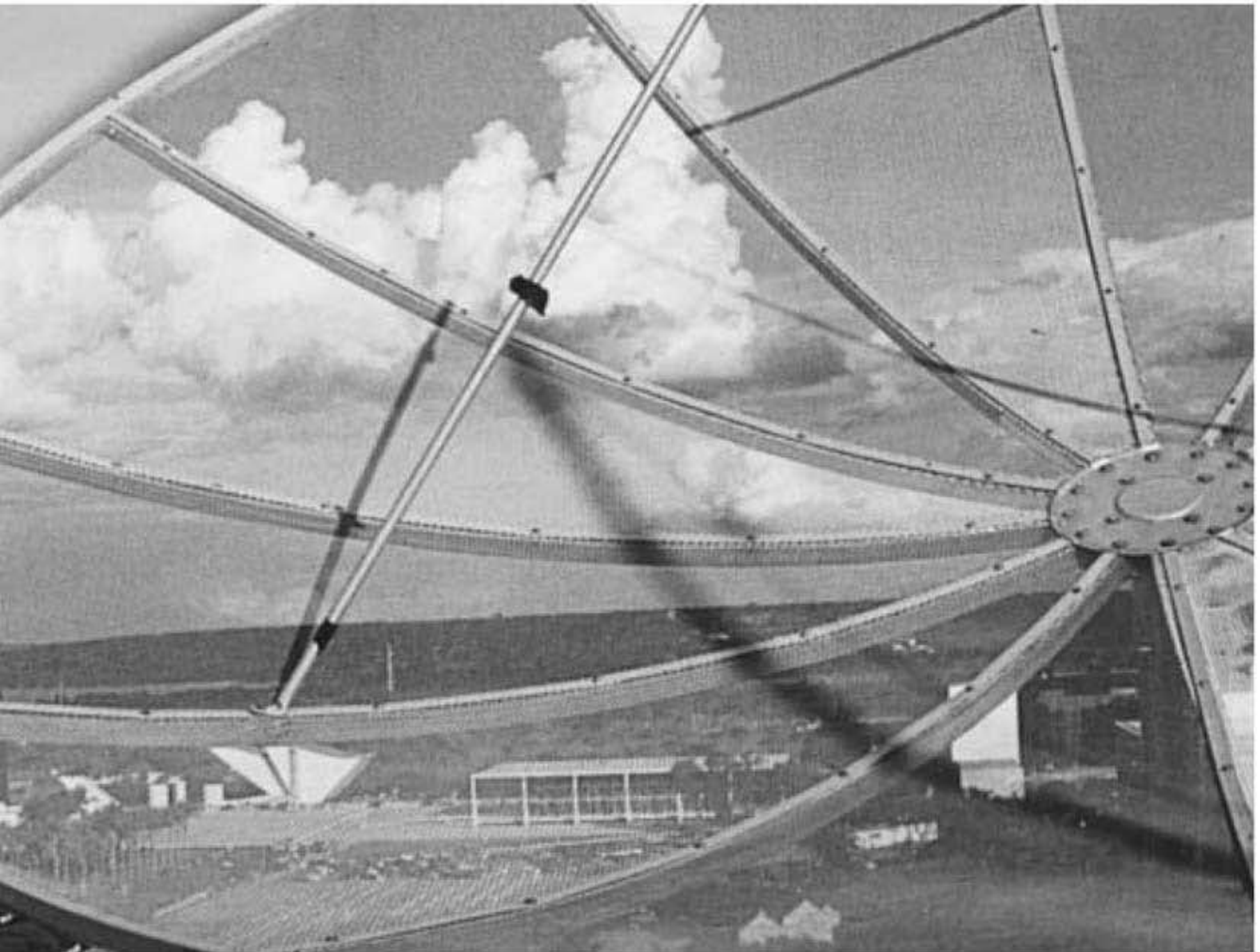
O voto distrital distorce a vontade popular, aniquila as minorias e dificulta a representação de forças populares e democráticas

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal – por unanimidade – sobre a inconstitucionalidade da “cláusula de barreira”, os grandes partidos tomaram a iniciativa de aprovar na Câmara dos Deputados uma lei sobre nova regra para a distribuição do Fundo Partidário. Já, no Senado, o senador Marco Maciel apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional restabelecendo a cláusula de barreira. Com estes e outros acontecimentos a questão da reforma política voltou com força para a agenda política.

Visando abrir uma campanha em favor da adoção do voto distrital, como um elemento-chave na reforma política conservadora e antidemocrática, o ex-

presidente Fernando Henrique Cardoso participou de um seminário promovido pela Associação Comercial de São Paulo intitulado *Voto distrital: a Reforma Política que interessa ao Brasil*, abordando o tema “Voto Distrital: um Plano Real na Política”.

Segundo o ex-presidente, o voto distrital é o “mecanismo que mais diretamente põe em xeque o sistema atual. Quebra a espinha dorsal das acomodações partidárias e leva à maior proximidade entre o eleitor e o eleito”. Revelando suas verdadeiras preocupações com os rumos políticos da América Latina ele afirmou: “sem nos apercebermos, incorremos no risco de desmoronamento das instituições republicanas. Quem conhece a América Latina sabe que isso pode ocorrer”, e, ainda: “basta um momento não tão favorável da economia, aparece um outsider



e ganha (a eleição)”. Aí fica evidente que o núcleo das razões que levam à proposta de adoção do sistema distrital é impedir a eleição de lideranças democráticas e populares que coloquem em xeque as políticas neoliberais por ele defendidas ou criar as condições para o retorno das forças conservadoras ao governo. Em seu pronunciamento criticou acerbamente a Reforma Política que tramita na Câmara dos Deputados taxando-a de “cavalo de tróia”, pois não contempla as propostas dos setores conservadores do País. Na defesa do sistema distrital, participando do mesmo evento, manifestou-se o presidente do PFL Jorge Bornhausen (lembrando que o PFL acaba de se transformar em DEM-Democratas). Também é favorável ao tema o governador de São Paulo, José Serra.

Cabe ressaltar que a proposta que tramita na Câmara dos Deputados – tão duramente criticada pelo ex-presidente – é democrática, tendo sido amplamente discutida na Comissão de Reforma Política e na Comissão de Constituição e Justiça e se propõe a aperfeiçoar o sistema proporcional com a adoção do voto em lista, além de propor o financiamento público das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária e a redução da cláusula de barreira de 5 para 2%.

Fica evidente que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o PSDB expressam o ponto de vista da direita e dos setores empresariais mais conservadores, na tentativa de impor ao País uma reforma política antidemocrática e elitista, visando tornar o poder político mais facilmente controlável pelas forças conservadoras do País.

Sistema eleitoral distrital

O sistema eleitoral distrital tem sua raiz na representação territorial existente no período medieval. Desde o século XIII os delegados dos Condados eram convocados pelo Rei da Inglaterra para dar seu consentimento aos novos impostos a serem cobrados. A representação majoritária (distrital) está fortemente vinculada à noção de representação territorial. Os parlamentares eleitos por este sistema representam mais suas regiões do que os interesses de segmentos sociais presentes na sociedade. São, portanto, representantes do poder político local, das oligarquias dominantes em cada distrito. É o sistema político do "curral eleitoral".

No sistema eleitoral distrital o país é dividido em distritos eleitorais, podendo estes eleger um ou mais parlamentares. Serão eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos.

No Brasil o sistema eleitoral distrital foi adotado, com suas peculiaridades, por 70 anos durante o Império e a República Velha. As particularidades residiam no fato de só votarem aqueles homens com determinada renda e maiores de 24 anos. A revolução de 1930, representando um avanço democrático, assegurou o voto universal aos maiores de 18 anos, independente da renda e gênero. Acabou com o sistema distrital e implantou o sistema proporcional. O Estado Novo, através da Constituição outorgada de 1937, aboliu as eleições no País. A Constituição de 1946 incorporou em seu texto o sistema eleitoral proporcional para as eleições de deputados federais, estaduais e vereadores.

Durante a ditadura militar, por iniciativa do general Figueiredo, foi estabelecido o sistema distrital misto no País. No entanto, não foi colocado em prática. Com o fim da ditadura o Congresso revogou, em maio de 1985, este entulho autoritário.

O Sistema Eleitoral Distrital é adotado em um número restrito de países, entre os quais Estados Unidos, Inglaterra e França. Entre 1945 e 1980 praticamente não houve alterações nos sistemas eleitorais para a eleição dos parlamentares eleitos para as Câmaras Baixas. Na década de 1990 alguns poucos países fizeram alterações em seu sistema eleitoral. A Itália, que trocou o sistema proporcional pelo sistema misto. A Nova Zelândia, que trocou o sistema distrital puro pelo distrital misto; o mesmo fazendo o Japão.

Os defensores do sistema eleitoral distrital arrolam uma série de argumentos em favor de sua implantação no País: a redução do número de partidos políticos, facilitando com isto a governabilidade; fortalecimento dos partidos políticos porque retira a disputa entre candidatos do mesmo partido; redução do número de candidatos; maior aproximação do parlamentar de suas bases; eleições mais baratas. Tais argumentos são inconsistentes e visam a elitizar mais ainda o poder político do País.

É falsa a idéia de os pequenos partidos serem os responsáveis pelas dificuldades de governabilidade e de que por isto torna-se necessário afastá-los da cena política brasileira. Na verdade, eles representam um número limitado de parlamentares que não têm condições de cumprir este papel. A Câmara de Deputados do Brasil conta com a representação de 21 partidos. No entanto, somente os quatro maiores – PMDB, PT, PSDB e PFL – têm 59% da representação parlamentar. Portanto, são os grandes partidos que dão o rumo das atividades do Congresso. Na realidade, a maior ou menor governabilidade está relacionada com a capacidade de construir governos de coalizão que dêem forte sustentação às políticas governamentais.

Segundo o outro argumento levantado em relação aos pequenos partidos, estes se transformam em partidos de aluguel. No entanto, este argumento iguala todos os partidos menores e termina se voltando contra aqueles que têm história e serviços prestados ao país, como PCdoB, PSB e outros. Portanto, o caminho não é a adoção de medidas que conduzam à extinção destes partidos, mas sim a criação de mecanismos legais que evitem a barganha entre os grandes partidos e os partidos menores. São vários os mecanismos que se tentam criar visando a uma redução drástica do número de partidos. Tais medidas se relacionam não só com a adoção do sistema eleitoral distrital, como também com a adoção da chamada "cláusula de barreira". Todavia, a redução do número de partidos através de medidas casuísticas e não pela livre escolha dos eleitores fere o princípio constitucional de pluralismo político e partidário. É esta é uma das questões angulares do sistema democrático.

O argumento segundo o qual o atual sistema eleitoral proporcional em vigor no Brasil proporciona a disputa entre os candidatos do mesmo partido é uma realidade. Entretanto, tal fato não decorre do

sistema eleitoral existente, mas sim da existência da lista aberta de candidatos para a eleição. No sistema brasileiro vota-se em candidatos e não numa lista partidária. Para resolver este problema não é necessário alterar o sistema eleitoral proporcional, mas simplesmente adotar o voto em lista fechada onde os eleitores votarão na lista elaborada pelos partidos políticos e não nos candidatos. Tal alteração viria resolver, também, outro argumento levantado pelos defensores do sistema distrital relacionado com o grande número de candidatos ao parlamento. A adoção do voto em lista levaria os eleitores a votarem na lista partidária fazendo com que estivessem menos preocupados em saber o nome do candidato e mais preocupados em conhecer o programa do partido ao qual dariam seu voto. É isto fortaleceria o sistema partidário – o que é bom para a democracia.

Defender o sistema eleitoral distrital porque ele aproximaria o parlamentar de sua base não corresponde aos fatos. Todo parlamentar, por mais votos dispersos que possua, tem sempre uma base fundamental de sustentação de sua candidatura com o qual ele mantém estreitos vínculos. Evidentemente, o parlamentar representante de grupos econômicos não estará preocupado em se vincular às bases populares da região, até porque sua eleição depende do poder do dinheiro e não do vínculo com os eleitores.

Quanto à questão dos custos de campanha, o voto distrital agrava a influência do poder econômico porque restringe a área de disputa e possibilita a um candidato com maior volume de recursos, e contando com apoio das oligarquias locais, poder ali concentrar seus investimentos de campanha. Falando sobre o assunto, o ex-presidente Tancredo Neves afirmou: “Com a área eleitoral delimitada, o governo e o poder econômico dispõem de mil e um instrumentos para tornar inelegível e impedir a eleição de um representante do povo que venha a tornar-se incômodo não só para os interesses do Governo, como para os interesses do poder econômico nacional”. Esta é a questão crucial, ao se falar em reforma política. As classes dominantes tudo fazem para reduzir ao máximo as possibilidades de se elegerem representantes que expressem os interesses dos trabalhadores e da maioria do povo brasileiro. Cabe aos democratas a proposição de medidas que facilitem o exercício da soberania popular, que assegurem a eleição de um maior número de re-

presentantes legítimos da maioria do nosso povo.

Os argumentos dos defensores do sistema eleitoral distrital têm claramente uma marca de restrição à democracia. É um sistema defendido pelos partidos conservadores que querem manter o controle do sistema político com maior facilidade e por partidos que incorporaram concepções neoliberais que, no plano político, se relacionam com a limitação da democracia.

A adoção do sistema eleitoral distrital traz graves conseqüências para o processo democrático brasileiro:

1) Distorce a vontade popular. O resultado das eleições desrespeita a vontade de parcelas significativas da população, pois os eleitores do candidato que perde a eleição ficam sem nenhuma representação. Num país, por exemplo, que tenha 10 distritos. Nas eleições um partido obtém 51% dos votos nos dez distritos, enquanto um outro 49%: a conseqüência será que o partido vencedor ganhará as dez cadeiras no parlamento e o perdedor, apesar de ter tido 49% dos votos, não terá nenhuma cadeira. Ou seja, quase a metade da população ficará sem representação parlamentar. Um exemplo concreto desta distorção é citado pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos em seu livro *Retorno* onde afirma que nas eleições de 1992, na Inglaterra, os Conservadores conquistaram 57% das cadeiras, tendo obtido 42% dos votos, e os liberal-democratas, que receberam 22,6% dos votos nacionais, obtiveram apenas 3,3% das vagas no Parlamento. Outro exemplo citado por Luiz Weiss no *Observatório da Imprensa* diz respeito à eleição canadense de 1993. Naquela oportunidade o partido mais votado obteve 16% dos votos e elegeu dois deputados. O partido menos votado obteve 7% e elegeu 9 deputados. Um partido situado entre os dois elegeu 54 deputados. As graves distorções do sistema ficam evidentes. E a vontade de grandes parcelas da população é anulada.

2) Aniquila as minorias. Promove a ditadura da maioria. Com a adoção do voto distrital a tendência é caminhar para uma redução drástica do número de partidos. Tal sistema reforça enormemente o bipartidarismo. E isto significa uma grave distorção da democracia, já que a existência das minorias é uma questão central do processo democrático. E mais, é um princípio constitucional. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, em seu voto que derrubou a cláusula de barreira, afirmou: “está-se a ver que o disposto no artigo 13 da Lei n. 9.906/95 veio

a mitigar o que garantido aos partidos políticos pela Constituição Federal, asfixiando-os sobremaneira, a ponto de alijá-los do campo político, com isto ferindo de morte, sob o ângulo político-ideológico, certos segmentos, certa parcela de brasileiros. É isto ocorreu a partir da ótica da sempre ilustrada maioria". Sobre o respeito ao direito de existência das minorias, afirmou ainda o referido ministro: "É de repetir até a exaustão se preciso for: Democracia não é ditadura da maioria".

3) Golpeia o voto de opinião. Uma das importantes vantagens do sistema proporcional é assegurar o voto de opinião. Num país tão vasto e complexo como o Brasil onde existem grandes diferenças sociais, ideológicas, políticas, regionais e religiosas. O sistema político tem de ser capaz de abarcar todas estas tendências de opinião. Existem vastos setores na sociedade que votam não por razões regionais, mas em defesa da soberania nacional, da democracia, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos das mulheres, dos negros, das minorias, dos que defendem o meio ambiente. Querer colocar uma camisa-de-força para que estas tendências não possam ter uma representação política é asfixiar a democracia no País. É alijar do processo político parcelas significativas da sociedade.

4) Dificulta a representação das forças populares e dos democratas que não disponham de grandes recursos. Os candidatos que não dispõem de vultosos recursos e com voto disperso no conjunto da sociedade ficarão prejudicados. Com isto haverá uma elitização maior ainda do Parlamento.

5) Ao regionalizar o processo eleitoral o sistema distrital afasta o debate político dos grandes temas nacionais. Transforma o deputado federal em despachante de luxo, em um vereador federal voltado, quase que exclusivamente, para os problemas parquiais e regionais.

6) Agrava a influência do poder econômico nas eleições. Ao delimitar a eleição a um distrito o sistema permite ao candidato endinheirado gastar um volume maior de recursos num território bem menor. Por isto as elites dominantes são favoráveis a este sistema.

7) Possibilita a manipulação na delimitação dos distritos. A divisão dos Estados em distritos será um instrumento a mais nas mãos das elites para favorecer seus candidatos. Exemplos disto existem em

quantidade. Em 1958, De Gaulle instituiu o sistema eleitoral distrital na França para beneficiar a direita. Foram formados distritos constituídos por bairros de cidades de tendência oposicionista com uma região rural mais próxima, controlada pelo governo. A manipulação foi tão grande que se criou um distrito para garantir a eleição de Marcel Dassault, o fabricante dos aviões Mirage. Outra manipulação ocorreu no ano passado, nos Estados Unidos, para beneficiar o republicano Richard Pombo, aliado de Bush. O 11º Distrito da Califórnia foi redesenhado para facilitar sua vitória começando pelos subúrbios de San Francisco, evitando os locais onde os democratas poderiam ter maior votação, e seguindo até o vale central da Califórnia, uma região agrícola. A manipulação dos distritos eleitorais é tão conhecida nos Estados Unidos que se criou o termo "gerrymander". Ele provém do governador Elbrig Gerry que, em 1812, redesenhou um distrito para assegurar sua própria eleição para o estado de Massachussets.

O sistema distrital misto é uma forma atenuada do sistema distrital puro. É o sistema adotado na Alemanha, após a segunda guerra mundial para impedir o crescimento da esquerda naquele País. Pelo sistema distrital misto, metade dos parlamentares é eleita pelo sistema distrital e a outra metade pelo sistema proporcional com listas fechadas, elaboradas pelas direções partidárias.

Este sistema é menos pernicioso do que o distrital puro, porém, reduz o campo do voto de opinião, dificulta a eleição dos setores progressistas, facilita a eleição dos representantes dos grupos econômicos. Isto porque a metade dos parlamentares é eleita pelo sistema majoritário, distrital que, como já vimos, é altamente antidemocrático. A parcela de parlamentares a ser eleita pelo sistema proporcional terá muitas dificuldades porque o quociente eleitoral irá aumentar muito, dificultando a eleição dos candidatos populares e democráticos. O quociente eleitoral é o número mínimo de votos necessários para um parlamentar ser eleito pelo sistema proporcional. É o resultado da divisão do número de votos válidos, dados ao partido político ou coligação, pelo número de vagas a serem preenchidas. Assim, com a redução do número de vagas pela metade, dobra o quociente eleitoral, tornando mais difícil a eleição dos candidatos que não disponham de muitos recursos para a

campanha. Além do mais haverá uma forte tendência de se combinar o voto no candidato majoritário com o voto na lista do mesmo partido, facilitando assim a eleição dos representantes dos partidos que contem com o apoio das elites locais, dotadas de poder e recursos abundantes para a campanha.

Tentar impor o voto distrital puro ou misto ao Brasil é procurar impor uma camisa-de-força numa realidade política multifacética que exige um sistema eleitoral capaz de abarcar toda esta diversidade. É o caminho para uma elitização maior ainda do poder político e um profundo retrocesso na democracia brasileira.

Sistema eleitoral proporcional

A adoção do sistema eleitoral proporcional representou um importante avanço democrático. Ele se tornou uma necessidade em decorrência da incorporação de grandes massas ao processo eleitoral, com a ampliação do sufrágio universal.

No sistema proporcional os partidos elegem um número de parlamentares proporcional ao número de votos que obtêm no processo eleitoral. Assim, um partido ou coligação que obtiver 30% dos votos terá, aproximadamente, 30% da representação parlamentar. Este é o sistema vigorante no Brasil. É adotado, também, por Áustria, Suécia, Dinamarca, Islândia, Irlanda, Holanda, Suíça, Finlândia, Israel, Portugal, Bélgica, Noruega, Luxemburgo, Grécia e Espanha. Isto sem citar a grande quantidade de países de América Latina, África e Ásia, que adotam tal sistema eleitoral.

Falando sobre o sistema proporcional, o ex-presidente Tancredo Neves afirmou: "Tenho para mim, com base na minha longa experiência de vida pública, sobretudo encarando o aspecto da realidade sócio-econômica do Brasil, que o sistema proporcional é o único capaz, como instrumento de ação política, de promover a rápida democratização das estruturas e das instituições brasileiras. O sistema proporcional é realmente uma ação política que determina que as resistências reacionárias, conservadoras e imobilistas têm que ceder à pressão das reivindicações populares, fazendo que a história siga sua marcha implacável".

Há uma particularidade no sistema proporcional do Brasil: a existência das chamadas listas abertas. Ou seja, os partidos apresentam uma lista de candidatos e os eleitores escolhem em quem votar. Com is-

to há uma grande proliferação de candidatos e uma renhida disputa entre os candidatos do mesmo partido, pois serão eleitos os mais votados de cada legenda. Neste particular cabe um aperfeiçoamento de nossa legislação eleitoral com a adoção da lista fechada onde os partidos decidirão, em suas convenções, as listas de seus candidatos, estabelecendo o lugar de cada candidato na lista. Com isto o eleitor votará na lista partidária, com a conseqüente consolidação do sistema partidário no Brasil, evitando a luta fratricida entre os integrantes no mesmo partido, no processo eleitoral.

Vários países adotaram o sistema proporcional depois de uma larga experiência com o sistema distrital. São exemplos desta situação países como a Áustria que fez esta alteração em 1919; Bélgica em 1899; Dinamarca em 1918; Finlândia em 1906; Suécia em 1907; e Suíça em 1890.

Neoliberalismo e reforma política antidemocrática

O neoliberalismo ressuscitou as velhas teses da "mão invisível do mercado". Lançou o lema "menos Estado e mais mercado". Colocou em prática, em boa parte do mundo, a desregulamentação da economia, o processo de privatizações, desnacionalização da economia, a redução do papel do Estado em sua função social, a quebra de direitos dos trabalhadores. Para colocar em prática todas estas medidas tornou-se indispensável a adoção de reforma política visando limitar a representação política do povo e dos setores que se opõem ao neoliberalismo. No Brasil o seu objetivo central é assegurar o retorno das elites ao governo, anular o papel das forças progressistas e de esquerda e recolocar em marcha o projeto neoliberal barrado com o governo Lula. Esta reforma política antidemocrática inclui medidas como a adoção do voto distrital, a cláusula de barreira, entre outras medidas.

Falando sobre o mesmo tema, o professor argentino Atílio Boron afirma: "a refundação de uma ordem econômica liberal – isto é, que deixe as mãos livres às frações mais dinâmicas e concentradas do capital – exige a constituição de uma ordem política crescentemente autoritária".

Já o professor Wanderley Guilherme dos Santos, afirma: "as revisões, reformas e legislação são suger-

das a título de dotar o nosso sistema político daqueles atributos de que seria manco: transparência, ética, representatividade e eficácia. Na realidade, porém, a derradeira estação deste atentado institucional seria, ou será, o retorno ao clube oligárquico da competição partidário-eleitoral minimalista”. Ainda segundo o professor, tais reformas representam “o mais violento atentado institucional já ousado por civis no último século da vida brasileira”.

Diante da evidência do significado antidemocrático da reforma pretendida pela direita é de se ficar estupefato diante da posição assumida pelo PT na discussão da cláusula de barreira, votando no senado a favor deste atentado à democracia. Da mesma forma causa surpresa a manifestação de setores deste partido em relação à adoção do voto distrital.

Uma reforma política democrática implica ampliar o exercício da soberania popular. Para isto cabe indagar: quais questões distorcem o exercício da soberania popular em nosso País?

Sem dúvida nenhuma o principal fator de distorção da vontade popular está na influência do poder econômico no processo eleitoral. Daí que a adoção do financiamento público exclusivo de campanha é o fator decisivo em uma reforma política democrática. Não se tem a visão ingênua de que num país capitalista o poder econômico não continue a exercer sua influência no processo político. Porém, o financiamento público de campanha viria a minorar este problema e reduzir a profunda desigualdade na competição eleitoral existente hoje entre os representantes dos grupos econômicos e os candidatos representantes do movimento popular. Esta questão é simplesmente deixada de lado pelas elites dominantes, pois para elas o finan-

ciamento particular é mais interessante já que contam com o financiamento de empresas nacionais, estrangeiras, bancos e grandes proprietários de terras.

Um outro fator de grande importância é a questão do quase monopólio privado dos meios de comunicação, que se colocam a serviço dos grandes grupos econômicos e do projeto neoliberal. Gramsci defendia a tese de que o Estado exercia o seu domínio de classe através da coação e de um processo de hegemonia política e cultural. Hoje os meios de comunicação jogam papel decisivo na construção desta hegemonia das classes dominantes. Por isto, a democratização dos meios de comunicação é decisiva na ampliação da democracia brasileira.

Outros aspectos relevantes dizem respeito à adoção do voto em lista como aperfeiçoamento do sistema proporcional e a plena liberdade de organização partidária.

Diante desta ofensiva da direita, tentando impor uma reforma política antidemocrática, contando com os grandes meios de comunicação, cabe às forças democráticas desencadear uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública sobre o papel que uma reforma política pode jogar no sentido de avançar ou de fazer retroceder nossa democracia. Para isto torna-se necessário incorporar não somente os partidos democráticos e progressistas, como as entidades do movimento social, autoridades políticas e acadêmicas realizando debates e manifestações por todo o País.

Aldo Silva Arantes é presidente do PCdoB/Goias e membro da Comissão Política Nacional do PCdoB.

Referências

- ARANTES, Aldo. *Reeleição e Reforma Antidemocrática do Estado*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.
- Reforma Política para ampliar ou restringir a democracia?* Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.
- Partidos Políticos e Realidade Nacional*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- BORON, Atilio. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- LIMA, Haroldo. *Reforma Política – O golpe tramado contra a liberdade partidária e as alternativas progressistas*. Brasília Câmara dos Deputados, 2000.
- NEVES, Tancredo. *Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral*. Brasília: Pronunciamento realizado em 1980 na UnB.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistema Eleitoral e Reforma Política*. Foglio.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Regresso – máscaras institucionais do liberalismo oligárquico*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

Entrevista com Clara Araújo

A reforma política e a participação das mulheres

POR ADALBERTO MONTEIRO E EDVAR LUIZ BONOTTO

Clara Araújo é uma destacada pesquisadora de temas de interesse das mulheres na atualidade. Foi presidente da UNE, é doutora em sociologia e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, onde é coordenadora do NUDERG (Núcleo de Estudos em Desigualdades e Relações de Gênero), especialista na área de gênero, com concentração nos temas do *Poder Político* e da *Família*. Ela apresenta ao público de *Princípios* dados e análises sobre os fatores que influenciam na participação e eleição das mulheres no cenário político

A luta das mulheres conquistou importantes vitórias. No entanto, a presença das mulheres nas instâncias de poder é limitada. Por que isso ainda ocorre?

Clara Araújo – Tenho estudado isso e não há uma causa única, mas um conjunto de fatores.

Primeiro, há um desequilíbrio histórico mundial. Esse desequilíbrio faz parte da própria constituição do

Estado moderno, que vetou o direito à cidadania para as mulheres. Quando estas começam a ter maior participação se depararam com espaços já ocupados, pelos homens. Elas têm de não apenas ocupar, mas também tirar alguém de seus espaços – o que significa enfrentar formas de capitais políticos já organizados e instituídos. Isto criou também certos preconceitos de imagens associadas ao político ou às características do que é próprio ao campo político como masculinas.

Há outros fatores gerais associados à chamada dupla jornada das mulheres. Tenho entrevistado mulheres-candidatas e candidatos – para comparar – e é impressionante como essa questão da política e da família (responsabilidade familiar) é levantada pelas mulheres. Algumas mulheres, candidatas no Rio de Janeiro, me relataram não poder fazer campanha porque não havia quem cuidasse de seus filhos. Os maridos se recusavam a ajudar porque não concordavam com tal ação política. Por isso, elas só faziam campanha nos finais de semana, num período de três a quatro meses. Esse é um outro tipo de problema constatado por nós – um fator importante para explicar essa desvantagem das mulheres.

Outro fator é o econômico. Quer dizer, ele pesa em qualquer sistema eleitoral e, em alguns, mais do que em outros. No mundo, as mulheres ganham, em média, menos do que os homens. Em termos de bens quantificados, as mulheres, segundo a ONU, possuem apenas cerca de 15% deles. E crescentemente os processos eleitorais se tornam cada vez mais mediados pelo mercado. Portanto, ao mesmo tempo em que há um movimento de entrada das mulheres há um conjunto de fatores impeditivos.

Segundo, não podemos nos esquecer também das condições de vida das mulheres. É essa questão pesa dentro das características do sistema eleitoral. Há um preconceito estruturado entre homens e mulheres. No entanto, isso é relativo porque não existe uma *essência* moral qualitativa das mulheres em relação aos homens, ou diferentes habilidades. Mas como as mulheres têm menor presença nos espaços públicos por onde se constroem as trajetórias políticas terminam se apresentando menos. Até porque avaliam as suas chances reais. E muitas vezes, quando se apresentam, não recebem o apoio necessário.

Portanto, as mulheres no Brasil estão tentando entrar em um espaço que vem, de um lado, de um

processo frágil, pouco organizado, de institucionalização democrática; e, de outro, de um contexto em que se trata de desmoralizar a política cada vez mais, criar uma idéia de que política é uma coisa suja. São contextos muito adversos. E que, suponho, têm impacto sobre as próprias mulheres ao se candidatarem, por exemplo, ao se interessarem por disputar o poder. Ainda assim, os dados apontam para crescimento na participação na disputa.

Um último fator – do ponto de vista sócio-econômico mais amplo (sociológico) – é a existência de certo enfraquecimento dos movimentos sociais; além da questão de todo um trabalho de enfraquecimento da idéia de partido político e da política. Ao observarmos a capacidade de mobilização dos movimentos organizados, percebemos que eles têm tido certa dificuldade. Isso pode ter impacto, pois no Brasil quando levamos em consideração as trajetórias e a cultura política brasileira – e pelas características pluripartidárias institucionais –, observamos a existência de dois grandes veios por meio dos quais as mulheres entram na política. E eles são muito claros e demarcados. Há um veio mais conservador: o da entrada através da reprodução da elite política, já mais tradicional. Ou seja, as mulheres entram via família, já com um capital familiar (esposas, filhas, sobrinhas, parentes...). E nota-se outro veio mais à esquerda: os movimentos sociais.

No caso do Brasil, essas duas trajetórias são muito marcantes. E se as mulheres adentram a política pelo caminho dos movimentos, o enfraquecimento destes também rebate sobre as mulheres, por tratar-se de espaços importantes para a constituição de redes e formação de potenciais lideranças.

É preciso, ainda, considerar o capital e as condições de quem “já está dentro”. Fizemos um estudo sobre os fatores que influenciam na eleição de uma pessoa. Levantamos alguns dados: educação, idade, situação conjugal, partido, tamanho do distrito (número de representantes de cada estado), densidade demográfica, IDH e as candidaturas à reeleição. E a única variável com resultado positivo é “candidaturas à reeleição”. Ou seja, uma pessoa já eleita tem muito mais chances – muito mesmo, do ponto de vista estatístico – do que uma pessoa não concorrendo à reeleição. Isto significa que, de partida, as chances dos homens já são bem maiores.

Como você analisa os espaços conquistados pelas mulheres na vida política brasileira?

Clara Araújo – O fato de haver um pequeno percentual de mulheres como representantes eleitas leva à associação disso a uma imagem de apatia das mulheres. Vários estudos têm sido feitos para dar visibilidade à participação política feminina. Estudos e levantamentos mostram o crescimento da participação das mulheres nos movimentos associativistas – mesmo dentro dos partidos. O crescimento do número de mulheres filiadas aos partidos políticos é significativo, principalmente nos de esquerda. Há um grande crescimento da participação das mulheres como militantes.

Mesmo considerando as dificuldades já citadas (como o enfraquecimento do movimento sindical, dado também pelo desemprego etc), os estudos que trabalham mais com o associativismo também identificam um aumento da participação das mulheres. No caso do poder – além do espaço da representação – um dado muito interessante é um poder não eleito, mas meritocrático. No Judiciário, por exemplo, há uma grande novidade: a proporção de mulheres aprovadas em concursos é maior que a de homens. Quer dizer, onde há o concurso para o exercício do poder, onde há certa neutralidade nas escolhas as mulheres ocupam mais espaço. Conforme meu levantamento sobre a participação das mulheres nos diretórios dos partidos dos últimos dez anos, há um resultado significativo. O patamar de 8%, de 10 anos atrás, hoje está, em média, entre 20 e 30%.

Mas o nó continua, realmente, nos espaços da representação.

Você citou a Constituição de 1988. De 1986 para cá houve uma série de avanços institucionais e jurídicos, mas no meio desse caminho há o processo avassalador do neoliberalismo nos anos 1990. Ao mesmo tempo em que as mulheres conquistaram avanços jurídicos, sua vida concreta se tornou mais difícil?

Clara Araújo – O neoliberalismo teve um impacto grande sobre a vida das mulheres. Não só em relação à política, mas também ao trabalho. Por exemplo, nos países em que ainda se preservam – no caso do sis-

tema capitalista – políticas de bem-estar calcadas na intervenção do Estado o grau de igualdade e de espaços conquistados pelas mulheres é muito maior. Na Suécia, em comparação com países de democracias liberais (como Inglaterra, Estados Unidos), a diferença em termos de participação política, no trabalho – e vários dados da igualdade – é muito significativa.

A precariedade da situação sob o neoliberalismo tem impactos em termos diretos e indiretos. O desemprego e a precariedade de emprego têm impacto sobre a vida das mulheres. No Brasil elas trabalham em média 32 horas semanais na esfera doméstica; e a média de horas trabalhadas fora é cerca de 41 horas. Esses são dados de uma pesquisa nossa, em nível nacional (os do IBGE são mais ou menos próximos desses). Fizemos essa pesquisa, comparando vários países: Japão, Suécia, Estados Unidos, Espanha, México, Brasil, Portugal e Chile. E é impressionante o número de horas, em média, trabalhadas pelas mulheres em Chile, Brasil e México – que foram laboratório das políticas neoliberais.

Num contexto em que vários aspectos já dificultam a participação das mulheres, os efeitos das políticas neoliberais complicam ainda mais. Sobra menos tempo para participar da política. Se a mulher trabalha precariamente – e este tipo de trabalho tem crescido – ela não se sindicaliza. Se ela não se sindicaliza não pode ter uma experiência coletiva, associativista, não pode se tornar uma liderança. Mas este efeito não é o mais decisivo ou direto. No Chile, por exemplo – país cuja aplicação das políticas neoliberais foi inclusive seguida mais à risca e, além disso, é um muito conservador – as mulheres têm conseguido obter resultados eleitorais bem melhores que no Brasil – e sem cotas. O mesmo se passa em relação ao México, embora lá existam as cotas. Mas mesmo antes delas, os resultados já eram melhores. Portanto, há também outros fatores, associados ao sistema eleitoral, que ajudam a explicar o caso brasileiro.

Qual o resultado, alcance e limite da política de cotas às mulheres?

Clara Araújo – A política de cotas tem dado resultados quantitativos efetivos na maior parte dos países onde foi adotada, porém com variações e, não necessariamente, seus resultados são sempre melho-

res do que nos países onde não há cotas. Há aspectos positivos e negativos nas experiências de cotas.

É importante dizer que as cotas ganharam relevância em razão de alguns fatores. Um fato é a questão da mulher, fruto da pressão e da luta das mulheres, ter se tornado um elemento importante na agenda política internacional, inclusive na do sistema de financiamento. Por isso, muitos países – até para poder obter financiamento – são obrigados a ampliar os direitos da mulher.

De fato, estatisticamente em termos mundiais, sem dúvida, a política de cotas tem tido um impacto muito grande na ampliação da presença de mulheres na representação político. Na América Latina há, hoje, 12 países com sistema de cotas. Comparamos o percentual de mulheres eleitas antes das cotas com o percentual de mulheres depois delas (e nos países sem cotas, esse percentual de mulheres naquele mesmo período com o percentual de mulheres hoje). A média de mulheres eleitas, nos países com cotas, quase dobrou. Desse modo, em certas circunstâncias elas aumentam o percentual de participação das mulheres, porém, não creio que esteja em jogo apenas este aspecto formal. De certa forma, a política de cotas se tornou uma espécie de panacéia.

Ter cotas significa ser mais democrático o sistema? Não necessariamente. Por isso, muitas vezes, a forma como esse debate tem sido feito no Brasil é um pouco simplista, pois se concentra apenas nesse ponto enquanto outros – também decisivos – ficam secundarizados.

Um dado interessante é o fato de as democracias mais consolidadas não terem cotas às mulheres. Elas entram mais nos países em que as democracias estão ainda sendo construídas. De um lado, podemos ler isso como pouca permeabilidade das instituições consolidadas a inovações. E fazer a leitura de que isso significa tradicionalismo. De outro, ver isso como o conceito de representação. Portanto, nos países em que as instituições não estão tão sólidas, arraigadas, podem-se incluir outros aspectos do conceito de representação, que podem ser positivos. Mas também há de se refletir sobre o que consiste a representação e como articular “*idéias e presença*”, como disse uma escritora, Anne Phillips.

Há várias modalidades de cota que se entrelaçam com os sistemas políticos e isso altera a sua eficácia.

Primeiro, a cota com a lista eleitoral aberta, como a nossa no Brasil. É aquela com a lista eleitoral fechada. A depender de como se tem essa cota na lista eleitoral fechada, há uma chance às mulheres completamente diferente, dentro da mesma lista. Por exemplo, numa lista eleitoral fechada – em que se vota na lista do partido e não no candidato, mas não há definições sobre ordenamento e alternância das cotas – as chances das mulheres são completamente diferentes em relação às de listas fechadas, onde as cotas são obrigatórias, inclusive na alternância dos nomes. Então, para cada dois nomes masculinos deve haver um feminino. Se houver esse item da alternância, muda a chance das mulheres. Há experiências nos dois sentidos mostrando isso. Existe ainda uma outra modalidade: a cota de reserva de assentos no Parlamento. Ela tem sido usada em países mais conservadores; mais atrasados em termos de valores democráticos e igualitários. Na minha opinião, é um sistema que contraria o princípio da representação e leva à segregação das mulheres.

Em relação à cota em listas abertas, a sua eficácia também varia, e depende dos preceitos e regras eleitorais. Por exemplo, na América Latina – onde mais se concentraram as experiências, e têm tido mais sucesso – o Peru adotou a lista aberta e tem obtido um enorme sucesso, passando de 9% para 27% na representação de mulheres. Isto porque, além de ser obrigatória (o partido não concorre se não preencher a cota), há também o voto duplo, em dois candidatos, facilitando a campanha das mulheres. Já no Brasil tem sido este desastre que vemos. Mas não é só em razão da lista. No caso, na região, há um resultado muito positivo do ponto de vista numérico em relação aos países que adotam cotas e vis à vis aos países que não adotam. No entanto, isso não significa que todos os países que adotam cotas têm resultados positivos e todos os que não adotam negativos. Por isso, embora venham sendo cada vez mais assumidas e contribuam, no meu entender, as cotas por si só não resolvem o problema. Aí entra a questão do sistema eleitoral.

A eleição de mulheres depende muito do sistema eleitoral. Um elemento identificado por nós como fundamental para o funcionamento da cota é a existência de sanção aos partidos que não a cumprem. A Argentina tem lista fechada, o Peru, como disse,



A eleição de mulheres depende muito do sistema eleitoral.

aberta e o Equador também. A maior parte deles adota uma sanção: se a cota não for cumprida o partido não concorre. Esse é um elemento básico para que a cota seja respeitada. Onde se conseguiu impor essa sanção, houve o cumprimento da cota. Na Argentina, no início, não havia essa sanção. E o que ocorria nesses países de lista fechada quando não havia essa sanção? Havia uma brusca queda do índice de mulheres. Portanto, os resultados iniciais dos países – mesmo com lista fechada, mas sem sanção nem alternância – não alteravam muito o quadro anterior. A inclusão de certas sanções no caso das listas fechadas possibilitou um aumento de mulheres eleitas.

No Brasil este debate sobre as listas está muito simplificado (lista aberta ou lista fechada), quando há uma terceira alternativa de lista. A variação delas é muito grande dentro de cada sistema, e também como elas são aplicadas (conforme disse antes em relação ao Peru e ao Brasil). No Peru as mulheres fizeram uma campanha com a insígnia: “Dê seu primeiro voto a quem quiser, mas o segundo a uma mulher”. Isso foi identificado como elemento importan-

tíssimo para elas terem conseguido espaço maior. Então, no sistema eleitoral há outros aspectos importantes a serem considerados.

Quando comecei a pesquisar as cotas me perguntava “O que isso implica mesmo?”. E o primeiro dado, do ponto de vista numérico, em geral tem sido positivo às mulheres. Mas, isso não diz nada sobre o quanto democrático é um país. As pessoas usam muito o exemplo dos países escandinavos que têm altíssimos percentuais de presença das mulheres em comparação com os outros. Mas nenhum deles tem cotas por lei, ou obrigatórias. Lá os partidos que quiseram colocaram cotas internas como política de ação afirmativa. São países com Estados de bem-estar social mais ou menos consolidados. Isso tem impacto positivo sobre a disposição e a chance de as mulheres participarem da esfera pública e, ao mesmo tempo, há uma política direcionada para incentivar os homens a também se comprometerem com a esfera privada. E são países, pelo que a literatura identifica, com uma cultura de gênero igualitária. Alguns autores, inclusive, comparam esses países com Inglaterra,

Alemanha e França. E mostram como existem diferenças. Enquanto a Inglaterra e outros países têm uma cultura mais hierarquizada, mais tradicional, os países escandinavos têm uma tradição de valor e cultura mais igualitários. Por isso, nesses países há um conjunto de fatores e as cotas entraram como um fator adicional.

O Congresso Nacional debate hoje o conteúdo concreto de uma reforma política. Qual a sua opinião sobre a reforma e as expectativas em relação à participação das mulheres?

Clara Araújo – Um primeiro dado importante é o fato de a Secretaria Nacional de Mulheres ter escolhido para este ano como principal tema a questão da política, estimulando muito o debate dentro das conferências preparatórias sobre a reforma política. Isso é muito importante porque há certa dificuldade dos movimentos de mulheres de discutir política, como se a tal esfera fosse uma coisa e o feminismo outra. E essa questão ter sido colocada como ponto da agenda da Conferência das Mulheres de certa forma obriga e torna esse elemento central. A grande questão é saber o que é a reforma política e qual sua abrangência. Há alguns dados visíveis não só em relação às mulheres como também em relação à sociedade como um todo.

O primeiro ponto é o chamado **financiamento público** de campanha. Sua importância já está por demais demonstrada, apesar do discurso da mídia (de o dinheiro do povo ir para a política...). Porque o financiamento público e as restrições ao financiamento privado democratizam as condições de concorrência. Que condições as pessoas têm de concorrer num mundo cada vez mais midiático? Portanto, a questão do financiamento é um elemento fundamental. Em relação às mulheres – considerando possuírem menor renda, menos bens e estarem menos nos partidos do que os homens –, conforme todas as pesquisas mostram a grande questão levantada por elas é a financeira. As mulheres, em geral, não têm dinheiro para enfrentar esse aparato mercadológico em que se tornaram as campanhas eleitorais. Assim, o financiamento público, junto com a restrição ao financiamento privado, seria um grande avanço.

Um aspecto muito combatido pela mídia – mas

que tem de ser preservado, no caso do Brasil – é a questão do horário gratuito de propaganda eleitoral. Num país como este, continental, e cada vez mais midiático, esse espaço é fundamental – em especial para quem não tem dinheiro, e não consegue alcançá-lo via outros meios. E para as mulheres também é um espaço fundamental.

Há duas outras discussões sobre a reforma política: a lista e a fidelidade partidária. Este talvez seja um ponto-chave, porque de uma forma ou outra o indivíduo se identifica com o partido, apresenta-se por um partido, que deixa de dar a vaga para outra pessoa. E ele muda de partido quando quiser. Portanto, nessa articulação entre representante e representado, e o partido como seu mediador dessa representação, a fidelidade é importante.

E sobre a lista pré-ordenada qual a sua opinião?

Clara Araújo – Venho estudando isso em relação às mulheres. Se iniciarmos a discussão de lista, independentemente das mulheres, há aspectos prós e contras tanto na lista aberta quanto na fechada.

Sobre a lista fechada, há o entendimento de que ela – nas características do Brasil (onde os partidos estão ainda pouco enraizados) – fortaleceria os partidos políticos, daria mais visibilidade a eles, despersonalizaria o voto, que seria articulado com um programa político do partido. No entanto, há outro aspecto a ser considerado: existe uma relação, do ponto de vista da representação, entre o representado, o eleitor e o representante. Por quê? Porque de uma forma ou outra quem representa não é o partido. A figura do representante é individualizada, por mais que o partido tenha um programa. Por mais que o partido tenha um programa, quando ele elenca uma lista fechada (uma ordem de prioridades) sobre a qual o eleitor não pode fazer nenhum tipo de escolha, de certa forma este tem de ter uma identificação muito grande com o partido. E, dentro do partido, há as variações das origens das pessoas e das áreas que representam etc. Esse é um primeiro problema: como preservar algum grau de autonomia para o eleitor.

Segundo problema: qual o impacto da lista fechada em países como o Brasil, em que as instituições políticas partidárias são menos consolidadas? De um lado, há o fortalecimento dos partidos, algo

necessário e importante; de outro, um risco de fortalecimento das oligarquias das legendas menos democráticas. A lista fechada ajudaria a consolidar os partidos, mas também daria mais poder ainda às direções e a essas oligarquias.

A discussão entre lista aberta *versus* lista fechada empobrece, porque há um conjunto de experiências em vários países da chamada **lista flexível**. Na realidade, conforme um levantamento meu, inclusive em relação às mulheres, a maioria dos 20 primeiros países com mais representação das mulheres no Parlamento possuía lista flexível. Há uma combinação do voto no partido, na lista de candidatos do partido, com uma escolha do eleitor dentro daquela lista. Portanto, é dada certa margem de manobra para o eleitor, ao mesmo tempo em que ele é obrigado a votar numa determinada lista. Se ele escolhe só um candidato o voto dele não vale. Ele é obrigado a votar na lista e escolher um candidato. Este modelo tem sido muito adotado por muitos países. Com isso, de um lado, preserva-se o partido e, de outro, preserva-se certa autonomia do eleitor.

Na lista fechada é mais fácil de aplicar as cotas femininas e a maior parte dos países que adotam as cotas possui lista fechada. De fato, a cota tem mais a ver com a lista fechada. Porque no caso da lista aberta, estar numa lista ou não estar não faz diferença nenhuma. Quer dizer, depende muito do peso que o partido dá ao indivíduo que será candidato e da sua própria capacidade em termos de finanças etc. No caso da lista fechada, se se vota apenas na lista, a mulher constar de uma lista já tem um significado. No entanto, se a legislação não tem força para impor a alternância nas cotas, é um tiro que pode sair pela culatra – como revelaram as experiências de Argentina, Bélgica e vários países de lista fechada que adotaram cota, mas não conseguiram adotar a alternância logo de início. As mulheres foram jogadas na base da lista e não foram eleitas.

Segundo risco – segundo a avaliação de algumas experiências de cotas de alguns países mais atrasados –: a subordinação das mulheres à direção partidária. Como há mulheres em menor número, elas ficam mais dependentes da direção partidária para serem indicadas. E isso implica numa forma de competição entre elas. Quer-se evitar em relação à lista aberta, mas acontece. Um estudo sobre Bangladesh mostrou

como, na realidade, acontecia de as mulheres indicadas serem aquelas que os dirigentes partidários queriam, porque eram partidos oligárquicos. E agora acaba de sair um estudo sobre a Argentina – pioneira na história das cotas na América Latina (já faz 15 anos): de 6% em 1991, a eleição de mulheres passou para 36% atualmente. Mas o estudo identifica também este problema da “lealdade” e observa que em relação à composição das direções partidárias há um crescimento muito pequeno. Nesse país existe a obrigatoriedade da alternância na ordem da lista em relação às cotas: para cada dois homens há uma mulher.

A lista aberta, para mim, é complicada também. Porque, com ela, é muito estimulada a competição intrapartidária, o voto é muito individualizado; e isso exige um grau de recursos muito grande. Portanto, as mulheres são realmente muito prejudicadas com essa lista completamente aberta. A cota decididamente não funciona para lista aberta como a do Brasil.

A cota na lista aberta como é colocada atualmente no Brasil – em que não há fidelidade, nenhum tipo de financiamento público; toda a campanha em 90% dos partidos depende do candidato – não funciona de fato. Por esse motivo ela não tem funcionado. E ainda não há uma sanção. No caso do Peru, por exemplo, há sanção. É lista aberta, mas tem duas particularidades: o partido tem de colocar a cota, e as pessoas escolhem dois nomes. Então, para o partido, se ele tem realmente de preencher a cota, não é vantagem para ele preenchê-la de qualquer forma. No Brasil isso não é problema porque sequer os homens preenchem as candidaturas. O mercado eleitoral é muito grande. Há 150% de candidatos sobre as vagas, então a proporção é muito grande. Nesse atual sistema realmente as cotas são uma falácia. Têm impacto negativo pelo fato de as pessoas entenderem que as mulheres não querem fazer política, não vão se candidatar. Na realidade, na minha opinião, as mulheres são sábias, elas fazem um cálculo de ganho e custo das condições e das chances de enfrentar o contexto brasileiro. A média de gasto nessa última campanha para deputado federal ficou em torno de R\$ 2 milhões. Junto com o pesquisador Gregory Schmidt fiz um estudo comparando Brasil e Peru e ele acabou fazendo um estudo com 64 países – sobre a chance de eleição das mulheres e sua relação com cotas entre sistemas com lista aberta e com lista fechada. Tanto no

que encontramos na América quanto no que ele encontrou em seu estudo mais amplo, não há diferença na chance de as mulheres serem eleitas se apenas for considerada a lista. A chance de as mulheres serem eleitas na lista fechada, ou na lista aberta, é a mesma. Se for considerada a cota, sem a obrigatoriedade da alternância da lista, é o mesmo resultado.

Mas se forem consideradas a cota e a obrigatoriedade da alternância da lista – ou seja, havendo uma cota de 30% e isso ter de ser cumprido – haverá dois homens, uma mulher, ou uma mulher, dois homens; então, há chances efetivas. Fica assegurado que as mulheres serão eleitas.

Um segundo achado: quando juntamos países só de lista aberta, ou juntamos países só de lista fechada, dentro de cada um desses grupos há uma variação enorme. Fizemos um cálculo estatístico e essa variação é maior do que entre uma lista e outra. Por isso, inclusive, no meu entendimento, não se deveria subordinar uma posição em relação à lista a uma estratégia pontual de cotas. Essa discussão da forma como ela é feita – como se a lista fosse o mal ou o bem – não é fundada. Há vários fatores aí. E a lista depende do contexto. Estão em jogo não apenas as cotas, mas as formas melhores de se articular a representação política, o fortalecimento e a representatividade dos partidos frente ao eleitorado.

Que elementos você tem a apresentar sobre o sistema eleitoral e o voto distrital na perspectiva da eleição ou não de mulheres?

Clara Araújo – Há dez anos venho estudando essa questão. Comecei pelas cotas e venho me dedicando ao estudo da compreensão dos fatores que levam as mulheres a se elegerem e não se elegerem e a relação disso com as cotas. Na discussão de sistema eleitoral sempre há vários fatores e contextos.

No entanto, quando a causa é isolada, há um consenso de que os sistemas proporcionais são bem mais favoráveis não somente à eleição das mulheres como também à eleição dos outros grupos que não estão na elite. Isso é praticamente um consenso na literatura. Há inclusive um estudo envolvendo mais de 100 países, de Wilma Rule – de 1997, mas já foi readaptado em 2003 – em que ela analisa sistemas de voto proporcional, sistemas mistos (com uma parte pro-

porcional e uma parte majoritária) e sistemas unicamente majoritários (como Inglaterra, Austrália). Ela faz um levantamento que mostra como os sistemas proporcionais são mais favoráveis à eleição de mulheres. E faz uma tipologia para defini-los. Proporcionais são sistemas “amigos das mulheres”. Mistos, “meio amigos” e, majoritários, os seus “inimigos”. E ela fala não apenas das mulheres, mas também dos grupos que não estão dentro do esquema do Estado.

No sistema distrital a chance das mulheres é diminuída. Há a tendência de esse voto – essa é uma discussão mais ampla – ser muito marcado pelo localismo. Ele perde muito de uma visão mais ampla, de programas mais amplos. Ele se torna muito marcado no distrito; muito clientelista. Com isso, há uma tendência de as pessoas já dominantes no distrito serem favorecidas. Os novos setores que estão chegando na política tendem a ser mais desfavorecidos. E os partidos, para não arriscarem perder aquele espaço já consolidado, tendem a resistir a deslocar ou colocar outras pessoas que não aquelas já eleitas e “seguras”.

A discussão sobre o sistema eleitoral em relação ao tipo de sistema – proporcional ou distrital – é mais séria do que a discussão sobre lista. Do ponto de vista de sistema eleitoral, **o sistema distrital é altamente desfavorável à mulher, assim como é desfavorável a outros grupos não-dominantes.**

O caso do México é interessante, porque adota o voto misto. A cota lá é para o majoritário e para o proporcional. Ela vai para os dois tipos de distrito. Existe um estudo, de Lisa Baldez, que mostra onde a cota foi aplicada e onde as mulheres se elegeram: na parte proporcional da eleição. A cota quase foi um fiasco na parte majoritária, porque a mulher não é indicada. Quando ela é indicada, normalmente, as chances de ela competir são muito desfavoráveis. Os dados mostraram claramente: as mulheres se deram bem no sistema proporcional, não no majoritário.

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios. Edvar Luiz Bonotto é doutor em direito e membro da redação de Princípios.

As vitórias da esquerda na América do Sul

JOSÉ LUÍS FIORI

A ira e o desencanto dos liberais de direita e de esquerda têm sua razão de ser: o cenário ideológico latino-americano ficou diversificado e repleto de idéias e propostas

“Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor”.
(Salvador Allende, *Último Discurso*, durante o bombardeio do Palácio de La Moneda, em 11 de setembro de 1973)

Parece surpreendente, mas todos os sinais indicam que os conservadores latino-americanos estão perdendo o rumo. Não sabem o que propor e não conseguem interpretar os acontecimentos históricos. Batem cabeça, negam os fatos, e multiplicam os neologismos para desqualificar as vitórias políticas e os avanços eleitorais das forças de esquerda, em toda a América Latina, desde o início do século XXI. Durante a Guerra Fria, a esquerda foi sempre considerada e

tratada pelos conservadores como uma força política coesa, e uma ameaça homogênea. Mas agora, se inventam a cada dia novas classificações e divisões entre os governos de esquerda que vêm sendo eleitos em todo o continente, como forma de diluir ou dissolver a força dos acontecimentos. No início só se distinguíam “normais” e “equilibrados” de nacionalistas e populistas; mas agora o quadro se complicou e já se fala normalmente de uma lista enorme, variada e confusa, de governos: “a) moderados, b) radicais, c) do bem, d) do mal, e) demagógicos, f) refundacionistas, g) etno-sociais, h) modernos, i) espalhafatosos, j) anacrônicos, k) autoritários, l) pós-modernos, m) nacional populares, n) pragmáticos, o) nacional desenvolvimentistas, p) raivosos, q) narcísicos, r) histriônicos, s) pré-históricos, e até, t) nazi-fascistas”. O estranho, quase divertido, é perceber a semelhança entre essas novas ca-

tegorias e uma classificação milenar dos animais que aparece numa Enciclopédia Chineses, referida ou inventada pelo grande escritor argentino Jorge Luis Borges. Segundo Borges, os chineses dividiam os animais em: “a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos g) cães em liberdade, h) que se agitam como loucos, i) inumeráveis, j) que acabam de quebrar a bilha, k) que de longe parecem moscas, l) et cetera, m) incluídos na presente classificação, n) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo”. A diferença é que no caso da Enciclopédia Chinesa a confusão pode ser atribuída à Biologia da época, ou à imaginação de Borges. Mas no caso da esquerda latino-americana, e de suas vitórias eleitorais, não é provável que a culpa seja apenas da Ciência Política.

É perfeitamente compreensível alguns não gostarem do que está acontecendo. Mas qualquer observador mais atento e objetivo percebe estar em curso uma mudança importante na América Latina, uma mudança com relação à história da própria esquerda e de todos os sistemas políticos do Continente. Basta lembrar que neste início de século XXI, todas as vitó-

Neste início de século XXI, todas as vitórias da esquerda foram democráticas e massivas, por majorias contundentes e com o apoio ativo de populações

rias da esquerda foram democráticas e massivas, por majorias contundentes e com o apoio ativo de populações até hoje isoladas e “recluídas”, nas montanhas indígenas, no submundo urbano, e nos grotões do atraso e da dominação coronelista. Tudo isto, depois de 20 anos de ditaduras militares de direita, em quase todo o Continente, e mais 10 anos de governos neoliberais.

Frente a isso, destaca-se como denominador comum desta nova onda de esquerda, na América Latina, sem dúvida nenhuma, a vontade massiva de mudar, a vontade de não voltar mais para trás, mesmo quando ainda não estejam claras as idéias e os caminhos imediatos do futuro. A esquerda latino-americana governou muito pouco, durante o século XX, e na hora da sua vitória, no início do século XXI, os socialistas e a social-democracia europeia estão vivendo uma profunda crise de identidade. Por isso, surpreende neste

momento não a imprecisão das idéias e dos projetos imediatos dos governos eleitos, mas a sua unidade em torno de um grande objetivo central: mudar definitivamente o rumo elitista, racista e subalterno da história latino-americana.

Assim mesmo, nos primeiros anos estes novos governos de esquerda da América do Sul pareciam condenados à mesmice, como se todos fossem prisioneiros perpétuos da “verdade científica” da economia neoclássica, e da “modernidade inevitável” das reformas neoliberais. A origem deste pesadelo é bem conhecida: na década de 1990, as teses neoclássicas e as propostas neoliberais se transformaram no senso comum dos governos, e de uma boa parte da intelectualidade sul-americana. Foram os “anos dourados” das privatizações, da desregulação dos mercados, e da crença no fim das fronteiras e na utopia da globalização. Mas mesmo depois das derrotas dos neoliberais, os novos governos de esquerda, recém-eleitos, mantiveram o mesmo “modelo econômico”. Eles não tinham objetivos estratégicos próprios e sua política econômica seguia sendo a mesma dos governos anteriores.

Mas este quadro começou a mudar, depois das nacionalizações do governo de Evo Morales. Num primeiro momento, pareciam medidas pontuais e indispensáveis à fragilidade fiscal do governo boliviano. Mas depois, foi ficando claro tratar-se de uma ruptura mais profunda e estratégica com o passado neoliberal da Bolívia, e de um anúncio do novo projeto de “socialismo do século XXI”, que seria proposto, uns meses depois, pelo presidente Hugo Chávez, da Venezuela. E eis que de repente, não mais que de repente, acabou a mesmice e rompeu-se a “concertação por antagonismo” entre a “mão invisível” neoliberal, e a “esquerda pasmada”. Gostando ou não, assim ressurgiu, na América do Sul, a palavra e o projeto socialista, e depois disto, ao contrário do que muitos previam, a esquerda não se dividiu. Pelo contrário, clarificou a sua diversidade interna, e explicitou a multiplicidade dos seus caminhos sul-americanos. Como se pode ver, por exemplo:

1) No caso do projeto “socioliberal”, do governo chileno de Michelle Bachelet que vem modificando gradualmente o modelo econômico ortodoxo das últimas décadas, mas ainda se mantém muito distante do projeto socialista do governo de Salvador Allende. Assim mesmo, é cada vez maior o seu parentesco com as políticas da Frente Popular que governou o Chile entre 1936 e 1948, com o apoio de socialistas, radicais e comunistas, privilegiando as políticas de universalização “com qualidade”, dos serviços públicos universais de saúde e educação.

2) No caso do projeto de “new deal keynesiano”, do governo argentino de Nestor Kirchner, cada vez mais distante do “modelo econômico” do governo Menem. Depois da moratória argentina, o presidente Kirchner redefiniu suas relações com a “comunidade financeira internacional” e transformou em prioridade absoluta do seu governo a criação de empregos e a recuperação da massa salarial da população argentina, utilizando a fórmula clássica da social-democracia europeia, da “concertação social”, para conter a inflação. Além disso, voltou a proteger a indústria, estatizou vários serviços públicos e lançou, recentemente, um programa de re-estatização opcional da própria Previdência Social.

3) No caso do projeto de “socialismo do século XXI”, anunciado pelo presidente Hugo Chávez, e apoiado pelos governos de Bolívia e Equador, reto-

mam-se idéias e políticas advindas da Revolução Mexicana, e que fizeram parte dos programas de vários governos revolucionários ou nacionalistas do continente, culminando com a experiência de “transição democrática ao socialismo”, do governo de Salvador Allende, no início da década de 1970. Em todos os casos, o ponto central foi o mesmo: a criação de um núcleo produtivo estatal com capacidade estratégica de liderar o desenvolvimento do país, na perspectiva da construção de uma sociedade mais igualitária. Uma espécie de “capitalismo organizado de Estado”, onde convivam o grande capital estatal e o privado com as pequenas cooperativas da economia indígena, dentro de um sistema o comunal de participação democrática.

4) Por fim, no caso do “desenvolvimentismo com inclusão social”, do segundo governo Lula, suas primeiras medidas e propostas são muito claras: seu objetivo estratégico não é construir o socialismo, mas “destravar o capitalismo” brasileiro para que ele alcance altas taxas de crescimento capazes de criar empregos e aumentar os salários de forma sustentada, fortalecendo a capacidade fiscal de investimento e proteção social do Estado brasileiro. Com esse objetivo, o governo Lula retoma o velho projeto desenvolvimentista que remonta à década de 1930, e só interrompido nos anos 1990. Mas ao mesmo tempo quer criar uma vontade política através de uma grande coalizão social e econômica que reúna as várias vertentes do desenvolvimentismo brasileiro, conservadoras e progressistas, separadas durante a ditadura militar.

Resumindo: a ira e o desencanto dos liberais de direita e de esquerda têm sua razão de ser. De repente tudo mudou, e o cenário ideológico latino-americano ficou diversificado e repleto de idéias e propostas. Podem dar certo ou errado, mas não há como impugná-las, como vem acontecendo pelo simples fato de serem projetos antigos. Todas têm raízes profundas na história latino-americana, e não se pode dizer que fracassaram porque sempre foram interrompidas pelos golpes de Estado da direita liberal.

José Luís Fiori é professor de Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Olinda é de Olinda

Saiba um pouco mais sobre tudo o que a Prefeitura de Olinda

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO E CULTURA Mais aplausos para Olinda.

Primeira Capital Brasileira de Cultura

A conquista do título de 1ª Capital Brasileira de Cultura é uma honraria que ficará incorporada para sempre à história de Olinda e de seu povo. Com o título, a cidade ganhou ainda mais visibilidade, o que ampliou as possibilidades de aproveitamento de suas potencialidades turísticas e culturais como fatores de atração de novos investimentos, do desenvolvimento econômico e do progresso local.

- Criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Programa Municipal de Incentivo à Cultura.
- Realização da Arte em Toda Parte, democratizando o acesso às artes plásticas.
- Reinauguração do Museu do Mamulengo.
- Instalação dos Pontos de Cultura: mais educação artística, patrimonial e cultural para crianças e adolescentes.
- Restauração das Igrejas do Carmo e do Rosário.

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Mais infra-estrutura urbana para Olinda.

- Urbanização e construção de 104 casas na ilha do Maruim (em andamento).
- Urbanização e construção de 669 casas populares em V-8 e V-9 (em execução).
- Urbanização e construção de casas populares em Caixa D'Água, Jardim Brasil/Vila Popular, Passarinho e Vila do Posto.
- Revestimento e dragagem da segunda etapa do Canal da Malária (em execução).
- Urbanização da área do Bairro Novo.
- Implantação do Parque do Carmo.

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL Mais segurança nos morros de Olinda.

- Implantação do Plano Municipal de Redução de Riscos, que contempla o mapeamento, identificação do grau de risco, levantamento das intervenções e as recomendações necessárias à redução dos riscos em todas as áreas de morro da cidade.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO Mais ensino para Olinda.

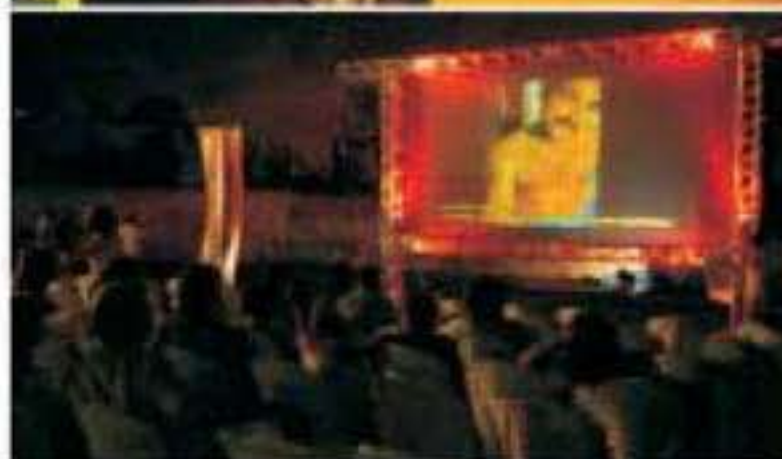
- Enfrentamento ao analfabetismo com a criação da Brigada Paulo Freire. Mais de 23 mil pessoas alfabetizadas entre 2001 e 2006.
- Realização do Programa Participação Criança.
- Fornecimento de merenda escolar de qualidade.
- Entrega de fardamento e kit escolares e esportivo aos alunos da rede.
- Instalação e reorganização de bibliotecas e cantinhos de leitura e implantação de brinquedotecas nas escolas.

SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO Mais democracia para Olinda.

Criado em 2001, o Orçamento Participativo é uma iniciativa pioneira em Olinda. No OP é a população quem define as prioridades de intervenções nas dez RPAs da cidade. A prefeitura destina 20% do total da arrecadação do IPTU para a realização das obras.

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS Mais cidadania para Olinda.

- Criação da Casa de Acolhimento.
- Implantação do Centro de Atendimento ao Jovem em Conflito com a Lei.
- Implantação do Centro de Referência Olinda Alerta.
- Implantação do Centro de Referência da Infância e da Adolescência (CRIA).
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Olinda Jovem.
- Implantação do Programa Bolsa Família.
- Implantação de nove Núcleos de Inclusão Digital.
- Convênio com a UNACOMD para implantação do Programa Segundo Tempo, visando à prática de atividades de esporte e lazer em 30 comunidades.



gente. segue em frente.

fazendo para a cidade ser referência em todos os setores.

Espaço Criança Esperança. Cuidado com a criança.

- Olinda foi escolhida pela Unesco, em parceria com a Rede Globo, para sediar o primeiro Espaço Criança Esperança do Nordeste. O espaço funciona na Via Olímpica de Rio Doce e no CAIC Norma Coelho, em Peixinhos. Em Rio Doce, o espaço dispõe, inclusive, de piscina semi-olímpica. Em três anos de funcionamento o projeto atendeu cerca de seis mil crianças e jovens.

OLINDA, AMIGA DA CRIANÇA. Reconhecimento merecido.

- Desde 2001, a Prefeitura Popular vem desenvolvendo a Política de Atenção Integral às Crianças e Adolescentes, que garante proteção social básica ao segmento mais vulnerável da população. Um trabalho que tem sido reconhecido por instituições nacionais e estrangeiras como a Unesco e a Fundação Abrinq esta que, em 2003, concedeu a Olinda o selo Prefeito Amigo da Criança.

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA Mais vida para Olinda.

- Requalificação de unidades de saúde.
- Implantação de novas especialidades médicas na rede municipal de saúde.
- Inauguração do Centro de Atenção Psicossocial Alcool e Drogas (CAPS AD).
- Realização de tratamentos em massa da filariose e Implantação de Ações Específicas de Atenção à Criança com Anemia Falciforme e Vigilância Nutricional das Crianças.
- Implantação do Núcleo de Educação em Saúde e do Núcleo de Prevenção de Acidentes e Violência.

DESENVOLVIMENTO LOCAL. Mais oportunidades para Olinda.

- Implantação do Restaurante Popular e das Cozinhas Comunitárias (em andamento).
- Ordenamento de feiras e mercados públicos.
- Revitalização da área rural de Olinda (em andamento).
- Atração de novos empreendimentos, gerando emprego e renda.
- Crédito para pequenos e microempreendedores.
- Criação da Agenda 21 Olinda.



*Algumas
tendências
econômicas e
geopolíticas do
mundo de hoje ⁽¹⁾*

DILERMANDO TONI

Se se considera o neoliberalismo como o capitalismo dos nossos dias, a luta contra o mesmo tem, em última instância, sentido anticapitalista, revolucionário

Há pouco tempo, de forma simplificada, a ordem neoliberal era caracterizada por um mundo unipolar financeiramente globalizado, hegemônico pelos EUA, em grande ofensiva estratégica contra os povos e a maioria dos países do mundo. Hoje talvez seja mais apropriado ver o mundo como em que há um pólo principal hegemônico, onde se conformam rapidamente outros pólos e outras potências emergem, sobretudo a partir da Ásia. Parece abrir-se uma **nova fase neste início de século**, bem diferente da década de 1990, caracterizada por uma situação em que a hegemonia dos EUA é cada vez mais fortemente contestada por três vertentes: a luta dos povos pela soberania e pela paz, contra a ocupação no caso do Iraque e do Afeganistão; a luta de vários países em desenvolvimento, capitalistas e socialistas, pela soberania e pelo desenvolvimento econômico; e a luta de outras potências capitalistas por maior espaço econômico e geopolítico.

Um breve retrospecto do desenvolvimento da situação mundial pode ajudar a dar base à tese enunciada. Aproximadamente 30 anos após o fim da segunda guerra mundial teve início um processo de transformações significativas no sistema do imperialismo em escala mundial. Esgotados, os “anos dourados” do desenvolvimento do capitalismo no século XX começavam a dar lugar a uma situação muito mais complexa e inédita. Os acordos de Bretton Woods celebrados em 1944 – com a intenção de garantir a hegemonia dos EUA sobre o mundo capitalista e para “promover a expansão do comércio entre as nações e colocar o desenvolvimento a salvo das turbulências financeiras” (2) –, não eram mais capazes de conter uma situação em que fenômenos novos começavam a se impor.

Em meados dos anos 1970 a Alemanha e o Japão estavam no fundamental reconstruídos e já havia um grande volume de capitais excedentes acumulados à busca de alta lucratividade, cada vez mais difícil na esfera produtiva. As crises pouco profundas e a relativa estabilidade do sistema davam lugar a grandes turbulências. Os EUA já não podiam sustentar o padrão monetário ouro-dólar, fixo e plenamente conversível. Além disto, o keynesianismo então domi-



nante, enquanto orientação econômica para um capitalismo regulado com intervenção estatal, já não era capaz de promover o desenvolvimento a taxas médias relativamente elevadas e tornou-se alvo a ser removido.

Com base nesta situação objetiva os EUA, maior potência imperialista, impuseram ao resto do mundo – através do FMI, do Banco Mundial e do Tesouro norte-americano, em benefício de sua oligarquia financeira –, um processo de mudanças cujo objetivo central era reforçar sua hegemonia. Acabaram com a conversibilidade do dólar em ouro e adotaram o câmbio flutuante dando origem a um novo padrão monetário, o chamado “padrão dólar-flexível” no qual “os títulos da dívida pública dos Estados Unidos se transformaram na base do sistema monetário, atuando como reserva e ativo financeiro de quase todos os governos do mundo” (3). O governo dos EUA desvalorizou sucessivamente o dólar para tornar suas exportações mais competitivas. Manipulou a seu bel-prazer taxas de juros. E, mais importante, construiu internamente um gigantesco mercado de capitais que colocou o país anos-luz à frente de qualquer outro país em termos financeiros.

Do ponto de vista de conjunto, o professor Beluzzo assim se refere às mudanças ocorridas, comumente chamadas de globalização financeira: “Nas últimas três décadas do século XX e no começo do XXI três movimentos centrais e interdependentes promo-

veram profundas transformações na economia global: liberalização financeira e cambial; mudança nos padrões de concorrência; alteração [desregulamentação] das regras institucionais do comércio e do investimento – todos conducentes ao reforço do poderio econômico americano” (4).

Grosso modo pode-se dizer ter sido nos anos 1980, após a transição da década de 1970, que o novo “sistema” neoliberal começou a funcionar a pleno vapor e a acumulação do capital adquiriu particularidades que François Chesnais, apoiado na teoria marxista, assim descreve: “O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais (...) Esse capital busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente” (5). Tornou-se comum, por todo o mundo, o recurso ao mercado financeiro como modo de financiamento das despesas públicas.

A resultante geral foi a predominância em larga escala do chamado padrão neoliberal de dominação e de acumulação no qual o poderio do imperialismo norte-americano fortaleceu-se enormemente – militar, econômica e ideologicamente – em detrimento da soberania das nações e do bem-estar dos povos, colocando em defensiva o movimento revolucionário mundial. Alguns países que resistiram à onda e insistiram na orientação socialista foram obrigados a fazer grandes concessões para sobreviver.

De outra parte, a ordem vigente naquela ocasião, de um mundo bipolarizado entre os EUA e a União Soviética – potências que encabeçavam a disputa entre os dois mercados então existentes e protagonizavam intensamente a chamada guerra fria – ruiu junto com a *débâcle* da URSS e do campo socialista que havia se conformado no pós-guerra. Com isto criaram-se as condições para o restabelecimento de um mercado mundial único e ampliado sob a hegemonia dos EUA.

Porém, na virada dos anos 1970 para os 1980, teve início na China uma nova estratégia de construção

do socialismo que, hoje, passados quase trinta anos, resultou no que há de mais importante na situação internacional. Tendo como objetivo primeiro transformar a China em um país moderno e desenvolvido em médio prazo, adotou-se o “socialismo de mercado”, que mantém o socialismo como sistema dominante, mas promove igualmente o capitalismo regulado, sob variadas formas, aceitando inclusive em larga escala investimentos estrangeiros com a finalidade de desenvolver as forças produtivas e superar o atraso tecnológico. Para isto, o país passou a promover um movimento de reformas e abertura apoiando-se fortemente na centralidade do comércio exterior para a acumulação.

Marcas do mundo de hoje: lento declínio dos EUA imperialistas e rápida ascensão da China socialista

É nestas condições que a dinâmica do sistema dominante se expressa concretamente e vai expondo suas fraturas e contradições. Seus pólos econômicos mais importantes – os EUA, no centro dos países ricos e a China socialista, no centro dos países em desenvolvimento periféricos asiáticos – se assemelham, respectivamente, a algo que tem muito de parasita à fábrica do mundo. O funcionamento extremamente imbricado e interdependente nas esferas financeira, produtiva e comercial expõe tendências contraditórias do sistema “simultaneamente dinamismo e estagnação, avanço vertiginoso das forças produtivas em algumas áreas e setores combinados com a regressão em outras partes. Mais do que nunca, a concorrência capitalista torna efetiva a sua razão interna, engendrando o processo de fusões e aquisições, ou seja, o monopólio” (6). Geograficamente falando, a expansão e o dinamismo se concentram fortemente nos chamados países emergentes ou em desenvolvimento, em particular da Ásia – mas não só – com destaque para a China e para a Índia (7).

Os países desenvolvidos desempenham o papel predominante na moeda e no mercado enquanto os países em vias de desenvolvimento dependem do mercado e das moedas fortes dos países desenvolvidos. Os países desenvolvidos podem emitir suas moedas fortes, comprar grandes quantidades de mercadorias baratas de países periféricos, manter o déficit

comercial e apoiar-se em sua superioridade no mercado financeiro para recuperar os dólares e outras moedas fortes que os países em vias de desenvolvimento têm em suas mãos. Os países em vias de desenvolvimento investem seu superávit comercial acumulado em moedas fortes nos países desenvolvidos, principalmente nos EUA, comprando bônus norte-americanos, enquanto os Estados Unidos se apoiam na entrada destes fundos para compensar seu enorme déficit comercial, formando o circuito de valorização do capital global (8).

Esta dinâmica do processo econômico global que funcionou relativamente bem durante algum tempo acabou por gerar graves **desequilíbrios estruturais**. Os números são alarmantes. O déficit da balança comercial dos EUA com o resto do mundo em 2006 atingiu a cifra recorde de US\$ 818,1 bilhões, dos quais o componente principal foram os US\$ 232,5 bilhões com a China (9). Já o déficit em conta corrente (10) atingiu US\$ 856,7 bilhões, ou 6,5% do PIB americano. Para financiá-lo é preciso que os EUA atraiam do exterior de US\$ 3 a US\$ 4 bilhões todo dia útil, incluindo investimentos diretos e capital financeiro. Dessa forma, os EUA vão acumulando crescente dívida externa em termos líquidos (11).

No pólo da superpotência norte-americana, o crescimento econômico se dá mais como consequência do grande consumo e endividamento das famílias onde tem destaque o mercado imobiliário. Exponencial é o crescimento do mercado de capitais dos EUA, pivô interno e externo de sua economia que alcança hoje cerca de US\$ 48,5 trilhões, aproximadamente quatro vezes o seu PIB – maior que o próprio PIB mundial e 1/3 do mercado financeiro global. Ele se expressa em grande variedade de papéis disponíveis, tanto públicos como das companhias e bancos. Processo semelhante se dá na Europa onde o mercado financeiro da Zona do Euro é de US\$ 27 trilhões e cresce duas vezes mais rápido que o dos EUA (12). No final de 2006 existiam US\$ 4,3 trilhões de *US Treasury securities* em poder do público dos quais US\$ 2,2 trilhões em poder de estrangeiros, sendo que destes, 60% estão em poder de Bancos Centrais de outros países. E mais cerca de US\$ 6,6 trilhões de *US government agency securities* em poder do público, dos quais US\$ 1 trilhão nas mãos de estrangeiros (13).

No contraponto a esta situação, o PIB da China

socialista tem crescido a taxas anuais de aproximadamente 10% já há quase 30 anos – o que, em curto espaço de tempo, fará com que passe da quarta posição para a terceira maior economia do mundo, superando a Alemanha pelo critério comparativo do câmbio corrente, já que pelo critério da paridade do poder de compra (PPC) fica hoje atrás somente dos EUA. Este espetacular crescimento se dá com taxa de inflação anual média menor que 2% já há alguns anos. Em breve, também, a China será a segunda maior nação do mundo em termos de comércio exterior. Em 2006 o país bateu recordes planetários em se tratando do superávit em conta corrente, avaliado em cerca de US\$ 250 bilhões (14), e quanto às reservas internacionais, mais de US\$ 1 trilhão. Os números impressionam pelo seu gigantismo. Só um exemplo: das 1,239 trilhão de toneladas métricas de aço produzidos no mundo durante 2006 a China entrou com a cota de 418,8 milhões de toneladas métricas – 3,6 vezes maior que a produção do Japão, o segundo colocado (15).

Nos últimos 300 anos a humanidade assistiu a grandes empuxos de desenvolvimento econômico, tais como a revolução industrial inglesa; o vertiginoso desenvolvimento dos EUA, depois da revolução burguesa oriunda da guerra civil finda em 1865; a industrialização e o grande desenvolvimento técnico e científico da URSS; ou ainda o “milagre” japonês do pós-segunda guerra. Mas, possivelmente, nada se assemelha à performance chinesa. Tanto que recentemente a insuspeita revista alemã *Spiegel online* registrou, em alertada matéria sobre o assunto, a opinião de um atônito sinólogo americano R. MacFarquhar: “Nunca antes foi criada tanta riqueza, por tanta gente, em intervalo de tempo tão pequeno” o que, segundo a revista, fará da China “uma superpotência econômica” apenas uma década e meia após a dissolução da União Soviética. Isto levou o periódico alemão a colocar a pergunta inevitável: “Depois de tudo o comunismo funciona?” (16).

A resultante desta espiral de complementariedades e disputas é que a China se fortalece enquanto os EUA, embora hegemônicos e com autonomia para emitir moeda forte, percorrem trajetória declinante.

Mas, além do aspecto econômico, a China desfruta de uma situação política estável, desenvolve intensos esforços de modernização de suas forças ar-

madras e mostra um grande poder de articulação política e diplomática com o que expande sua influência. São exemplos:

a) A Organização de Cooperação de Xangai (OCX), sediada em Pequim, considerada pelos dirigentes chineses como "prioridade predileta da política exterior chinesa", que passou a funcionar a partir de 2001, envolvendo além da própria China, Rússia, Cazaquistão, Quirquístão, Tadjiquístão, Usbequistão, enquanto membros plenos, e mais quatro países na qualidade de observadores: Mongólia, Paquistão, Irã e Índia. Os países integrantes da OCX pretendem criar entre eles uma Zona de Livre Comércio e estão desenvolvendo grandes obras de infra-estrutura logística e energética (petróleo e gás) para integrá-los (17);

b) O acordo recente para a criação de uma Zona de Livre Comércio, com início de funcionamento previsto para 2007, envolvendo a China e os países integrantes da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático): Brunei, Camboja, Cingapura, Tailândia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Indonésia e Vietnã (país socialista de 84 milhões de habitantes, cujo PIB tem crescido cerca de 8% ao ano desde 2000);

c) As reuniões trilaterais de consulta regular e cooperação envolvendo China, Rússia e Índia; as amplas relações com países africanos onde a China tem em andamento 900 projetos de investimento e para onde enviou 80 mil trabalhadores (18); os acordos estratégicos com Chávez na área do petróleo e da siderurgia etc etc;

Há ainda outras boas novas

Embora os EUA imperialistas e a China socialista sejam os principais protagonistas da atual cena internacional, deve-se necessariamente levar em conta outros fatores e fenômenos:

1) A situação da América Latina, onde forças progressistas conquistam novos governos pela via eleitoral e estes governos avançam em novos projetos, antiimperialistas no seu sentido geral. Fato altamente positivo é o reaparecimento da problemática do socialismo no cenário sul-americano, sob a forma de "socialismo do século XXI" na Venezuela chavista, perspectiva à qual poderão juntar-se os governos da Bolívia e do Equador. Estes três países adotam políti-

cas mais claras de ruptura e confronto. Esta vertente combina-se com outras duas: o modelo argentino do presidente Néstor Kirchner e o agora mais definido projeto brasileiro de desenvolvimento com inclusão social oriundo da reeleição de Luís Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil.

2) A Venezuela e a Argentina crescem a altas taxas, de uns quatro anos para cá. A Venezuela – com o superávit do petróleo – passa a financiar vários projetos e obras de infra-estrutura pelo continente sul-americano, esforço também compartilhado pelo governo brasileiro. A experiência socialista cubana vai aos poucos se concretizando com sucesso, apesar de toda a pressão e cerco do imperialismo. Como efeito disto, Cuba se fortalece como referência ideológica continental da luta pelo socialismo. Através de marchas e contramarchas avança o processo de integração regional, por diversas iniciativas, destacadamente o Mercosul.

3) As situações em rápida evolução da Rússia e da Índia. A Rússia mantém seu *status* de segunda maior potência nuclear e procura firmar-se depois de prolongada crise. A partir de 1998 seu PIB cresce a 7% ao ano tendo alcançado US\$ 1 trilhão, o que a coloca no patamar de décima economia do mundo, equivalendo aproximadamente à economia do Brasil, da Coreia do Sul e da Espanha. Em março último detinha o terceiro maior volume do mundo em reservas internacionais: US\$ 332 bilhões. O presidente Vladimir Putin faz sérias denúncias da política de expansão dos EUA, via OTAN rumo à Ásia (19), em resposta à qual o país volta a fabricar mísseis nucleares de médio alcance. Ademais, adota uma política de reestatização para setores estratégicos que haviam sido privatizados. A Índia, como seu 1,1 bilhão de habitantes, obteve crescimento médio do PIB nos últimos quatro anos até 2005 de 8% anuais e de cerca de 9,0% em 2006, tem US\$ 180 bilhões de reservas e pequena dívida externa, adota o controle sobre as saídas de capital e não concede independência ao seu Banco Central (20).

4) Alguns dos países chamados emergentes (entre os quais os exportadores de petróleo) têm hoje uma situação diferente em relação às suas dívidas externas – velho pesadelo, origem de agudas crises – que diminuem rápida e acentuadamente. Como grupo, estes emergentes passam a inverter uma situação

de déficit para se tornarem superavitários em suas contas correntes. Em 2005, este superávit chegou a US\$ 248 bilhões. De lá para cá aumentou. Entre outros se pode citar os casos de Nigéria, Rússia, Brasil, Argentina, Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Índia e China (21). É ainda uma novidade o tamanho que algumas empresas destes países vão adquirindo. São grandes monopólios, estatais ou privados, que investem somas crescentes no exterior, disputam mercados com empresas de países desenvolvidos e chegam a adquirir concorrentes nestes países (22).

Toda esta situação provoca uma reação violenta por parte dos EUA. Apesar da derrota que estão a sofrer no Iraque e no Afeganistão eles mantêm centenas de milhares de soldados em mais de 700 bases militares espalhadas pelo mundo e mexem-se velozmente do ponto de vista geopolítico em direção à Ásia tendo como objetivo garantir suprimento de energia e conter a expansão da influência chinesa e russa, promovendo com isto uma nova guerra fria e provocando uma nova corrida armamentista. O instrumento utilizado é uma revigorada OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), aliança militar liderada pelos EUA, que agora conta com a participação de 27 países, alguns dos quais ex-repúblicas socialistas. A principal ação imperialista dos EUA naquela região é a instalação de um poderoso sistema de mísseis defensivos – que também são ofensivos – nos territórios da República Tcheca e da Polônia, com o qual, a um só tempo, mantêm a Europa a seus pés e ameaçam diretamente a Rússia (23).

Algumas conclusões

1) Os desequilíbrios estruturais da economia dos EUA se aprofundam e vão se tornando insustentáveis, o que traz sérias ameaças à estabilidade da economia norte-americana e, pelo peso desta, à do resto do mundo. Os Estados Unidos passam exatamente agora por um processo de desaceleração que inclusive poderá redundar em nova recessão, repetindo 1991 e 2001. Inevitavelmente procurarão resolver seus problemas conjunturais e sistêmicos às custas de outros países. Não haveria, portanto, como evitar crises na tentativa de ajuste dos desequilíbrios. Uma maxi-desvalorização do dólar – apontada como solução pelos EUA – representaria um verdadeiro calote,



acarretaria enormes perdas aos países que têm ativos denominados na moeda norte-americana, sobretudo a China e o Japão, além do que afetaria profundamente a produção e o comércio globais. É bom ter presente que várias crises ocorreram na seqüência de um período de exuberância (pletora) dos mercados financeiros.

2) Há na periferia do sistema países que se desenvolvem com políticas diferentes das propostas pelo *mainstream*. Há blocos comerciais contra-hegemônicos que se constroem com sucesso particularmente na Ásia, há novos credores e novos devedores, base econômica que aos poucos vai influenciando na repartição de poder no mundo (que se refletem inclusi-

ve em propostas de reorganização da ONU). O FMI, instituição multilateral fundamental ao esquema de dominação neoliberal dos EUA, é amplamente rejeitado e vai ficando ocioso. Embora tenha se encerrado um ciclo das crises na periferia iniciadas nos meados dos anos 1990 – que atingiu dezenas de países em desenvolvimento – eles ainda continuam vulneráveis e poderão sofrer as conseqüências desses processos.

3) Fato absolutamente inédito (depois do surgimento do imperialismo), e da maior importância na cena internacional, é a projeção de novas potências médias a partir da periferia do sistema – destacadamente a China socialista, a Rússia, a Índia – e, em menor escala, o Brasil. O espaço financeiro e comercial entre os EUA e a Ásia se agiganta. De outra parte, há em desenvolvimento original toda uma multiplicidade de relações Sul-Sul. Tudo isto representa uma nova geografia econômica mundial, base para o novo desenho político e diplomático que se esboça.

4) Na Europa, sob a liderança de países imperialistas, 13 países conseguiram avançar na integração de suas economias formando a chamada Zona do Euro, moeda cuja importância internacional crescente pode impedir movimentos unilaterais por parte dos EUA de brusca desvalorização do dólar, como em 1971, e no Acordo do Louvre, em 1985. Alguns destes países procuram expandir-se para o Leste (países ex-socialistas) e, ao mesmo tempo, buscam fortalecer suas relações com a Rússia, maior fornecedora de energia à região. No entanto, o projeto de uma Europa unida enfrenta certa paralisia do ponto de vista de sua integração política (Constituição européia) e não há contraponto considerável à dominância militar crescente dos EUA sobre a região via OTAN revigorada (24).

5) A vasta e riquíssima região, que vai do Oriente Médio até a Ásia Central, é o teatro da principal disputa geopolítica do mundo contemporâneo opondo países da região, o grupo de Xangai e outras articulações aos EUA.

6) A América Latina é, do ponto de vista político, um importante pólo de resistência ao imperialismo. O governo Lula e o povo brasileiro sintonizam-se com esta situação.

7) Com o fito de manter sua hegemonia e o mundo unipolar, os EUA usam cada vez mais a força militar, provocando uma situação de conflitos perma-

mentes, de forma a manter o controle sobre importantes fontes de energia, a conter a luta contra-hegemônica e a tendência objetiva à formação de outros pólos. Mesmo derrotados nos países do Oriente Médio que estão sob ocupação de suas tropas, podem vir a agredir militarmente outros países da região, dos quais o Irã é o primeiro da lista. As pressões sobre a Rússia e China, econômicas e geopolíticas, tendem a crescer. Esta é a grande estratégia de Washington.

8) Fator importante das dificuldades que atravessam os EUA é que sua classe dominante não tem um apelo ideológico capaz de mobilizar a sociedade para a solução de seus problemas. Agarra-se tão somente à cultura do medo e ao discurso do combate ao terrorismo (25). O resultado é uma sociedade majoritariamente desinteressada onde “só entre um terço e metade dos adultos norte-americanos votam nas eleições nacionais” (26).

9) Mais pólos contra-hegemônicos, convivendo com o pólo hegemônico, significam maior polarização, maiores tensões e disputas e não o contrário. Esta é enfim a história da formação e da convivência entre potências no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Vários analistas afirmam que o mundo passa por uma nova guerra fria e uma nova corrida armamentista.

10) Crescem entre os povos de diversos continentes a consciência patriótica e a luta pela paz, assim como a necessidade da defesa dos interesses nacionais por parte dos países que não estão no centro do sistema. Uma nova fase da luta pelo socialismo se apresenta concretamente na cena histórica, a partir do agravamento dos impasses e paradoxos do capitalismo contemporâneo, assim como do avanço das experiências socialistas atuais, destacadamente a chinesa.

Se se considera o neoliberalismo como o capitalismo dos nossos dias, a luta contra o neoliberalismo tem, em última instância, sentido anticapitalista, revolucionário. É a principal conclusão que se pode tirar de todo o quadro em tela é que hoje existem melhores condições para que a luta pelo socialismo seja vitoriosa.

*Dilermando Toni é membro do Comitê Central do PCdoB
(dilercap@pcdob.org.br)*

Notas

- 1) Mais afeito ao acompanhamento dos problemas brasileiros, escrevo estas linhas sobre aspectos da situação internacional em continuidade a minha recente palestra sobre o assunto. Aproveito a oportunidade de quando se completam 40 anos de minha militância comunista iniciada em 1967 nas fileiras da Ação Popular (AP) para dedicá-las aos que integraram aquela organização nas pessoas de "Raul, Zé Antônio, Dias e Melo" (Renato Rabelo, Haroldo Lima, Aldo Arantes e Ronald Freitas) que até hoje, coerentemente, mantêm seu posto de combate na direção do Partido Comunista do Brasil.
- 2) Belluzzo, L. G. "As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais", in *Política Econômica em foco*, Boletim semestral do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, nov.2005/abr.2006. www.eco.unicamp.br/gerais/links.html
- 3) Fiori, José Luís. *A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul*.
- 4) Belluzzo, L. G. – obra citada.
- 5) Chesnais, François. "O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos". In *A finança mundializada*, p. 35, Boitempo, 2005.
- 6) Belluzzo, L. G. – obra citada. Ver também a este respeito Barroso, S. "Leninismo X Antileninismo...", Portal Vermelho, 21/03/2007, www.vermelho.org.br, ou ainda, o ponto de vista de A. C. Macedo e Silva no artigo "A montanha em movimento: uma notícia sobre as transformações recentes da economia global", segundo o qual: "Uma das poucas regras gerais que se aplicam à economia global é esta: a economia global se expande; mais bens, mais serviços, mais trabalho (...) [desde a crise de 29 quando houve contração no produto] o mundo tem crescido. O ritmo do crescimento, no entanto, varia de forma importante. Além disso, nem sempre o que vale para o todo vale para suas partes: economias nacionais estão sujeitas a períodos, às vezes prolongados, de contração ou estagnação em termos de produto e emprego", in *Política Econômica em foco*, Boletim semestral do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, p. 43, nov.2005/abr.2006. www.eco.unicamp.br/gerais/links.html.
- 7) Ver o Trade and development report, Chapter I, *Global imbalances as a systemic problem*, UNCTAD, 2006, www.unctad.org ver também o artigo da *The Economist*, "Emergentes revolucionam economia global", publicado no *Valor Econômico* de 17/09/2006.
- 8) Sistematização feita no artigo "Análisis del desequilibrio económico global", no periódico chinês *Diário do Povo*, 09/02/2007.
- 9) Dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos (USTR), no *National Trade Estimate Report*, 3/03/07, www.ustr.gov/
- 10) No balanço em conta corrente soma-se a balança comercial (exportações menos importações de bens e serviços) à renda líquida obtida no exterior pelas aplicações de residentes em ativos estrangeiros, mais a renda líquida do trabalho de residentes que trabalham no exterior.
- 11) Dados do Bureau of Economic Analysis (BEA) – US Department of Commerce, 14 de março de 2007. www.bea.gov
- 12) Dados citados por Fred Bergsten do Institute for International Economics em depoimento no Comitê de Orçamento do Congresso dos EUA *Why deficits matter: the international dimension*, em 23 de janeiro de 2007. www.petersoninstitute.org.
- 13) Dados do Federal Reserve e do Departamento do Tesouro dos EUA.
- 14) O superávit em conta corrente chinês foi de uma média de cerca de 2% do PIB durante cinco anos até 2003, passou para 4% em 2004, para 7% em 2005 e para estimados 9% em 2006, dados citados por Michael Mussa em *Global Economic Prospects 2007/2008: slowing to sustainable growth*, p. 9, 4 de abril de 2007. www.petersoninstitute.org
- 15) International Iron and Steel Institute, *World produces 1,239.5 mmt of crude steel in 2006*, www.worldsteel.org
- 16) Ver matéria *Does Communism work after all?* De Andreas Lorenz e Wieland Wagner, Spiegel online, 27 de fevereiro de 2007. www.spiegel.de/international.
- 17) Camona, Ronaldo. "Organização de Cooperação de Xangai e a 'tendência à multipolaridade'", Portal Vermelho. www.vermelho.org.br
- 18) Fiori, J. L. – obra citada.
- 19) Ver o discurso de V. Putin *O caráter indivisível e universal da segurança global* pronunciado na Conferência de Munique sobre Política de Segurança celebrada em 11/02/2007. www.securityconference.de.
- 20) Ver o artigo da *The Economist* "Economia da Índia ferve e já preocupa", publicado pelo *Valor Econômico*, 08/02/07.
- 21) Ver o artigo de Joanna Chung do *Financial Times*, "Emergentes se livram da dívida externa", publicado pelo *Valor Econômico*, 13/02/07.
- 22) Ver o artigo de Javier Santiso, "Emergência das multinacionais latinas", *Valor Econômico*, 09/08/06.
- 23) Ver o artigo *Putin and the Geopolitics of the New Cold War: Or, what happens when cowboys don't shoot straight like they used to*, de F. William Engdahi. www.globalresearch.ca
- 24) Não deixa de ter certa razão o reacionário ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA, Robert Kagan, quando disse: "os europeus descobriram que o poder econômico não se traduzia, obrigatoriamente, em poder geopolítico e estratégico (...) de fato a década de 1990 não presenciou a ascensão de uma superpotência europeia, porém o declínio ainda maior da Europa rumo a uma relativa fraqueza militar em comparação com os Estados Unidos", *Do paraíso e do poder*, p. 25, Rocco, 2003.
- 25) O que preocupa até mesmo Zbigniew Brzezinski, ver artigo "Terrorized by 'War on terror'", *Washington Post*, 26 de março de 2007
- 26) Mann, Michael. *O império da incoerência, a natureza do poder americano*, p. 140, Record, 2006.
- 27) Dados da Organização Mundial do Comércio, World trade 2006, prospects for 2007, *Risks lie ahead following stronger trade in 2006*, WTO reports, 12/04/2007. www.wto.org
- 28) A este respeito consultar o relatório da UNCTAD.
- 29) Ver artigo de Fred Bergsten *China and Economic integration in East Asia: implications for the United States*, março de 2007, no qual ele chega a falar: "o problema sistêmico é o choque potencial entre uma Ásia liderada pela China e o 'Oeste' encabeçado pelos Estados Unidos, pela liderança da economia global". www.petersoninstitute.org
- 30) O petróleo é, há muito, um bem estratégico. Para não ir muito longe basta lembrar os abalos da primeira crise do petróleo em 1974-75; da segunda crise do petróleo 1980-82 ou ainda da Guerra do Golfo em 1991 e a atual guerra do Iraque.
- 31) Dados da EIA (Energy Information Administration), Official Energy Statistics from the U.S. Government. www.eia.doe.gov/
- 32) Ver o artigo "Petríferas vivem novo equilíbrio de forças", de Carola Hoyos do *Financial Times* publicado pelo *Valor Econômico* de 13/03/07, ou ainda o artigo "A nova era do petróleo estatal", de Jean-Pierre Séréni, *Le Monde Diplomatique*, março de 2007, <http://diplo.uol.com.br>
- 33) Mann, Michael. *O império da incoerência, a natureza do poder americano*, p. 48, Record, 2006.

Riscos e instrumentos da finança contemporânea

MARYSE FARHI

Dada a acentuada interdependência dos mercados, e em função das medidas de liberalização dos fluxos de capitais, perturbações nos preços de um mercado particular podem propagar-se a outros com imprevisíveis conseqüências



O cenário financeiro internacional tem apresentado, nas últimas décadas, um perfil de extrema volatilidade que, em determinados momentos, afeta a economia real, levando a quedas da demanda, da produção e do emprego. Esta volatilidade excessiva decorre diretamente das feições financeiras atuais que incluem a internacionalização dos fluxos de capitais. As finanças contemporâneas caracterizam-se pela concentração e a universalização das instituições financeiras, por um forte aumento das operações especulativas e por uma intensa utilização da alavancagem na incessante busca pela rentabilidade mais elevada. O uso de volumes extraordinariamente elevados dos instrumentos derivativos é parte integrante desta caracterização, tanto por constituírem um instrumento privilegiado de especulação quanto por embutirem uma elevada alavancagem em seus mecanismos.

Essas inovações financeiras são relativamente complexas. Para descrevê-las o mais claramente possível é necessário recorrer a uma comparação com as operações de compra e venda de bens e serviços. Transações de bens e serviços podem ser realizadas à vista ou, ainda, para entrega e pagamento futuros. As primeiras nos são mais familiares, pois as praticamos no nosso dia-a-dia. As segundas envolvem os bens por encomenda, que podem incluir desde uma roupa ou um móvel sob medida até, muito mais importante, encomendas de bens de capital (máquinas etc). Nessas, o preço final, o prazo para entrega e o pagamento – salvo um eventual sinal prévio – são definidos de antemão. Os mercados de derivativos financeiros apresentam uma estrutura similar a essas operações para entrega e pagamento futuros. Empregando diversos mecanismos (futuros, opções, *swaps* etc) ativos financeiros – como divisas, ações, títulos que rendem juros – também podem ser negociados para entrega e pagamento futuros. Os preços negociados nos mercados de derivativos refletem, no tempo (ou seja, normalmente embutem um prêmio que tende a se aproximar da taxa de juros para o período), os preços vigentes no mercado à vista.

É a existência concomitante de mercados à vista e de mercados para vencimentos futuros com diversos mecanismos que torna possível a realização de

operações de cobertura de riscos (*hedge*). Com efeito, um exportador que vir a receber uma quantia determinada de dólares num prazo determinado pode, através do uso de derivativos, vender esses dólares a futuro, garantindo assim seu faturamento em reais. Já o importador que precisa pagar os produtos comprados do exterior pode comprar divisas para futuros pagamento e entrega, fixando desta forma os preços desses produtos em reais. Decerto, esse importador poderia também comprar essas divisas no mercado à vista, mas teria de pagar integralmente por elas. Ao utilizar os derivativos ele só paga, no presente, um pequeno sinal e não precisa dispor do dinheiro *cash* ou, se já o possuir, pode aplicá-lo a juros até o vencimento da operação com divisas. Em função da possibilidade de cobertura de riscos microeconômicos os derivativos financeiros são apontados por alguns economistas como um elemento de estabilização financeira.

Entretanto, é importante sublinhar que os riscos assim cobertos não desaparecem do sistema, só são transferidos para outros que aceitam assumi-los. Assim, paralelamente a esta função de cobertura de riscos, os mercados de derivativos financeiros tornaram-se o palco privilegiado da especulação por duas razões principais. A primeira advém do fato de, à medida que negociam ativos para entrega e pagamento futuros, esses instrumentos permitirem operar comprando uma mercadoria ou um ativo que não se deseja receber e/ou vendendo a descoberto algo que não se possui de antemão. Basta para isto a operação ser liquidada antes do vencimento ou o instrumento utilizado não prever a entrega do ativo no vencimento, mas apenas sua liquidação financeira. Nessa, a parte com prejuízo paga à parte com lucro a diferença financeira entre a cotação do mercado à vista no dia do vencimento e a cotação previamente acordada entre eles. As operações de compra ou de venda dos especuladores constituem apostas sobre os níveis de preços. Eles compram um ativo cujo preço esperam ver subir, ou vendem quando antecipam que seu preço venha a cair, com o objetivo de realizar lucros. Este lucro especulativo pode ser realizado tanto em mercados em alta, quanto em mercados em baixa, desde que as expectativas sobre a direção dos preços estejam corretas.

A segunda razão está relacionada à sua caracte-

rística de permitir operar volumes elevados com apenas um pequeno desembolso na hora da realização do negócio. Denominada de alavancagem, ela amplia consideravelmente as possibilidades e os resultados da especulação. A alavancagem pode permitir resultados espetaculares, multiplicando os investimentos, mas pode também originar prejuízos teoricamente ilimitados, sem a possibilidade de dimensioná-los a priori. Um dos feitos próprios a esses instrumentos é justamente a “democratização” do acesso aos mecanismos de alavancagem que, anteriormente, eram reservados às instituições financeiras que alavancavam seus recursos próprios ao captar depósitos e outras formas de recursos junto ao público para emprestá-los. O acesso amplo, geral, e quase irrestrito, a operações com alavancagem parece ser uma das principais razões para que os mercados de derivativos sejam apontados como fator de elevação do espírito especulativo dos agentes e de agravamento da instabilidade do sistema financeiro. Através do recurso aos mercados de derivativos, as operações com alavancagem deixam de ser privativas de instituições financeiras, em princípio bem informadas e conscientes do peso de suas decisões, e passam a ser acessíveis a todos que – com ou sem conhecimento de causa – dispõem de alguns recursos financeiros. A utilização de um forte grau de alavancagem na gestão de carteiras financeiras alcança níveis muito elevados em épocas de volatilidade relativamente normal dos preços dos ativos. Mas, em momentos de crise, a liquidez dos mercados costuma cair e o esforço dos gestores de carteira para reduzir sua alavancagem pode constituir um fator adicional de pressão sobre os preços dos ativos.

Mas, os derivativos financeiros compartilham de outros fatores comuns que devem ser ressaltados. Um deles é o fato de eles nascerem do encontro de um comprador e de um vendedor, não existindo um estoque predeterminado de títulos emitidos. A liquidez dos mercados de derivativos financeiros depende, pois, exclusivamente da divergência de opiniões entre os participantes. Um mercado será tanto mais líquido quanto mais houver vendedores e compradores. Basta, por um evento fortuito, formar um consenso sobre a direção de preços e a liquidez deixará bruscamente de existir, ocasionando o fim das transações ou sua drástica redução. Os mercados desses

ativos passam a ser considerados “completos” e “profundos” à medida que contam com mecanismos distintos nas negociações para diferentes temporalidades e que esses mecanismos apresentam liquidez elevada, permitindo assumir ou liquidar uma operação rapidamente e a baixos custos. O emprego concomitante de mercados à vista e mercados para vencimentos futuros com diversos mecanismos passou a ser parte integrante da gestão de carteira contemporânea, seja para cobrir riscos, seja para efetuar operações de arbitragem ou de especulação.

Os derivativos financeiros partilham também uma crescente desmaterialização, acentuada pelo fato de muitos dos mais recentes derivativos financeiros se referirem a “ativos virtuais” como os índices de valores ou um índice de catástrofes (naturais ou não) em que se fazem apostas sobre o montante de desembolsos das seguradoras em função de sua ocorrência em maior ou menor grau ou ainda os referentes à probabilidade de inadimplência dos tomadores de crédito. Por fim, é notável o fato de os derivativos constituírem um jogo de soma zero em que as somas perdidas por uns correspondem exatamente às ganhas por outros, se excetuarmos os custos de transação. Eles não criam riqueza, apenas a redistribuem entre os participantes. No agregado, só é possível ganhar, nos mercados de derivativos, os valores perdidos por outros participantes. A única riqueza criada nesses mercados é constituída pelas corretagens e os emolumentos às Bolsas pagos por todos os participantes, quer tenham tido ganhos, quer tenham tido perdas em suas operações.

Sua expressão contábil é bastante específica e reflete igualmente a virtualidade desses instrumentos. O balanço de toda empresa, financeira ou não-financeira, dá no ativo a imagem do que é possuído e no passivo do que é devido. Reflete assim as operações em curso tendo uma incidência no patrimônio. Mas as operações em curso não resumem toda a atividade da empresa; esta também é constituída por promessas e compromissos futuros por ela contraídos, ou recebidos de terceiros, que não têm – ou só têm parcialmente – incidência no patrimônio atual embora venham a tê-la no futuro. Esses compromissos e promessas futuros não podem ter, então, um registro contábil no balanço. No que concerne aos mercados de derivativos financeiros, enquanto a operação está em curso a escritura-

ção contábil só consegue captar as somas efetivamente desembolsadas ou recebidas para que esta tivesse início (e, em alguns casos, prosseguimento), mas é impotente para mensurar os compromissos financeiros futuros potenciais ou efetivos implícitos na operação. Esses compromissos são registrados em contas especiais ditas “fora de balanço”.

Para uma parte das empresas industriais e comerciais o volume das contas fora de balanço permanece ainda marginal. Em compensação, o volume dessas contas teve um considerável crescimento nas instituições financeiras, frequentemente ultrapassando em muito os montantes inscritos em balanço. Segundo dados oficiais do governo americano, o valor no vencimento dos derivativos no portfólio dos bancos comerciais americanos atingiu US\$ 131 trilhões no último trimestre de 2006. Esses contratos de derivativos estavam altamente concentrados, com os cinco maiores bancos representantes dos 97% desse total. O primeiro colocado, o JP Morgan Chase Bank, administrava uma posição em derivativos que embutia uma exposição ao risco de crédito (risco da contraparte) correspondendo a 742% de seu capital. Este elevado grau de concentração dos contratos em poucos bancos introduz problemas potenciais de fragilidade financeira. Nos mercados de opções de taxas de juros e de derivativos de crédito, por exemplo, apenas um banco americano detinha 1/3 das posições globais (não apenas americanas) – o que introduz um risco sistêmico de enormes proporções.

Outros agentes empregam igualmente elevados volumes de derivativos em suas operações. É, notadamente o caso dos *hedge funds* que se tornaram conhecidos por sua participação em diversos episódios de instabilidade financeira – como os ataques especulativos contra a libra esterlina em 1992, as moedas dos países do sudeste asiático em 1997 ou o real brasileiro – em particular em 2001 e 2002. Os *hedge funds* são fundos de investimento fechados, normalmente organizados como sociedades privadas e, frequentemente, localizados *offshore* por razões fiscais e de regulamentação. O estilo extremamente agressivo de gestão de recursos, com farto recurso à alavancagem, foi lançado por eles. Os mecanismos da concorrência têm levado um número crescente de administradores de carteiras (inclusive fundos mútuos de investimento e investidores institucionais como fundos de pre-

vidência e seguradoras) a empregar esse novo estilo de gestão de recursos com o objetivo de maximizar os rendimentos.

Tornou-se paradigmático o episódio envolvendo o *Long Term Capital Management* (LTCM) em 1998. Este *hedge fund* especializado em sofisticadas operações de arbitragem e gerido por dois prêmios Nobel de Economia em função de seus trabalhos sobre derivativos – Myron S. Scholes e Robert H. Merton – só se salvou da falência em 1998 graças a uma decisiva atuação do Federal Reserve americano. O LTCM operava alavancando ao extremo os recursos de sua clientela com operações de derivativos financiadas por recursos emprestados pelos grandes bancos. Em finais de agosto de 1998, o LTCM detinha posições que, no vencimento, equivaleriam a US\$ 1.525 bilhões, comparados com um capital de seus cotistas que não superava US\$ 4,8 bilhões! As perdas do fundo chegaram a 90% do capital de seus cotistas. Como resultado do caso do LTCM, um relatório sobre o fato ao presidente americano recomendou encontrar mecanismos que restringissem a alavancagem excessiva, considerada como um ingrediente explosivo, porque “ao elevar a possibilidade de problemas em uma instituição financeira poderem ser transmitidos a outras instituições, a alavancagem pode aumentar a probabilidade de uma derrocada geral do funcionamento dos mercados financeiros”. Mas, nove anos depois, nenhuma medida neste sentido foi adotada.

Dada a acentuada interdependência dos mercados em escala nacional e internacional em função das medidas de liberalização dos fluxos de capitais, perturbações nos preços de um mercado particular podem propagar-se a outros, com imprevisíveis conseqüências. Já foi constatado o papel negativo da volatilidade financeira em inúmeras ocasiões. O relatório de abril de 2007 do Fundo Monetário Internacional alerta para uma nova elevação dos riscos financeiros em escala global. Se tais riscos potenciais se concretizarem, as atuais características das finanças globais acima descritas tenderão a agravá-los decisivamente.

Maryse Farhi é professora-doutora do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos sobre Conjuntura e Política Econômica.

O dólar e o Sistema Monetário Internacional (anotações)

SÉRGIO BARROSO

Instabilidade e crises financeiras recorrentes são partes constitutivas do capitalismo – regime alimentador de extraordinárias assimetrias econômicas e sociais

Um dos principais fundamentos do Sistema Monetário Internacional (SMI), o dinheiro, para Marx, expressa uma dada (e histórica) relação social de produção e acumulação, materializada no excedente. Representa ainda – e até hoje – uma mensuração especial da totalidade dos produtos do trabalho, por isso denominado de “equivalente geral” (Marx).

Na sua relação com o SMI, o dinheiro apresenta formas distintas (polimorfia) e uma hierarquização. Vale dizer, convivem sistemicamente várias moedas (ou instrumentos substitutivos), via de regra intercambiáveis, entretanto assumindo posições distintas na esfera do poder econômico e nas relações internacionais.

Assim, os traços constitutivos de um sistema monetário internacional, em determinada fase histórica são: a) a forma da moeda internacional; b) o re-



gime cambial; c) o grau de mobilidade do fluxo de capitais; e, d) a hierarquização concreta deste sistema – questão normalmente secundarizada mesmo na literatura mais especializada. Por isso, também, à globalização dos mercados financeiros deve corresponder uma organização da moeda que impõe suas regras enquanto se universaliza (Aglietta, 1988).

De modo geral, a moeda conversível deve sempre assumir as funções da moeda nacional (liquidar transações e contratos, unidade de conta e reserva de valor), e no terreno internacional, *ipsis litteris* (Morais, 2006) (1). Essa hierarquia é geralmente acordada entre os países centrais, expressando as relações de poder existentes, em torno de uma moeda-chave – a moeda do país hegemônico. Entretanto, como afirmou Suzanne de Brunhof (2005), tais acordos impõem uma configuração sistêmica contraditória, na medida em que moeda-chave é simultaneamente um ativo financeiro, concorrendo com as outras divisas internacionais.

O poder do dólar, como se sabe, consolida-se no SMI do pós-guerra, refletindo a correlação de forças (econômica, política e militar) e acordado na Conferência de Bretton Woods (1944). A seqüenciada (e unilateral) erosão das bases dos acordos (1971, 1973, 1979), a meu juízo, integrou uma espécie de programa operado pela hegemonia crescente do grande capital financeiro norte-americano (Barroso, 2005); a

moeda-chave sustentou-se então no poderio financeiro dos EUA, em suas instituições e engrenagens financeiras, e decisivamente em seu mercado financeiro (monetário e de capitais) vasto, profundo e líquido.

Analisando esse processo com nitidez, Peter Gowan (2004) enfatiza: (i) entre 1975 e 1979 o dólar perdeu mais de um quarto do seu valor frente ao *yen* japonês e o *marco* alemão, tendo o governo (Carter) dos EUA procurado elevar a produção e as exportações; (ii) o governo Reagan e Paul Volker – para impedir o declínio do dólar, o recrudescimento da inflação, que era acompanhada de supercapacidade industrial – pôs o capital-dinheiro no centro da cena pela primeira vez em décadas; (iii) expandiu o Regime Dólar Wall Street (DWSR) segundo os interesses da liderança norte-americana. Concretamente, ainda naqueles dias, tudo isto representava derrubar a inflação (corrosiva da remuneração do mesmo capital-dinheiro), tomar medidas para desregular o setor bancário e financeiro, promover consideráveis reduções tributárias para os ricos – sempre afeitos à finança e ao *rentismo* –, buscar enfim uma política de fortalecimento do dólar (Gowan, p. 74-75).

Por outro lado, essa série de episódios acima descritos resulta numa espécie de “dança do dólar”, onde a crise do início dos 1970 culmina na drástica subida da taxa de juros nos EUA, em 1979. Entrelaçando-se às realizações dos acordos do Plaza (1985) e do

Louvre (1987), que desvalorizaram a moeda norte-americana, em 1980-85 e 1995-2000 sincronizou-se a valorização do dólar e expandiu-se a posição devedora líquida do EUA. Em outras palavras,

“A partir de 1985, com a inflação já sob controle, a política cambial americana muda de orientação e o acordo do Plaza marca o início de um longo período de desvalorização do dólar perante as moedas dos demais países centrais, que, com algumas idas e vindas, dura até 95” (Medeiros e Serrano, 1999:139).

Essas manipulações da política monetária corresponderam (e implicaram) à consolidação do poderio da moeda dólar como moeda-reserva constituindo o fenômeno crucial da segunda metade do século XX – assinala Luiz G. Belluzzo. Quer dizer, a soberania monetária dos EUA assegurou a expansão de suas grandes empresas e permitiu “a adoção das políticas de crédito e de gasto público que sustentam taxas elevadas de crescimento da demanda nominal e, a cada ciclo de expansão, provocam a elevação do déficit em conta corrente, gerando demanda para o resto do mundo” (Belluzzo, 2005: 230).

Ou seja, o dólar assumiu o papel de moeda financeira de origem pública e denominador comum da riqueza financeira mundial. De modo que, “a despeito do monumental déficit em transações correntes, a demanda pela moeda americana é, mais do que nunca, função do poder dos Estados Unidos como país hegemônico e, portanto, de seu papel de garantidor universal da riqueza privada, cujo valor repousa, em última instância, nos títulos públicos americanos, enquanto ativos líquidos da economia global” (Belluzzo, 2006) (2).

Além disso, para Randal Wray (2002), no caso de uma nação – os EUA – que opera como moeda fiduciária [de elevadíssima confiança], um regime cambial flutuante, a dívida do Tesouro nada mais é do que reserva que rende juros, onde o motivo da emissão de títulos da dívida pública é o enxugamento do excesso de reservas. Por tais razões, “também não faz sentido falar em risco de *default* da dívida pública denominada em moeda nacional”, quando essa nação trabalha num regime de flutuação cambial (Wray, p. 206).

Conforme Maria C. Tavares e Luiz Melin, nesse quadro internacional e nessa hierarquia, o dólar passou a desempenhar não mais a função de reserva de

valor como num padrão monetário clássico: cumpre principalmente o papel de “moeda financeira” (3) num sistema liberalizado e desregulamentado e num regime de taxas de câmbio flutuantes. Nas palavras argutas de Michel Aglietta (1988: 126-127), isso implica identificar, então, uma nova hegemonia das finanças sobre as taxas de câmbio, onde três fatores passariam a se desenvolver: a) a ampliação dos portfólios financeiros diversificados; b) elevação da capacidade de substituição mútua entre os diferentes tipos de ativos financeiros; e, c) crescimento da mobilidade internacional dos capitais.

Sobre esta questão, é semelhante o pensamento de Aloísio Teixeira (2000). Qual seja: a natureza fiduciária do dólar, o seu elevado grau de confiança, garantiria também um grau de autonomia de política ainda maior para o país emissor e portador da moeda-chave. Por sua vez, a gestão da política monetária norte-americana e as variações da taxa de juros básica do sistema, que influenciam marcadamente o rumo dos fluxos internacionais de capitais, passariam a depender estreitamente do ciclo econômico doméstico norte-americano.

Trata-se, sem dúvida, de um relativamente recente fenômeno da economia internacional, em que, ao se libertarem das amarras da conversibilidade ao ouro, os Estados Unidos puderam incorrer em déficits comerciais recorrentes, o que resulta em outra singularidade do atual sistema monetário internacional: o caráter devedor líquido do país emissor da moeda-chave. De outra parte, a progressiva liberalização dos fluxos de capitais foi montando um mercado unificado de dinheiro e ativos financeiros em escala global, sob o comando do sistema financeiro estadunidense. São os novos “mercados da riqueza”, denomina-os L. Belluzzo.

Para Braga e Cintra (2004), contemporaneamente, as finanças dolarizadas mais se assemelham aos bancos múltiplos que atuam como supermercados financeiros, sob a proteção do *Fed* (Banco Central dos EUA). Diante do poderio dos mercados financeiros norte-americanos (liquidez, profundidade, sofisticação, introdução de inovações e custos de emissão) o sistema financeiro dos EUA e o padrão dólar chamado *flexível* atuam como o mercado mundial de crédito e de capitais, por ser: a) o mais internacionalizado de todos os mercados nacionais; b) comandar o di-

nheiro que se apresenta como “o verdadeiro dinheiro mundial”.

De acordo ainda com especialistas no estudo do padrão dólar de hoje, e especialmente do mercado financeiro dos EUA, essa parece ser a grande vantagem para os EUA da ausência de conversibilidade em ouro: “a eliminação pura e simples da sua restrição externa. Agora, os EUA podem incorrer em déficits em conta corrente, permanentes e crescentes, sem se preocupar com o fato de seu passivo externo líquido estar aumentando, uma vez que este passivo externo é composto de obrigações denominadas na própria moeda e não conversíveis em mais nada” (Serrano, 2002) (4).

Desregulamentado, liberalizado e sem limite à capacidade de endividamento da economia norte-americana: esse é o padrão monetário internacional que fornece a liquidez ao sistema. Conforme M. Metri (2003), e como já dito acima, esse tipo de banco múltiplo atrai, amplia e redistribui capitais pelo mundo. Através das contas financeiras dos países que sediam os principais mercados financeiros (EUA, Japão, Reino Unido e Canadá, área do euro e mercados de países em desenvolvimento), pode-se observar que o sistema financeiro americano organiza a intermediação de grande parte do fluxo bruto global de entrada de capitais e do fluxo de saída.

De outra parte, quando completou cinco anos de existência (2004), o *euro*, moeda única europeia apresentou, nesse curso, uma desvalorização de 30%, para logo após alcançar uma valorização de 40%, decorrentes do movimento dos fluxos de capitais. Na desvalorização do *euro*, capitais internacionais se moveram imediatamente para o mercado financeiro e de capitais norte-americanos. Ademais, em 2003, quando houve uma valorização de 25% do índice Dow Jones, traduziu-se então um ganho de apenas 3% em euro, uma vez descontada a desvalorização de 22% do dólar (Cintra, 2005).

Por sua vez, o Tesouro dos EUA passou então a estimular uma política de desvalorização da sua moeda, em relação às principais moedas internacionais, tentando diminuir o alto déficit comercial e reduzir as pressões deflacionistas em preços de bens e serviços, em função da capacidade ociosa em alguns setores da economia. No entanto – e nada surpreendente – o sistema monetário internacional caminha ainda

lentamente para a formação de uma polarização entre o dólar e o euro. Inobstante o avanço do *euro* em matéria estoque de crédito bancário internacional, e em relação ao mercado internacional de *securities* (bônus, notas, comercial papers); assim como o mercado de capitais em euro vai ganhando profundidade (5).

Especialmente com certa alteração da rota dos fluxos de capitais mais recentemente – desde o reposicionamento de alguns países « emergentes » e desde o marco da crise asiática de 1997 –, quando inúmeros países em desenvolvimento tornaram-se superávitaros nas transações correntes, surge um sério problema no sistema financeiro internacional, comandado pelo imperialismo norte-americano: a incapacidade desses mercados liberalizados e desregulamentados permanecerem com fluxos de capitais para países e devedores de maior risco. Nesse exato sentido, após a crise de 1997 (Aglieta, 2004 : 24-37), por exemplo, os bancos e os investidores de títulos e ações reduziram suas exposições (ao risco) nos mercados “emergentes”. Embora mantendo o volume de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em níveis relativamente altos, o fluxo líquido passou então a ser negativo em 2000. Liderados pelos asiáticos e produtores de petróleo, isso significa que os países em desenvolvimento tornaram-se *emprestadores líquidos de capital* para o sistema financeiro internacional (Prates e Cintra, 2006: 8-10).

Em todo caso, nos momentos de pico dos ciclos mantêm-se as taxas de crescimento, a liquidez global, reproduzindo-se, no entanto, os desequilíbrios. O que já foi denominado por vários autores de “fuga para a frente”. Paralelamente, os bancos centrais quando reduzem as taxas de juros, ampliando assim a oferta de crédito, no mínimo reduzem a propagação das crises financeiras – as abortam, digamos – ; porém, atuam como emprestadores de última instância: criam condições para o refazimento do caminho de multiplicação da riqueza financeira. Ocorre que, agora, em estruturas cada vez mais amplas e complexas – espécie de espiral. Diferentemente, no cume dos ciclos expansivos, elevam as taxas de juros para conter a *alavancagem* e a *exuberância irracional*, nas palavras de A. Greenspan, e os ciclos são retomados.

Desequilíbrios e instabilidades que, conforme Hyman Paul Minsky (1994), são sempre inerentes a uma economia capitalista que opere “sem restrições”

– ou liberalizada –, que tenha um sistema financeiro sofisticado, “complexo e em contínua evolução” e que apresente períodos de estabilidade e períodos de comportamento turbulento e “até mesmo caótico”; a instabilidade é endógena a este sistema. Ou instabilidade “perversa” e existente pelo menos desde o fim da conversibilidade do dólar (1971), onde se combina alta especulação financeira com crescimento “capaz de evitar colapso, garantir todo tipo de lucros” – e financeirização, disserta Braga (1997).

Considerações finais

Ao que tudo indica, nas questões precedentes concentram o essencial da dinâmica dominante no sistema monetário internacional – no padrão de acumulação de riqueza “financeirizada”, liberalizado, do capitalismo atual. Cotejamos várias análises que não apontam – nem à longa distância – para um “colapso do dólar”; tampouco para uma recondução sistêmica a uma fase de crescimento econômico mais demorado, robusto, com expansão do emprego e contenção da orgia dos fluxos financeiros, como na “repressão financeira” do “capitalismo atípico”, inicialmente

forjado em Bretton-Woods. Instabilidade e crises financeiras recorrentes (e interpeladas) são as marcas indeléveis deste regime alimentador de extraordinárias assimetrias econômico-sociais; são partes constitutivas dele.

Crises financeiras severas, que se reciclam a partir de 1987 – *crash* profundo em Wall Street –, motivando o BIS (Banco de Compensações Internacionais) a exigir que instituições financeiras assegurem capital suficiente para cobrir possíveis perdas de valor em seus ativos, através dos denominados Acordos da Basileia (1988).

Historicamente, não houve, até hoje, possibilidade de *dominium* e reprodução de um padrão monetário e sua moeda-reserva internacional, dissociados dos poderes da potência hegemônica. Com forças e fraquezas, observa-se claramente que os EUA e sua moeda – superpotência em decadência histórica – começam a sofrer implacável concorrência que ressurgiu e emana da lei do desenvolvimento desigual dos países.

Sérgio Barroso é doutorando em economia social e do trabalho pela Unicamp e diretor do Instituto Maurício Grabois.

Notas

- (1) Sobre o assunto, considerem-se assim as duas hierarquias: 1) do sistema nacional: moeda manual (padrão de medida); dinheiro de crédito (comercial); dinheiro bancário (escritural); dinheiro estatal (nacional) (Banco Central) ou metal monetário. 2) do dinheiro internacional: moedas conversíveis (central e secundárias), inconversíveis e metal monetário. A hierarquia internacional do dinheiro é determinada pela sua aceitação em transações internacionais, pela sua utilização como reserva de valor (do valor criado em outros países) ou acesso a mercados financeiros maiores. Ver: “O papel do capital financeiro no capitalismo atual. Traços marcantes da globalização neoliberal: O Sistema Financeiro Internacional e seu papel na acumulação”, de Lecio Moraes, mimeo, texto/roteiro 2006.
- (2) Ver: “A nova hegemonia”, de L. G. de Mello Belluzzo, in: *Carta Capital*, n. 389, p. 42. Antes escreveu Belluzzo: “O divisor de águas [da nova situação da economia mundial] foi a reafirmação do papel do dólar como moeda de transações e de reserva do sistema monetário internacional, no início dos anos 1980” (idem). Ver igualmente, “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”, onde Belluzzo reitera que os títulos da dívida pública americana consolidaram sua posição como um refúgio seguro. Em circunstâncias – cada vez mais presentes, dado particularmente a flutuação das taxas de câmbio – de instabilidade e incerteza do investimento global é para os *Treasuries* que a demanda imediata se orienta (in: *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*, Tavares, M. e Fiori, J. (orgs.), Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição).
- (3) Cf. “A reafirmação da hegemonia norte-americana”, in: *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*, Tavares, M. e Fiori, J. (orgs.), Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição.
- (4) Considerando o volume “extremamente elevado” da dívida externa dos EUA, Suzanne Brunhoff, no entanto, já observara: “Esta [dívida], porém, não tem nada em comum com as dívidas dos países do Sul. De um lado, é denominada em dólar, moeda doméstica dos estados Unidos, de outro, é financiada pelas aplicações estrangeiras, públicas ou privadas, em títulos norte-americanos – ações ou obrigações do Tesouro, investimentos diretos diversos (compras ou criação de empresas etc)”. Ver: “A instabilidade monetária internacional”, da autora, p.p. 80-81, in: *A Finança mundializada*, Chesnais, F. (org.), São Paulo, Boitempo, 2005.
- (5) Conforme, ainda Cintra (2005), “O fortalecimento do euro como moeda-reserva internacional sugere a possibilidade de os EUA encontrarem dificuldades para o financiamento do seu déficit” (ver: “Papel do dólar ainda confere poder extraordinário aos EUA”, de Marcos A. M. Cintra, in: www.desempregozero.org.br).

Tom Jobim e a questão do nacional na música brasileira



FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO

As intrincadas fronteiras e inusitadas relações entre a música brasileira e a norte-americana, bem como entre estas e a música universal, fornecem elementos para a reflexão sobre a relação entre *nacional* e *universal* na cultura

“C arrego nas costas a canga-lha de fazer música brasileira e ficam me acusando de querer ser estrangeiro”. Essa frase, proferida por ninguém menos que Tom Jobim – um dos homens que melhor soube traduzir em notas musicais a essência do que é ser brasileiro –, poderia deixar perplexas as novas gerações, decerto menos familiarizadas com a história dos debates em torno da música brasileira. A par disso, o desabafo de Tom bem exprime as inusitadas tensões decorrentes da relação entre nacional e universal na cultura.

Nascido Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, ele teria completado no último dia 25 de janeiro, se vivo fosse, 80 anos. Por ocasião dessa data uma maratona de homenagens recolocou em pauta a vida e a obra desse engenhoso inventor de melodias, de resto sinuosas como o são as paisagens brasileiras e o jeito de ser de nosso povo. Jeito, aliás, cuja originalidade o levou a declarar: “O Brasil não é para principiantes”.

Sempre lembrado por sua insubstituível presença no núcleo que fez nascer a bossa nova, a contribuição de Tom Jobim é no entanto muito mais ampla: compôs sambas, choros, canções, modinhas, serestas, valsas, operetas, baiões, frevos, toadas, cocos, boleros e até emboladas. Inovador em tudo o que fez, imprimiu em cada criação a marca de uma nova *bossa* – levada, batida. “É tudo culpa do Mário de Andrade”, lembrava, em tom jocoso. “Ele disse: façam música brasileira. Éramos estudantes e líamos Mário. Fizemos”.

Compositor, cantor e arranjador, Tom iniciou os estudos de música com o compositor austríaco radicado no Brasil Hans Joachim Koellreuter, introdutor do dodecafonismo no Brasil. Herdeiro da grande tradição do piano brasileiro – construída por nomes como Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth, Heitor Villa-Lobos, Francisco Mignone, Sinhô, Ary Barroso, Custódio Mesquita, João Donato e Wagner Tiso –, Tom era também formidável letrista, representante da não menos nobre linhagem que leva de Noel Rosa a Chico Buarque, passando por Braguinha, Lamartine Babo, Geraldo Pereira, Ismael Silva, Lupicínio Rodrigues, Wilson Batista, Dorival Caymmi, Luís Gonzaga, Cartola, Candeia, Elton Medeiros, Zé Kéti, Aldir Blanc e Vinícius de Moraes – este último, ao lado de

Mário de Andrade, um dos líderes ideológicos da renovação musical brasileira, parceiro de Tom em composições antológicas como *Garota de Ipanema*.

Tom é muito provavelmente o mais destacado compositor nascido no século XX, não apenas no Brasil mas em todo o mundo. Sua obra é uma espécie de ponto para o qual confluíram tudo o que de melhor se fez na música do século passado. Essa afirmação é corroborada por intelectuais como o sociólogo Zuza Homem de Mello, que afirma ser Tom, “seguramente, o maior compositor brasileiro de todos os tempos”. No mesmo rumo vai o músico Billy Blanco, que sentencia: “Para mim, ele é o maior compositor dos últimos tempos, acima de Cole Porter e George Gershwin” (1).

Assim como faz na manifestação que abre este texto, Tom Jobim costumava manifestar tristeza e indignação com as acusações a ele imputadas por diversos críticos, cujos trabalhos insistiam em afirmar o caráter postiço e antinacional da bossa nova. Mesmo deixando claro desde já que não nos espelhamos nas opiniões manifestas por esses estudiosos, é forçoso reconhecer, para início de conversa, que as intrincadas fronteiras e as inusitadas relações entre a música brasileira e a norte-americana, bem como entre estas e a música universal, fornecem – como tentaremos ilustrar no decorrer deste texto – vasto material para a reflexão sobre a relação entre nacional e universal na cultura.

A obra de Tom Jobim representa o ápice do processo de formação da música brasileira, processo este que pode ter suas origens identificadas na metade do século XIX, quando já se tocava, à moda brasileira, uma música ainda não propriamente brasileira. “Entenda-se por música brasileira” – diz o instrumentista Maurício Carrilho – “uma música feita a partir de elementos rítmico-melódico-harmônicos (2) utilizados numa proporção/combinção tal, de forma a soar original e distintamente de tudo o que havia até então, diferente de ‘música feita no Brasil’, que muito antes disso já existia (e de alto nível), como na obra barroca do Padre José Maurício Nunes Garcia”. Para Carrilho, a música brasileira nasce através dos trabalhos de Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth. “Embora trilhando caminhos distintos, esses dois compositores fundaram o que hoje chamamos Música Brasileira” (3).

Essa visão encontra respaldo na opinião do Maestro Radamés Gnattali, um dos grandes mestres de

nossa música. Para ele, Pixinguinha, Anacleto de Medeiros, Ernesto Nazareth e Chiquinha Gonzaga representam os quatro arquitetos que alicerçaram a música brasileira. Não à toa, sua principal obra, *Suíte Retratos*, homenageia, em seus quatro movimentos, cada um desses mestres – responsáveis por duas das revoluções que fizeram surgir a música brasileira: a do maxixe e a do choro (Anacleto de Medeiros é considerado, além disso, o criador do xote).

Toda cultura se forja através de um processo de acúmulo, pelo qual amadurecem gradativamente, em ligação com a experiência humana vivida, os elementos formais que lhe dão constituição. No curso desse processo – que é obra de gerações – o trabalho sobre elementos simbólicos de diferentes origens e matizes faz nascer formas culturais qualitativamente novas – isto é, novas substâncias simbólicas. Por isso é equivocado conceber a cultura brasileira como mero *amálgama*, como se fosse uma *colcha de retalhos* – mistura indiferenciada de formações culturais anteriores. Mais que isso, ela é uma síntese que supera as matrizes que lhe deram origem em uma estrutura simbólica qualitativamente nova. Ou, como asseverava Noel Rosa, “é brasileiro, já passou de português”.

O dito de Noel Rosa não se aplica apenas à cultura brasileira, podendo ser generalizado para outras formações culturais, a exemplo da norte-americana, cuja música – como afirma J. Berendt – não pode ser vista como mera miscelânea da música européia com a africana. Ao contrário disso, ela é algo substancialmente novo, uma nova qualidade que conseguiu transcender ambas as matrizes que a originaram. O citado autor afirma que o jazz “não é um fenômeno de origem africana ou européia, pura e simplesmente. A relação de componentes da cultura musical de um continente e do outro, mixadas num terceiro – na América do Norte – é que formou a sua base” (4).

No âmbito desse processo cumulativo do qual se origina dada cultura – e, neste mister, dada cultura musical – destacam-se *pontos nodais*, que representam saltos qualitativos, “passos à frente” em relação ao

estágio anterior. Para usar uma metáfora, esses pontos nodais são como os locais onde um alpinista pára provisoriamente para descanso, ao escalar uma grande montanha. Podem ser representados também como “camadas geológicas” sendo dispostas umas sobre as outras no processo de desenvolvimento de uma cultura. Em síntese, esses pontos representam “viragens” qualitativas surgidas do acúmulo de experiência humana anterior.

Um dos mais importantes “pontos nodais” da longa trajetória que conduz da “música feita no país” à música brasileira propriamente dita é o gênero denominado “maxixe”. Como afirma o professor Luís Antônio Simas, “os registros históricos indicam que o maxixe surge na década de 70 do século XIX, no Rio de Janeiro, inicialmente como uma dança e, logo após, como um estilo musical. Na verdade o maxixe representa um abasileiramento da polca européia, que chega aos salões cariocas em meados do século XIX,

com o ritmo do 2/4 em *allegretto*, substituindo o 3/4 típico das valsas. Essa verdadeira adaptação da polca aos trópicos, resultando no maxixe, ocorre exatamente a partir das tentativas dos músicos de choro em moldar o ritmo das polcas aos requebros de corpo com que negros, brancos e mestiços do Rio teimavam em complicar os passos típicos das danças de salão” (5).

O processo como isso se dava é detalhado por Marília Barboza. Em seu artigo *Pelos caminhos do choro*, ela narra que os grupos instrumentais “não se contentavam em executar músicas em obediência ao que estava consignado na pauta. Em regra, só o flautista sabia ler música, quando sabia. Os violões e os cavaquinhos tocavam de ouvido. Nessas condições, a música ia sendo digerida com o tempero da sincopação nacional, ao sabor das negaças, descaídas e bossas dos executantes, em verdadeiros prélios de virtuosismo, onde o fino da arte era surpreender o acompanhador com verdadeiras rasteiras harmônicas” (6).

A revolução do maxixe (espécie de “1ª revolução da música brasileira”) resultou em grande medida dos trabalhos do flautista mulato Joaquim Callado –

Toda cultura se forja através de um processo de acúmulo, pelo qual amadurecem gradativamente, em ligação com a experiência humana vivida, os elementos formais que lhe dão constituição

que introduziu nos salões o lundu das senzalas – e de Chiquinha Gonzaga (primeira maestrina do país), que “abrasileirou” as danças européias de salão (polcas, valsas, marchas, mazurcas e chulas), fazendo nascer delas o maxixe. Conforme veremos adiante, processo semelhante aconteceu com o jazz norte-americano, cujo estilo embrionário, o *ragtime*, também resultou das polcas e mazurcas européias.

Desse processo resultaria mais tarde, produto do trabalho sobre elementos do maxixe e do antigo lundu (bataque de origem africana), a música denominada *choro*. Assim, em nosso país “a música européia naturalmente foi ganhando um ‘molho’ e se transfigurando em polca-lundu, tango brasileiro, maxixe e, finalmente, choro e samba”, sendo que “o Rio de Janeiro da segunda metade do século passado foi o balão de ensaio ideal para essa mistura” (7).

O processo que fez nascer o choro pode ser considerado a 2ª revolução da música brasileira. Podemos afirmar que esse gênero representa, sem sombra de dúvida, a coluna vertebral, o verdadeiro “tronco” da música brasileira. Isso não ocorre à toa. O choro constitui-se na primeira formação musical popular oriunda de estratos urbanos de nosso país. Se considerarmos o maxixe como uma espécie de “choro primitivo”, então os primórdios desse gênero remetem, pelo menos, a fins da década de 60 do século XIX. A concepção desse estilo como núcleo da música brasileira encontra respaldo nos grandes mestres de nossa música. Para Radamés Gnattali, esse gênero seria “a expressão máxima da música popular brasileira”. Já Villa-Lobos referia-se a ele como a “essência musical da alma brasileira”.

Muitas vezes invisibilizado, o choro está, no entanto, sempre presente em nossa música. “Não existe como negar a presença do choro em tudo o que foi criado ... a partir de Chiquinha e Nazareth” (8), diz Maurício Carrilho, que vê esse gênero “camuflado” não apenas em Tom Jobim, mas também em vários outros grandes compositores. “Não conheço um só disco de Hermeto Paschoal que não contenha choros em seu repertório (...) E assim ocorre com várias músicas de Edu Lobo, Chico Buarque, Egberto Gismonti, Guinga e tantos outros. O fato é que, no decorrer de seus 125 anos, o choro sempre foi o elo de ligação que fez evoluir música e músicos brasileiros” (9). Segundo o mesmo Maurício Carrilho, isso se dá porque

“nenhum gênero musical brasileiro aproximou tanto a música popular da música de concerto” (10). Esse processo de transfiguração da música popular na música erudita surge cristalino nas figuras de Villa-Lobos e Tom Jobim – os dois maiores gigantes da música brasileira.

Manifestação que transcendeu todos os regionalismos tomando-se, ao contrário de várias outras, música nacional, o choro – mais que mero gênero musical – surge-nos aqui como a forma brasileira por excelência de tocar e compor. Essa peculiar maneira “chorada” de tecer e interpretar as melodias é conseguida mediante o uso largo de ornamentações (ligaduras, apoiaturas e outros adornos), pelo “brincar” com a dinâmica da música “atrasando” o valor das notas, e também através da busca da melodia mais expressiva e brejeira, tendo como objetivo surpreender e “derrubar” o acompanhador. Como afirma Villa-Lobos, “isto é o choro. É todo mundo tocando com o seu coração, sua liberdade, sem regras, sem nada... a liberdade da arte” (11).

Assim, de um ponto de vista amplo o choro pode ser definido como a própria música instrumental brasileira, isto é, como a música brasileira pura e crua, despida de manifestações acidentais. Advém daí sua relação com a quase totalidade das expressões musicais de nosso país, as quais têm no choro a essência de sua sonoridade. Não à toa, o recém-falecido acordeonista Sivuca afirmava que “o forró é a forma nordestina de fazer choro”.

Tom Jobim é prova da atualidade desse gênero musical, bem como de seu imenso potencial renovador e inovador. Dialogando com Maurício Carrilho, afirma Mário de Aratanha: “Se o M. Carrilho vê o choro todo derramado pela MPB (...) é também por causa da paixão de Villa-Lobos pelo choro e da paixão de Tom Jobim por Villa-Lobos. E de ambos por Pixinguinha, aquele que foi o mais bachiano de nossos pilares musicais” (12). Acrescentamos ainda que não apenas Villa-Lobos e Tom Jobim, mas diversos outros compositores eruditos brasileiros – Camargo Guarnieri, Guerra Peixe, Francisco Mignone – revisitaram e compuseram choros. No caso de Villa-Lobos, é notório seu apego a esse gênero. Na série *Choros* ele chega a misturar música de câmara e improvisação – duas coisas até então consideradas incompatíveis.

Para o pesquisador Ilmar Carvalho, “até depois

da metade da década de 20, o choro manteve sua importância, praticamente hegemônica, de música mais conhecida e tocada no país por mais de 50 anos. Mas, mesmo alijado, e a partir daí, pelo samba e pela marcha e outros ritmos, não desaparece” (13). Tal visão traduz a nosso ver uma grande incompreensão; concebe apenas retratos, fragmentos, não conseguindo captar o caráter fluido da formação musical brasileira. Na verdade, o samba (e a marcha, e “outros”) não “alijou” o choro. Ao contrário disso, ele é o próprio choro, traz o choro guardado em si. O choro supera a si próprio no samba, da mesma forma que a flor – para utilizar uma metáfora hegeliana – representa ao mesmo tempo o fim e a realização da semente. A superação do choro pelo samba – a qual poderíamos considerar a 3ª revolução musical do Brasil – não é senão **expressão musical da construção da Nação e do avanço da idéia de nacionalidade**, processo este que, no caso do Brasil, entrava em novo patamar a partir dos anos 20 do século passado, mais ou menos quando o compositor Donga lança *Pelo telefone*, marco inicial do samba.

Na mesma linha demarcatória de Ilmar Carvalho segue José Fernando da Silva (14), que afirma haver algo como uma “ruptura” entre o choro e o samba, por um lado, e a bossa nova, por outro. Cremos em que, ao contrário disso, não há limites claros e definidos entre choro, samba e bossa nova – esta última a 4ª revolução da música brasileira. Trata-se de três gêneros que se intercalam e se interpenetram. Choro e samba não possuem quaisquer limites, e muito menos a bossa nova constitui-se em limite para ambos. A bossa vem do samba e do choro. Como afirmava o próprio Tom Jobim, “é um tipo de samba, vem do samba do morro”. Trata-se aqui de um samba com maior perfeição formal, renovado ritmicamente e que revela em sua plenitude as possibilidades harmônicas contidas em germe já no choro. Trata-se do mesmo samba/choro, mas agora em processo de eruditização. É o samba/choro ganhando aprimoramento e universalidade.



O choro é a essência do samba, da bossa e de toda a música brasileira da mesma forma que, segundo Leonard Feather – “o blues é a essência do jazz” (15). A respeito disso Berendt afirma: “Inicialmente (...) havia uma diferença entre aquilo que se chamava *jazz* e o *blues*. Não tardou, porém, que o cancionerismo *blues* rural se integrasse na corrente do jazz (...) Ainda hoje, os mais modernos músicos do jazz, inclusive os do *free jazz*, se sentem diretamente ligados à tradição do blues” (16).

Na realidade, o mesmo processo que levou à criação do choro ocorreu de forma similar em outros países da América, em geral a partir dos mesmos elementos: danças européias (polcas, valsas, mazurcas etc) + elementos culturais do colonizador + influência negra. A partir desses ingredientes surgiram gêneros que vieram a se configurar como a base da música popular urbana de vários países.

“Assim, se observarmos o maxixe brasileiro, bem como o *biguine* da Martinica, o *danzon* de Santiago de Cuba e o *ragtime* norte-americano vemos que todos são adaptações da polca. A diferença de resultado se deve ao sotaque de cada colonizador (português, espanhol, francês e inglês) e no caso norte-americano a uma maior influência da música religiosa. A região da África de onde vinham os escravos também influenciou, pois foram trazidas diferentes tradições musicais e religiosas por negros de tribos distintas” (17).

Essa visão é corroborada por Joachim Berendt, que em seu trabalho sobre o jazz afirma: “O *ragtime*, como forma, possui, em geral, as características da música para piano do século passado. Muitas vezes tem a forma trio, típica do minueto, noutras congrega, em seqüência, diferentes formas da época, como acontecia na valsa de Strauss, por exemplo. Na técnica pianística do *rag* se encontram também elementos da música de Chopin, Liszt e Schubert, assim como de marcha e polca, tudo dentro de um novo conceito rítmico, o do negro, como o próprio nome diz: *ragtime* = ragged time = tempo destruído” (18). Ainda se-

gundo Berendt, “no *rag* de uma maneira geral estão ligados, mais que em qualquer outro estilo de jazz, a tradição musical européia e o sentido rítmico do negro. Quase se poderia dizer que o *rag* é uma música branca com toque negro” (19).

Afirma ainda esse autor que “a harmonia do jazz foi algo tomado emprestado de outra cultura, pois os negros que cantavam os *shouts* e *worksongs*, os *field hollers* e os *blues* já tinham se dado conta de que em sua própria música não havia soluções harmônicas que se comparassem ao que estava acontecendo na música européia da época. Por outro lado, não havia nada na cultura européia que se comparasse à força expressiva do som negro e à vitalidade e riqueza rítmicas da herança africana” (20).

Corroborando essa visão, o compositor brasileiro Martinho da Vila, em texto publicado no *Jornal do Brasil* do último dia 12 de fevereiro, lembra: “A maioria da música popular do mundo tem origem na África. Vêm de lá e se mantêm, até hoje, quase na forma primitiva, o nosso jongo, o caixambu, a capoeira, o afoxé e os toques de umbanda, que vêm de Angola. A palavra samba é uma corruptela de *semba*, um ritmo angolano que não tem nada a ver com o nosso samba. O *semba* é um ancestral das salsas e de todos os ritmos das Antilhas e da América Central, bem como do nosso Carimbó”.

Caberia aqui recolocar a pergunta que dá origem à inquietação de Tom Jobim, expressa no primeiro parágrafo deste texto. Afinal, é correto afirmar que a bossa nova é herdeira do jazz?

Influências certamente existiram – amplificadas que foram pela ação do rádio e da grande indústria fonográfica. Acreditamos, porém, que tais influências foram de mão dupla. No essencial podemos afirmar terem corrido **em paralelo** os processos que resultaram tanto na formação da bossa quanto na do jazz – sendo ambos tributários, em última instância, da música francesa do século XIX e início do século XX. Já na obra de Pixinguinha podemos notar muito mais influência da música francesa que dos foxtrotes

norte-americanos. Não é mera coincidência que tanto Pixinguinha quanto Tom Jobim tenham sido injustamente acusados de plagiar músicas do compositor franco-alemão F. Chopin.

Apontada por alguns como tributária do jazz, a revolução harmônica trazida pela bossa nova – com a introdução dos acordes dissonantes e as conseqüentes mudanças nas modulações das músicas, fazendo

submergirem os acordes preparatórios (21) – remete na verdade não ao jazz, mas à mesma música que deu base à formação do jazz: o impressionismo francês do século XIX, tendo à frente gigantes como César Frank, Debussy e Ravel. Em última instância, essa tendência remete mesmo ao romantismo dos compositores germânicos Frédéric Chopin, Richard Wagner, Franz Liszt e Franz Schubert e, indo ainda mais longe no tempo, à consagração da polifonia (22) com J.S.Bach.

Tendo Wagner e Liszt como precursores diretos, os impressionistas são considerados os fundadores da música moderna. A partir deles a música do século XX enveredou por dois caminhos: na Europa, as tendências musicais do impressionismo são levadas às últimas conseqüências com o atonalismo de Schoenberg; já na América o sistema tonal europeu (sistematizado por Bach e presente tanto na música popular quanto na música erudita desse continente) funde-se ao modalismo (23) da música africana, dando origem ao jazz, ao blues, aos ritmos caribenhos e à música brasileira.

Na verdade, enquanto gênero musical o choro possui muito mais semelhança com o jazz que a bossa nova. Em primeiro lugar, porque “o jazz foi – e é – sobre todas as outras coisas o instrumento do exercício da liberdade de um contingente humano oprimido, o dos negros americanos” (24). Ou, como afirma J. Berendt, “o *ragtime* era uma música do povo, do operário, particularmente daquele que, no fim do século XIX, construía as grandes vias férreas do território americano” (25). Conforme o mesmo autor, “o blues é a forma de expressão musical de um proletariado inicialmente

Mário de Andrade costumava dizer, com razão, que “se a consciência nacional já se manifestou alguma vez com eficiência na arte, o fez unicamente pela música”

rural e depois urbano” (26). Algo que, em grande medida, pode ser dito igualmente do choro.

Ainda em relação à questão da origem social, podemos afirmar que tanto o choro quanto o blues/jazz são fortemente vinculados à cultura negra, e por isso extremamente autênticos e profícuos. Como afirma J. Berendt, “a música negra é em geral mais realista, mais ligada aos problemas sociais e ao dia-a-dia da vida de cada um” (27). Não à toa muitos definem o blues como um “estado de espírito”, do qual deriva uma forma determinada de compor e tocar. A mesma coisa pode ser dita do choro.

Além disso, “outro aspecto básico da melodia jazzística é o fato de ela nascer do instrumento. Na maioria das vezes está diretamente ligada à técnica do instrumento onde foi concebida e a seu autor. Afinal: ‘jazz não é algo que se toca, mas como se toca’” (28). Essa característica também é própria do choro como gênero musical. Em ambos, a melodia é característica e única pelo fato de estar intimamente ligada ao instrumento e à técnica de execução. Não à toa, tanto o blues/jazz quanto o choro são estilos ligados aos grandes solistas.

Porém, mesmo com as similaridades que possam ser identificadas, há também profundas diferenças entre a música brasileira – seja ela choro, samba ou bossa – e a música norte-americana. A começar do fato de – conforme assevera Mário de Aratana – “como música de improvisação”, o choro ser mais antigo que o próprio jazz. “O saxofonista Jack O’Neil (...) me jura que na discoteca de Louis Armstrong, que hoje pertence ao governo americano, estão algumas gravações em arame de ‘música instrumental improvisada’ feitas no Rio de Janeiro ‘antes do primeiro disco de jazz’” (29).

Do pouco de vista da estrutura musical, para muitos o tipo de batida sincopada (30) da bossa nova seria uma herança do jazz. Influências podem ter existido, mas aqui é preciso lembrar que também no choro e no samba podemos encontrar uma síncope “à brasileira” – mais um elemento da herança negra na nossa música.

De ritmos diferentes surgiram formas distintas de construção das frases musicais (31). Como já afirmou o compositor brasileiro radicado nos EUA Antônio Adolfo (32), o fraseado da música brasileira é único e próprio. E a bossa nova deve seu fraseado meló-

dico e seu ritmo ao samba e ao choro, não ao jazz.

Ademais, a forma de improvisação do jazz – onde uma melodia é livremente inventada tendo como base uma harmonia fixa – pode guardar certa similaridade com a do choro, mas difere radicalmente da que encontramos na bossa nova. Nesta última temos em geral um tema melódico fixo, sobre o qual ocorrem improvisações na harmonia. Isso é corroborado por João Marcos Coelho, que, recorrendo ao musicólogo Lorenzo Mammì, afirma: no jazz, “seqüências harmônicas claras e sólidas fazem o sucesso dos ‘standards’ sobre os quais os músicos (...) adoram improvisar. São seqüências que propiciam ao músico tecer variações com facilidade, isto é, improvisar sobre uma infra-estrutura fixa”. Já em Tom Jobim a melodia possui primordialidade sobre a harmonia. As frases melódicas, “mais que estruturas tonais, (...) sugerem esquemas narrativos (...) Suas canções, portanto, nascem primeiro como melodia, em geral construída sobre pequenas células melódicas em cima das quais ele desenvolve frases amplas (...) Há poucas mudanças de centro tonal, e, em compensação, muitas alterações cromáticas dos acordes”. Citando o musicólogo Gava, João Marcos Coelho arremata: “é como se fosse um jazz invertido, em que Tom improvisa a harmonia sobre a melodia, e não o contrário, como sempre se fez no jazz” (33).

Como podemos constatar, a essência que perpassa a música de Tom Jobim é única. Surgida da evolução que conduz do maxixe à bossa nova, passando pelo choro e pelo samba, a música do grande compositor brasileiro nada tem a ver com formações próprias de outras culturas musicais. Aquele que dizem ter sido influenciado pelo jazz foi na verdade uma das maiores influências que teve não apenas o jazz, mas a música do século XX como um todo.

Conforme afirma Carlos Torres Pastorino, “a música acompanha todas as evoluções ou involuções da civilização, pois é um produto do ambiente. Modifica-se e progride, ou regressa, e espelha bem o tempo em que é escrita, reflete o caráter dos homens, interpreta a sociedade e os acontecimentos da época” (34). Embora em tom diverso, também J. Berendt parece acreditar nisso quando afirma: “o artista criador é aquele que vê a realidade de sua época antes dos outros e a apresenta em forma de música” (35).

Com base nisso caberia perguntar: de onde pro-

vêm, em última instância, as diferenças entre a música brasileira e outras formações musicais? Nessa pergunta reside um ponto crucial para a compreensão do processo de formação da nacionalidade. Da mesma forma que as similaridades entre os gêneros da música popular dos diversos países americanos advêm das semelhanças existentes entre os processos históricos vivenciados por esses países, também as diferenças identificáveis nas respectivas estruturas musicais – como de resto nas respectivas culturas nacionais – são oriundas de distintas experiências histórico-sociais. Evidentemente, o patrimônio intelectual, sensorial e moral de um negro brasileiro, sua carga de conteúdo humano, jamais poderia ser igual à de um negro norte-americano, dado serem ambos fruto de diferentes experiências em distintos espaços nacionais.

Para o musicólogo suíço Jan Slawe, “a teoria-mestra da linguagem jazzística se resume no seguinte propósito: a criação de conflitos. Esses conflitos são, acima de tudo, de natureza rítmica” (36). Ao contrário do jazz (e, em certa medida, do próprio choro), “a interpretação-padrão da bossa nova, tal qual foi fixada por João Gilberto, se assemelha mais a um lago sereno, tranquilo, lugar comum em que a dinâmica, os ornamentos, as demonstrações de virtuosismo e passionalidade não têm lugar” (37). Essa visão parece ser corroborada pelo próprio Tom Jobim, que afirmava: “Minha música é essencialmente harmônica. Sempre procurei a harmonia. Parece que tentei harmonizar o mundo”.

O caráter tácito da bossa sugere a tão brasileira “promessa de vida”. Nada disso é dedutível do jazz, nem mesmo em suas formas mais “suaves” (cool jazz, free jazz). Em contraste com a bossa nova, a sonoridade do jazz, com seus modos peculiares de ataque e seu uso ostensivo de metais, traduz mais algo como uma “vontade de potência”. A bossa, e a música brasileira como um todo, é doce e intimista – soube guardar e re-traduzir muito bem o espírito do impressionismo francês. O jazz, com sua mensagem bela, mas dura e expansiva, exprime melhor os sentimentos profundamente entranhados na alma do povo norte-americano.

Com diferenças tão substanciais, como explicar que inúmeros teóricos e estudiosos tenham embarcado na onda de ver a bossa como um “jazz brasileiro”? Com a palavra, novamente, Maurício Carrilho: “Ao

contrário dos norte-americanos, que sempre cooptaram para seus domínios toda e qualquer manifestação musical do mundo que guarde um mínimo resquício de semelhança com o jazz, os brasileiros sempre mascararam o choro, omitindo ou dando a esse gênero diversas denominações (tango brasileiro, maxixe, corta-jaca), algumas pejorativamente diminutivas (chorinho, tanguinho)” (38).

No mesmo rumo vai o compositor Edgar Duviol ao afirmar: “Para os americanos a música é americana, o mundo é americano (...) uma das razões da popularidade do jazz é a vontade de abraçar toda e qualquer inovação ou linguagem” (39). Como podemos ver, não é à toa que a bossa nova é lida pelos norte-americanos como uma “tendência latina” do jazz.

O fenômeno descrito por Carrilho mais acima é expressão, no domínio da música, do capitalismo deformado e dependente que temos no Brasil – situação histórica originada do abandono, pelas elites dominantes, das tarefas de construção da Nação. Trata-se também de manifestação fenomênica do caráter inconcluso do processo de formação da Nação brasileira, caracterizado pelo fato de que a nacionalidade avança, mas não se reconhece a si própria, resultando disso um processo de “estranhamento” que simboliza a alienação do povo em relação à sua própria cultura. Essa situação corresponde a um estágio ainda primário, infantil, do avanço da consciência coletiva, no qual o povo não se mostra capaz de reconhecer com nitidez seus próprios interesses.

Mário de Andrade costumava dizer, com razão, que “se a consciência nacional já se manifestou alguma vez com eficiência na arte, o fez unicamente pela música” (40). Com efeito, a história da música brasileira retrata fielmente a evolução do ideal de nacionalidade. E a evolução desse ideal coincide, por sua vez, com o avanço da unidade do povo brasileiro em sua marcha tortuosa rumo à liberdade. Marcha longa sem dúvida, empreendida em meio a um caminho acidentado, mas assim são as coisas. Como afirmava o próprio Tom Jobim, “longa é a arte, tão breve a vida”.

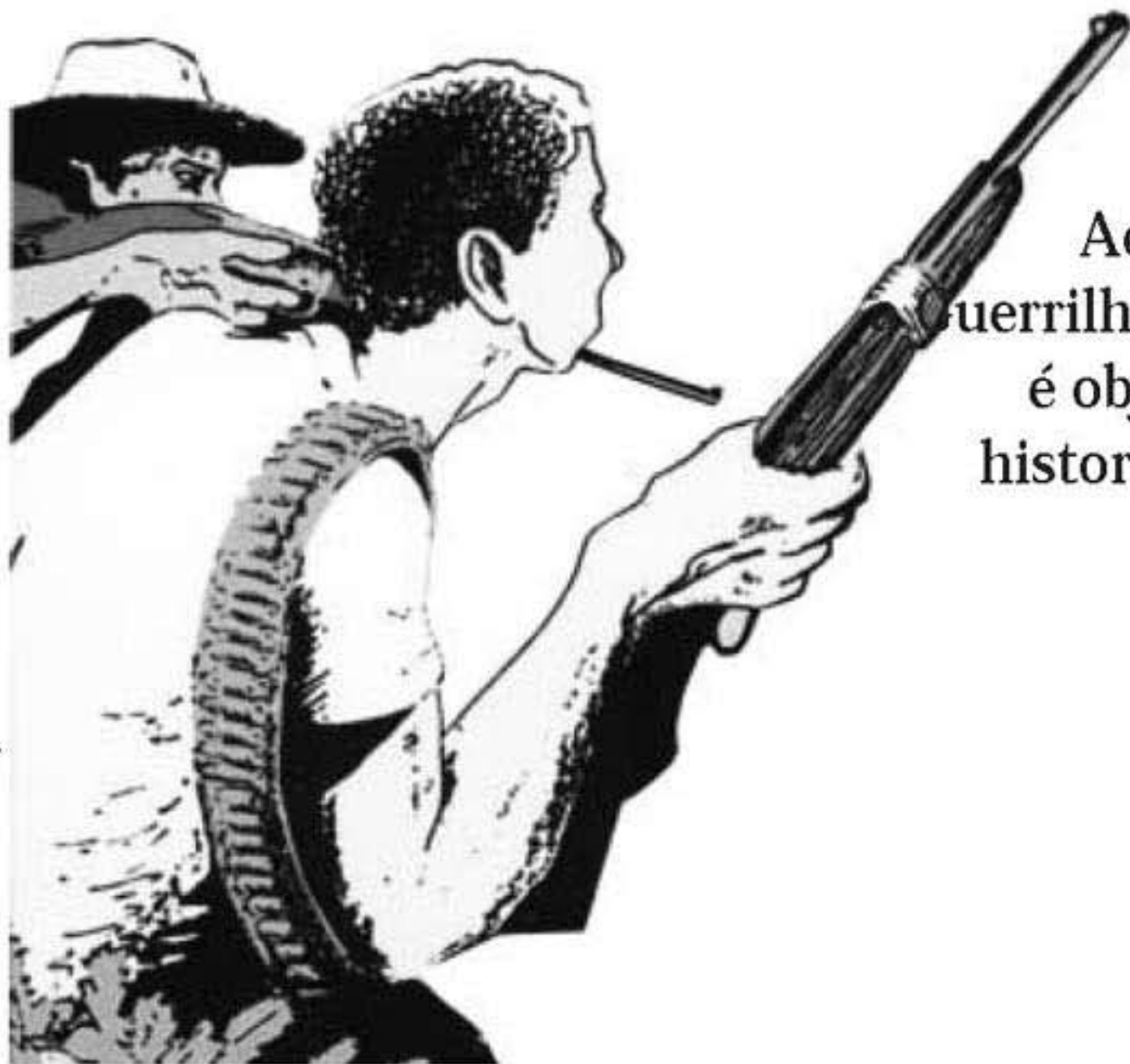
Fábio Palácio de Azevedo é jornalista e semiólogo, formado em percepção musical pela Escola de Música Lilah Lisboa (Conservatório de São Luís/MA).

Notas

- (1) Apud CARDOSO, Tom. "Se todos fossem iguais a você". *Jornal Valor Econômico*, 5, 6 e 7/01/07. p. D14.
- (2) Ritmo: recorte dos sons no tempo, através da duração e acentuação. Melodia: conjunto organizado de sons tocados sucessivamente. Harmonia: conjunto organizado de sons tocados simultaneamente.
- (3) CARRILHO, Maurício. "O choro vai muito bem, obrigado". *Revista Roda de Choro*, n. 0, Rio de Janeiro, nov/dez 1995. p. 8.
- (4) BERENDT, Joachim. *O jazz – do rag ao rock*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 150.
- (5) SIMAS, L.A. "O choro e o maxixe". *Revista Roda de Choro*, n. 2, Rio de Janeiro, mar/abr 1996. p. 3.
- (6) Apud LIMA, Luís Filipe de. "Choro: aprenda você mesmo". *Revista Roda de Choro*, n. 4, Rio de Janeiro, nov/dez 1996. p. 13.
- (7) CAZES, Henrique. "Nasce a música popular no Rio de Janeiro e no mundo". *Revista Roda de Choro*, Nº 0, Rio de Janeiro, nov/dez 1995. p. 7.
- (8) CARRILHO, Maurício. Op. Cit., p. 8.
- (9) Ibid. Ibidem. p. 10-11.
- (10) Ibid. Ibidem, p. 10.
- (11) Apud ARATANHA, Mário de. "A essência musical da alma brasileira". *Revista Roda de Choro*, n. 2, Rio de Janeiro, mar/abr 1996. p. 12.
- (12) ARATANHA, Mário de. "A essência musical da alma brasileira". *Revista Roda de Choro*, n. 2, Rio de Janeiro, mar/abr 1996. p. 13.
- (13) CARVALHO, Ilmar. "O choro: um gênero em transformação". *Revista Roda de Choro*, n. 1, Rio de Janeiro, jan/fev 1996. p. 12.
- (14) Cf. SILVA, José Fernando. "Jacob e a bossa nova". *Revista Roda de Choro*, n. 2, Rio de Janeiro, mar/abr 1996. p. 5.
- (15) Apud BERENDT, Joachim. *O jazz – do rag ao rock*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 124.
- (16) BERENDT, Joachim. Op. cit., p. 27.
- (17) CAZES, Henrique. Op. Cit., p. 7.
- (18) BERENDT, Joachim. Op. Cit., p. 20.
- (19) Ibid. Ibidem, p. 20.
- (20) Ibid. Ibidem, p. 137.
- (21) Acorde: conjunto de três ou mais notas tocadas simultaneamente. Acorde dissonante: aquele que inclui notas que não fazem parte da escala do acorde. Acorde preparatório: aquele que prepara o retorno à tônica, isto é, ao acorde que dá o tom da música, e para o qual ela sempre retorna ao final, como que em um "repouso". Modulação: mudança de tom, passagem de uma tonalidade a outra na harmonia de uma música, através da subida ou da descida de tom. Cf. CHEDIAK, Almir. *Harmonia & improvisação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumiar editora, 1986. p.s 75 e 116.
- (22) Polifonia: música construída a partir do entrelaçamento de duas ou mais linhas melódicas distintas, tocadas em contraponto uma à outra; revolucionou a música ao substituir gradualmente, já a partir da Baixa Idade Média, o canto gregoriano monofônico.
- (23) Sistema tonal: sistema de sons baseado em escalas compostas de tons e semitons, o qual estrutura toda a música ocidental. Sistema modal: espécie de sistema tonal primitivo, baseado em modos (e não em escalas); na África é em geral pentatônico (reconhece apenas 5 e não 7 notas). Atonalismo: forma de compor que despreza o sistema tonal; dentre os tipos de atonalismo está o dodecafonismo, sistema de composição que trabalha com escalas cromáticas (que em vez de 7 possuem 12 notas). Cf. CHEDIAK, Almir. Op. Cit., p.s 84 e 120.
- (24) SOUZA, Tárk de. Prefácio. In: BERENDT, Joachim. *O jazz – do rag ao rock*, São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 15.
- (25) BERENDT, Joachim. Op. cit., p. 20.
- (26) Ibid. Ibidem, p. 127.
- (27) Ibid. Ibidem, p. 129.
- (28) SOUZA, Tárk de. Op. Cit., p. 14.
- (29) ARATANHA, Mário de. Op. Cit., p. 13.
- (30) Síncopa: alteração do modo normal de acentuação de um ritmo. A bossa é um samba sincopado: ambos são ritmos binários (de dois tempos), mas acentuados de forma diferente. Cf. MED, Bohumil. *Teoria da música*, 3 ed. Brasília: Musimed, 1986. P. 98.
- (31) Assim como um texto se compõe de frases, orações, períodos e parágrafos, também uma melodia compõe-se de frases (conjunto de sons com sentido completo) e períodos (conjunto de frases com sentido completo).
- (32) Citado pelo jornalista Roberto Moura em uma das edições de seu programa *Dentro e fora do compasso*, da Rede Brasil.
- (33) COELHO, João Marcos. "Riqueza construída nos detalhes". *O Estado de São Paulo*. 21/01/07. p. D7.
- (34) PASTORINO, Carlos Torres. *A música através dos séculos*. Rio de Janeiro: Vicente S. Mangione, 1941. p. 64.
- (35) BERENDT, Joachim. Op. Cit., p. 45.
- (36) Apud BERENDT, Joachim. Op. cit., p. 146-147.
- (37) SILVA, José Fernando. Op. Cit., p. 5.
- (38) CARRILHO, Maurício. Op. Cit., p. 11.
- (39) DUVIVIER, Edgar. "Passado e futuro". *Revista Roda de Choro*, n. 4, Rio de Janeiro, nov/dez 1996. p. 5.
- (40) Apud SAMPAIO, João Luiz. "Uma idéia de Brasil, pela música". *O Estado de São Paulo*. 21/05/06. p. D7.

Guerrilha do Araguaia: o silêncio quebrado

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO



Desenho: Bernardo Joffily

Ao completar 35 anos, a guerrilha do Araguaia ainda é objeto de pesquisas de historiadores e jornalistas

A Guerrilha do Araguaia saiu do pó do esquecimento, onde ficou durante tantos anos submetida a um controle por quem temia que ela – como tantos outros acontecimentos que marcam negativamente a imagem das Forças Armadas – chegasse ao conhecimento das gerações futuras. Apenas os que tinham coragem e não temiam a repressão divulgavam o que por duas décadas aconteceu neste país e na América Latina de uma maneira geral.

O silêncio dos militares se explica pelo temor de um julgamento ante a História; e procurou de todas as maneiras apagar, literalmente, esse capítulo de nossa memória. Muito se disse, através da mídia, sobre os trabalhos iniciais sobre esse movimento excluindo propositalmente, ideologicamente, as opiniões dos militares. Na verdade, eles simplesmente não se dispunham a falar sobre esse tema. Não só se recusavam a comentar, como tentavam, de todas as maneiras, apagar todos os registros oficiais que levassem à comprovação da existência de uma guerrilha naqueles rincões do Brasil, naquele tempo profundamente esquecido e entregue ao banditismo, à pistolagem e à grilagem.

Os militares não “perderam a guerra do discurso”, como se ouve dizer, para desqualificar as pesquisas sobre o tema. Eles se omitiram dela, procuraram negar a História para esconder, inclusive, o rito macabro de desenterrar cadáveres e queimá-los no ponto mais alto da Serra das Andorinhas, no sul do Pará. Ao contrário dos relatos do chamado “Dossiê Araguaia”, divulgados no livro *A Lei da Selva*, de Hugo Stuard, sequer se deram ao respeito de valorizar e respeitar seus inimigos. Aqueles que assim o fizeram temeram o julgamento da História, não fizeram jus à condição de oficial de uma estrutura militar que deveria se orgulhar de seus atos. Mas não somente esse Dossiê, como também as declarações do coronel Lício Augusto Ribeiro, apresentadas no livro de Luiz Maklouf Carvalho, *O Coronel Rompe o Silêncio*.

O Dossiê Araguaia foi elaborado por personagens que estiveram em um dos lados da luta. Portanto, está completamente repleto de informações que refletem as concepções ideológicas daqueles que os elaboraram. Seria por demais ingenuidade imaginar que

isso não pudesse acontecer com um episódio que envolve tantos mistérios e segredos. Exatamente por ele refletir a complexidade de uma época que, se não a entendermos, jamais teremos possibilidade de compreender o que foi a Guerrilha do Araguaia e outros fatos marcantes das décadas de 1960 e 1970. Mas são documentos importantes para a História e para a pesquisa científica.

O trabalho do pesquisador é confrontá-los, buscar mais informações, testemunhas, juntar todas as evidências de um lado e de outro que possam levar a uma conclusão. Que jamais será a definitiva, pois sempre haverá outro pesquisador tentando ir além do já encontrado. Grandes batalhas do passado, em civilizações inclusive já desaparecidas, ainda hoje são objetos de pesquisas; não será, portanto, este ou aquele livro que dirá a verdade definitiva sobre a Guerrilha do Araguaia. Até porque o relativismo está presente em tudo, e isso nos impede de absolutizar esta ou aquela conclusão, este ou aquele trabalho.

É verdade que ser isento sobre um tema tão controverso como esse é praticamente impossível, mas devemos nos esforçar pelo menos para sermos honestos em nossas investigações e conclusões. Mesmo porque cada indivíduo carrega valores ideológicos que definem sua maneira de ver o mundo e interpretar determinadas realidades.

Dina e Osvaldão – Sempre que surgem novas versões sobre a Guerrilha do Araguaia alguns personagens recebem uma menção especial, e tentam apresentá-los de várias maneiras, às vezes procurando desvalorizar o valor dos objetivos pelos quais lutavam ou tentando desmistificá-los diante do imponderável. Vale destacar algumas figuras marcantes e bastante queridas pela população que vivia entre Xambioá (TO) e Marabá (PA): Helenira Rezende, João Carlos Haas, Osvaldo Orlando da Costa e Dinalva Oliveira Teixeira.

As histórias sobre Dina e Osvaldão dariam um livro à parte. A mais verossímil sobre Dina é de que ela teria sido presa e levada a Brasília, provavelmente ao Pelotão de Investigação Criminal, local para onde foram encaminhados vários presos políticos. Ali ela teria sido morta após ser submetida à tortura. Há um depoimento importante do senhor Antonio Veloso – camponês e guia que por muito tempo conviveu com os militares na base da Bacabá, na Transamazônica.

Merece mais credibilidade do que um diálogo imaginário descrito por um pretenso agente que teria ludibriado Osvaldão e Dina, constante do Dossiê Araguaia e divulgado no livro de Studart.

Ainda segundo o dossiê, Osvaldão teria sido traído por um morador da região, seu amigo, na verdade um agente infiltrado entre os guerrilheiros. Esse agente – que se chamaria Ivan – a meu ver, não passa de uma ficção. Os militares se infiltraram na região após a guerrilha ter se iniciado e, provavelmente, da segunda para a terceira campanha. Àquela altura esses dois já conheciam todos os moradores daquela região, principalmente o Osvaldão que nela vivia desde 1966 e conhecia e era conhecido por todos em um raio de 200 quilômetros. Ele estava ali desde aquela data exatamente para ter o conhecimento detalhado de toda a região e de todos os seus habitantes. Que não eram em grande número, apenas viviam dispersos dentro da mata, ou em pequenas vilas. Entre Marabá e São Geraldo, havia um único município: São Domingos das Latas, hoje São Domingos do Araguaia. Os demais eram povoados e distritos. Portanto, em pleno confronto, jamais um guerrilheiro da experiência de Osvaldão iria se deixar enganar por um morador que na verdade seria um agente. Os traidores dos guerrilheiros eram moradores conhecidos, que tinham mesmo a confiança de Osvaldão, mas de outros guerrilheiros. Sucumbiram à recompensa oferecida pelos militares e enganaram os antigos amigos.

Nas versões apresentadas pelos militares sobre o número de guerrilheiros mortos, a conta pode ser correta, mas não é possível considerar todos os mortos como guerrilheiros, tentando fazer parecer que os moradores da região mortos, muitos deles sob tortura, eram integrantes da guerrilha. Isso aconteceu principalmente na terceira campanha, quando alguns foram feitos prisioneiros, acusados de esconder informações que levassem os militares até os guerrilheiros. Vários deles tinham uma forte relação com alguns guerrilheiros e, por essa razão, foram submetidos a sessões de tortura. Alguns não suportaram o tratamento de “choque”, literalmente “desaparecendo” sem deixar notícias, e obviamente entraram para a lista de guerrilheiros mortos ou desaparecidos, mas não eram combatentes, à exceção de alguns. Essas informações podem ser atestadas em vários depoi-

mentos obtidos por mim na região e a que pude ouvir de vários moradores quando estive ali pela última vez para completar minhas pesquisas.

Outro argumento usado pelos militares para desqualificar os guerrilheiros e sua luta era apontá-los como desprovidos de sentimentos e movidos por sentimentos de vingança, vitimando inclusive, segundo essas versões, seus próprios companheiros. Justiça-mentos de fato não são novidade em conflitos violentos, que carregam uma forte dose de ódio e são movidos por uma enorme carga de ideologia. A traição sempre foi punida implacavelmente com a morte. O traidor é a figura mais execrada nesse e em muitos outros momentos das relações sociais, carregados de fortes tensões e luta de classes. Não obtive nenhuma evidência de que isso tivesse ocorrido no Araguaia. Pelo relato feito no livro de Studart, um dos guerrilheiros teria sido morto por seus companheiros diante do testemunho de seis camponeses. Isso seria de uma ingenuidade inimaginável de ocorrer em um movimento em que os guerrilheiros estavam tentando ganhar a simpatia dos moradores da região. Se tivessem de fazer justiça-mentos, isso jamais teria ocorrido na presença de estranhos aos seus destacamentos. E se tantos camponeses testemunhassem tal fato, seria do pleno conhecimento da população local: eles se encarregariam de contar a todos. Nas quatro vezes em que estive na região, em nenhum momento ouvi qualquer comentário a respeito desse fato. Mas é sabido que um morador da região – conhecido e merecedor da confiança dos guerrilheiros – foi executado pelos mesmos por tê-los traído. Essa história é conhecida do povo, e a notícia desse justiça-mento se tornou conhecida, mas ele teria sido feito somente em presença de guerrilheiros.

A utilização dos índios Suruí é fartamente conhecida, mas eles não foram “recrutados”, mas, sim, forçados a se tomarem guia, como, aliás, a maioria daqueles que cumpriram essa tarefa. Isso foi denunciado por Frei Gil, missionário que vivia com eles e amigo dos guerrilheiros. Frei Gil teve de fugir da área, pois fatalmente teria sido preso e torturado. Seu depoimento consta da primeira revista sobre o Araguaia publicada pelo PCdoB lá pelos idos dos anos 1980, agora reeditada. O que é inconcebível, é querer imputar aos índios Suruí a prática da degola. Essa prática, aliás, não começou na Guerrilha do Aragu-



Desenho: Bernardo Joffily

aia, ocorreu em Canudos e também no combate aos cangaceiros; cumpria o objetivo de reconhecer aqueles guerrilheiros mortos ou feridos dentro da mata, feitos por patrulhas que não conseguiam identificar essas pessoas, bem como de atingir o moral dos combatentes. Cortar as cabeças e as mãos era ordem de oficiais para a identificação dos guerrilheiros, e não uma iniciativa dos índios visando a obter recompensa. Isso não se encaixa no comportamento daquele grupo indígena, muito mais se considerarmos a existência de um acompanhamento de missionários sobre essa tribo. Há claramente nessas acusações, assim como nos relatos sobre as execuções, uma tentativa de transferir as atrocidades cometidas naquele conflito e que são de responsabilidade dos militares, principalmente os comandados pelo major Curio. Uma guerra suja instaurada na região a partir das di-

ficuldades de se conter o movimento através de táticas convencionais de guerra.

Sobre a polêmica envolvendo João Amazonas, que consta desse dossiê e também do depoimento do coronel Lício Ribeiro, vale dizer que uma das táticas adotada por qualquer exército guerrilheiro é preservar as pessoas importantes ao movimento ou à organização revolucionária. Veja o exemplo do subcomandante Marcos, liderança da resistência indígena do Movimento Zapatista do México, cuja identidade sequer é conhecida e, para alguns, inclusive, são várias pessoas, ao invés de uma apenas por detrás daquela máscara. É natural os principais estrategistas ou líderes de um movimento guerrilheiro serem caçados mais intensamente; a cabeça é a primeira que deve ser cortada para conter a guerrilha. Provavelmente a decisão do grupo foi deixar Maurício Grabois e Osval-

dão na região, dentre aqueles mais destacados na Comissão Militar, e delegar outras tarefas relacionadas com a preservação da organização partidária para Arroyo e Amazonas. Isso demonstrou uma decisão acertada. O equívoco foi não terem estabelecido uma rota de saída para todo o grupo com a intensificação do cerco militar.

Contrapontos ao coronel – Com base em minhas pesquisas, faço alguns contrapontos ao coronel Lício Augusto Ribeiro e teço outras considerações. Em primeiro lugar quanto ao fato de Ângelo Arroyo – em seu relatório e principal documento do PCdoB sobre a Guerrilha – não ter feito referência à maneira como Sônia morreu. Possivelmente deveu-se à ausência de testemunhas por parte dos combatentes. Sônia foi a guerrilheira que atingiu Curió e o coronel Lício. Afinal, só estavam ela, os militares e os guias. Sua história terminou sendo muito difundida por ter atingido dois oficiais, certamente contada pelos guias – muitos dos quais não se cansavam, longe dos militares, de aumentar os fatos dos confrontos com os guerrilheiros. Por terem sido forçados a se tornar guias, contar tais histórias poderia servir como uma espécie de desabafo. Daí a construção de alguns mitos, como Dina e Osvaldão. Mesmo considerando sua importância e bravura no conflito, a população da região crescia sempre aos seus feitos um pouco de fantasia.

Primor de jornalismo – Maklouf nos brinda com um excelente trabalho jornalístico, pontua bem seus questionamentos e nos deixa com dúvidas sobre boa parte da versão apresentada pelo coronel, sem a necessidade de desmenti-la, postas à prova diante de outros depoimentos. Acima de tudo, questione-se ou não, a entrevista com o coronel Lício Augusto mostra os militares angustiados e pressionados por um silêncio inexplicável para a sociedade. Embora para nós, pesquisadores, esteja evidente a razão do medo em se falar da guerrilha, por ser uma fratura exposta na imagem das Forças Armadas, devido à brutalidade, à tortura e aos assassinatos ocorridos no afã de eliminar um conflito que já causava desgaste à ditadura militar e repercutia internacionalmente.

Boa parte das questões postas pelo coronel representa uma maneira de evitar conclusões como essa. Procura, insistentemente, apresentar uma versão que não considera as prisões e assassinatos de prisioneiros

e as barbaridades e humilhações sofridas pela população da região do conflito. Embora se refira a confrontos de fato existentes, mostra-se bastante evasivo ao dizer que o papel dele era somente combater e entregar os prisioneiros, transferindo para terceiros (os índios Suruí e mateiros) a responsabilidade pela degola de guerrilheiros mortos. Por fim, o conceito do coronel de bandidos – como ele qualifica os guerrilheiros; e de resto assim os opositores eram vistos na época do regime militar – fortalece culturalmente a noção de ser bandido nesta nação. Enquanto o governo militar combatia com armas quem de armas na mão não tinha outra maneira de divergir, a estrutura do Estado brasileiro era corroída (como continua a ocorrer, desta vez com a Polícia Federal fazendo a coisa certa), dominada pelos verdadeiros bandidos, leais e cordatos ao estilo do “cosa nostra”, que defenestravam e dilapidavam a riqueza deste país, enchendo as contas dos bancos suíços e dos paraísos fiscais. E isso nunca foi segredo, embora somente agora esteja sendo possível pegar alguns.

Embora por caminhos tortuosos, nós vamos conseguindo escrever uma história que nos possibilitará superar traumas do passado. O livro de Luiz Maklouf é uma dessas peças. E o depoimento do coronel Lício Augusto – embora com todos os questionamentos a ele pertinentes –, cumpre um papel importante: a possibilidade de um encontro com nossa história para podermos averiguar o que diz cada um dos lados envolvidos. O que não se pode admitir é a tentativa criminoso de apagar de nossa memória fatos que representam a construção de uma nação, como vem sendo feito com a queima de arquivos, de documentos fundamentais para estabelecermos um parâmetro entre as versões apresentadas. Aqueles que estiveram envolvidos neste conflito, muitas vezes cumprindo tarefa contrariando suas consciências, estão chamados a prestar depoimentos e a apresentar os documentos que porventura tenham em mãos, para dessa maneira fecharmos esse capítulo da história do Brasil.

Nos últimos anos, segundo muitas reportagens de vários órgãos da imprensa – as revistas *Época* e *Is-toÉ*, o *Correio Braziliense* –, de fato houve execuções por parte dos militares de guerrilheiros já presos e após terem sido torturados. Claro, isso não se constitui novidade – a novidade é isso ser confirmado por

soldados que testemunharam tais execuções. Essa espécie de mosaico, em que vai se constituindo a História da Guerrilha do Araguaia, parece interminável.

Nos últimos dias veio à tona pelo Jornal *O Estado de Minas Gerais* e pelo *Correio Braziliense*, a existência de um “livro secreto” sobre a Guerrilha, que teria sido produzido a mando do general Leônidas Pires, e só não publicado porque teria recebido um veto do então presidente da República José Sarney. Em uma série de reportagens publicadas nos dois jornais, o jornalista Lucas Figueiredo, que teve acesso aos originais, apresenta uma versão pretensamente oficiosa dos militares. O jornalista entregará os originais à Comissão dos Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, mas reconhece que muitos dos fatos contidos no chamado *Livro Negro do Terrorismo no Brasil* são inverossímeis e, segundo ele, a exposição do mesmo poderia prejudicar as pessoas ali citadas. Percebe-se que para driblar a cobrança permanente de divulgação oficial de documentos relativos à Guerrilha, os militares optaram por construir através desse livro uma versão que pudesse isentá-los de responsabilidades sobre pérfidos acontecimentos que cercam esse movimento guerrilheiro. Mas não se furtam em reconhecer a morte, não oficialmente admitida, de 16 guerrilheiros que se encontrariam sob responsabilidade militar. Teriam, portanto, sido de fato executados.

Anacronismo – É preciso ter bastante cuidado ao nos referirmos a esse e a outros acontecimentos daquele período. Uma das maiores “heresias” históricas é se referir a esse e a outros conflitos e não identificar como era a América Latina e o Brasil, politicamente falando, há 30, 40 anos. Evidentemente, o comportamento político era outro, os partidos de esquerda, principalmente as organizações marxistas, estavam sufocados e perseguidos, sua militância ca-

çada e armada para a guerra. Portanto, tudo isso nos aponta para uma situação em que as decisões a serem tomadas se dessem em um clima de forte repressão e de beligerância, determinando assim táticas e estratégias que não se encaixam nas condições atuais em que vivemos.

Cada indivíduo é fruto de sua época. Seu comportamento, suas escolhas, hábitos, cultura, cada momento de sua vida é definido pela maneira como naquela época se comportam os elementos que compõem a estrutura da sociedade. Em sua base, com o funcionamento de objetos construídos sobre valores determinados por quem controla o sistema econômico, ou em nossas consciências, formando e conformando valores culturais que refletem a condução dessas construções, desses objetos. Assim, cada época só se explica por ela própria. Tentar entender acontecimentos de décadas passadas à luz de comportamentos ou de conjunturas que refletem uma realidade deste momento é um erro a que em história chamamos de anacronismo.

À luz daquele contexto histórico, e não do atual, devemos analisar tanto a Guerrilha do Araguaia como outros movimentos revolucionários, golpes, guerrilhas. As gerações passadas saberão identificar as análises honestas se o anacronismo não estiver presente nessas interpretações, e as gerações atuais não se sentirão enganadas quando confrontarem determinados textos com o conhecimento histórico que inevitavelmente advirá, mas certamente saberão que a construção da história não está isenta da contaminação ideológica.

Romualdo Pessoa Campos Filho é historiador e professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG e autor do livro *Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas*. Editora da UFG, 1997.

Referências

- AMAZONAS, João et alii. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.
- CARVALHO, Luis Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia – Os arquivos secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

Em homenagem a João Amazonas

HAROLDO LIMA



Em maio deste ano registram-se cinco anos sem João Amazonas. Personagem marcante da história do país e do Partido Comunista do Brasil,

Amazonas foi um persistente defensor do desenvolvimento da teoria revolucionária. Em 1981, ele teve papel decisivo na criação de *Princípios* – uma revista que à luz do marxismo perscruta os dilemas da luta presente, investiga a realidade brasileira e internacional e procura fundamentar o futuro do movimento transformador. *Princípios* reproduz aqui a homenagem do 11º Congresso do PCdoB a seu dirigente, ideólogo e construtor

Era um homem que falava pouco de si próprio. Fazia história, mas esmaecia a sua própria. Nas últimas seis décadas, seu rastro permeia a trajetória de lutas da classe operária e do povo brasileiro. Homenageá-lo é seguir essa trajetória identificando nela as digitais do homem a quem esse Congresso agora reverencia, João Amazonas de Souza Pedroso.

Corria o ano de 1935. No mundo crescia o nazi-fascismo, que também se ensaiava pelo Brasil. Para fazer-lhe frente, organizou-se a Aliança Nacional Libertadora que passou a se desenvolver pelo país afora com seu lema "Pão, Terra e Liberdade".

Em Belém, o jovem Amazonas, de 23 anos, balançava-se em uma rede, quando escutou pelo rádio o chamado para um comício dessa Frente. Pulou da rede, foi para o comício. Empolgou-se. No dia seguinte pediu ingresso na ANL e dias depois foi convidado a entrar no agrupamento que dirigia a frente, o Partido Comunista do Brasil.

Começava assim uma militância que iria se desenvolver por 67 anos e que desde logo fez o batismo de fogo naquele jovem: quinze dias de cadeia por organizar sindicato. Depois, nova cadeia, de um ano e meio, em conse-

quência do Levante de novembro de 1935. E já estava completando um ano na sua terceira cadeia, quando toma conhecimento, em junho de 1941, de que a Alemanha nazista invade a União Soviética.

Amazonas estava preso com outro jovem com quem iria militar por toda a vida, Pedro Pomar. Os dois, e mais alguns, no cárcere, sentiram-se atingidos com aquela agressão à Pátria Socialista e juraram fugir da prisão para continuar a luta. Evadiram-se dois meses depois e rumaram para a então capital da República, o Rio de Janeiro, onde conheceram Maurício Grabois. Pouco depois, em 1943, a mesma Conferência da Mantiqueira que elege Prestes, ainda preso, secretário-geral do Partido, elege também para seu Comitê Central João Amazonas.

Derrotado o nazi-fascismo na II Guerra, cresce bastante o prestígio dos comunistas, pois afinal o

Exército Vermelho basicamente derrotara Hitler. Um clima de liberdade se espria pelo Brasil, vem anistia e eleições.

Mas os trabalhadores estavam, naquele momento, bastante desorganizados. Amazonas lidera então o Movimento Unificador dos Trabalhadores, o MUT, que preparou um Congresso Sindical em setembro de 1946, nos belos salões do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quando se criou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, a CGTB.

Nas eleições seguintes, em dezembro de 1945, o Partido já aparece com sua fisionomia, lança um candidato a presidente da República, consegue 10% dos votos, elege 14 deputados federais, o deputado mais bem votado do Distrito Federal, João Amazonas, o se-



Amazonas, foto da prisão, anos 30

gundo mais bem votado do mesmo Distrito Federal, Maurício Grabois e o senador mais votado da República, Prestes. A bancada tinha outros nomes de projeção, como Carlos Marighela, Jorge Amado, Gregório Bezerra, Milton Caíres de Brito e o líder ferroviário Claudino Silva, único negro em toda a Constituinte.

Menos de dois anos depois, em 1947, o Partido foi de novo posto na ilegalidade. Os pretextos foram vários, mas a razão de fundo uma só: estava crescendo muito. Amazonas nunca mais voltou a se candidatar ao Parla-

mento. Empenhou-se em entender seu país, o mundo e o socialismo.

Seu papel em 1962 foi decisivo. Após a morte de Stalin, em 1953, os comunistas de todos os países viram, surpresos, em 1956, o Partido Comunista da URSS, em seu XX Congresso, sob a batuta de Nikita Krushev, desfechar crítica arrasadora contra a experiência de construção do socialismo na URSS, pretextando erros da direção de Stalin. Se bem que erros ocorreram, e de gravidade, era injusta a crítica unilateral, totalizante, e negativista, àquela experiência.

A repercussão desses fatos no Brasil desencadeou grande polêmica.

Surgiram na direção do Partido opiniões que defendiam tantas mudanças de rumo que se perdia o rumo. Foi aprovada uma Declaração de Março de 1958 que era assim, sem rumo, ou sem rumo socialista. No

mesmo sentido apareceram as Teses para o V Congresso, convocado para 1960. A polêmica incendiou-se.

Amazonas encabeçou a crítica à linha da Declaração de 1958 e das Teses, por ele chamada de “linha confusa e de direita”. Escreveu: “o Partido deve incluir no âmbito de suas atividades a luta pelas reformas”, mas não pode “desligar a luta pelas reformas de seus objetivos maiores”. Observou que um Partido revolucionário cuja política “se limita a simples reformas” não é revolucionário e “não consegue atrair” os setores avançados da população. Advertiu que o Partido “precisa dizer às massas as causas profundas da sua difícil situação” e, mais que isto, “dar uma perspectiva clara para o povo”. E concluía: “Manifesto-me contra a linha da Declaração e das Teses” (*Novos Rumos*, números de junho de 1960).

O clima abrasado do Congresso produziu ardência e pouca luz e optou-se por excluir do novo Comitê Central Amazonas e diversos camaradas que haviam reorganizado, pouco antes, o Partido na Mantiqueira.

Eis que em agosto de 1961, indo além das posições de “direita”, prevalecentes no V Congresso, *Novos Rumos*, o jornal do Partido, comunica que alterações de fundo seriam feitas no Programa do Partido, em seus Estatutos e no seu nome – que deixaria de ser Partido Comunista do Brasil e passaria a Partido Comunista Brasileiro – supostamente para facilitar seu registro legal. Nem o V Congresso tinha ido tão longe.

A reação de Amazonas foi imediata. Junto com Mauricio Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Elza Monnerat, Ângelo Arroyo e outros denunciaram que aquilo significava a criação de um outro partido e convocaram uma Conferência Extraordinária para discutir a questão. A Conferência se reuniu em fevereiro de 1962 e reorganizou o Partido, mantendo aspectos centrais de seu Programa, seus Estatutos e seu nome de fundação Partido Comunista do Brasil. Só a sigla antiga foi alterada, surgindo a marca PCdoB em lugar da antiga PCB.

O gesto daquela plêiade de comunistas, tendo à frente Amazonas, Grabois e Pomar, teve enorme significado e é responsável por estarmos aqui.

Olhando mais de perto, aquele gesto assegurou a continuidade do Partido fundado em 1922, mas não uma continuidade linear.

Pode-se dizer que o Partido pós-1962, o PCdoB, por um lado, é a continuidade do velho Partido de

1922, mas, por outro, é fruto de concepções diferentes das que predominaram no antigo Partido, e que deram na “linha confusa e de direita” do V Congresso. Mais que isto: o Partido foi desenvolvendo, de 1962 para cá, um pensamento novo, terminando por ter hoje um pensamento comunista desenvolvido nas condições do Brasil.

Esse pensamento, segundo formulações que passo a citar livremente de João Amazonas, destaca a necessidade da interligação de dois conceitos básicos na política do Partido, os conceitos de “objetivo” e o de “movimento”. Quando se sustenta o “objetivo” de forma abstrata arrisca-se a se “menosprezar a política em curso no país”, quando se agarra unilateralmente ao “movimento”, cai-se na “política do dia-a-dia”. A propaganda e a agitação de nossos objetivos são indispensáveis, “mas não bastam”, é necessário “esforço para elevar o grau de consciência e a combatividade das massas” e elevar sua organização. Tudo isso é que é “acumular forças” e “construir Partido”. É necessário “participar da vida política em curso no país”, estar presente nos “pleitos eleitorais”, ter em conta que “acordos e compromissos são inevitáveis” e que se deve “ampliar” a base de apoio das lutas para se poder ir mais a fundo nos pleitos (*Novos Rumos* números de julho de 1960).

A prática e a elaboração coletiva é que permitiram o surgimento desse pensamento marxista-leninista do PCdoB sobre a política nas condições brasileiras. Mas o seu formulador maior sempre foi João Amazonas.

A clarividência de Amazonas revelou-se de novo quando do exame do golpe de 1964 e suas saídas. Na VI Conferência, pelo seu prognóstico, a ditadura demoraria e a saída daquela exceção teria de passar por uma “Assembléia Constituinte livremente eleita”. Era junho de 1966, a Constituinte viria 20 anos depois.

Na continuidade o Estado de Direito foi negado, o Parlamento cerceado, o sindicalismo submetido, a imprensa censurada, a cultura monitorada, as eleições supressas ou deformadas. Os que, a despeito de tudo, protestavam ou divergiam podiam ser presos, torturados ou mortos.

O PCdoB acompanhou atentamente o processo de encasulamento completo da liberdade no país. E decidiu: em situações deste tipo um povo brioso tem o direito de trocar a arma da crítica pela crítica das



Amazonas (destaque) na bancada comunista da Constituinte de 1946

armas. E o Araguaia surge dessa consciência dramática e da têmpera do nosso Partido.

Mais uma vez quem liderou essa opinião no seio do Partido, quem pensou os detalhes do plano guerrilheiro e quem foi residir no Araguaia para conduzir o processo foi Amazonas. Para lá foram outros 69 quadros do Partido, alguns dos mais destacados, como Maurício Grabois, o metalúrgico Ângelo Arroyo, Osvaldo Costa, o Osvaldão, Elza Monnerat, Elenira Rezende, Dinaelza Coqueiro e tantos outros, a quem neste momento rendemos nossa homenagem.

Por essa época, a Ação Popular, um agrupamento jovem e aguerrido que militava bravamente contra a ditadura, preparava-se para se incorporar ao PCdoB, depois de longo debate ideológico e político. O aparecimento do Araguaia acentuou a importância e a urgência da ida ao PCdoB, para fortalecê-lo naquele momento dramático. Na mais completa clandestinidade, em pleno curso da luta guerrilheira, Amazonas e Pomar recebem a mim e ao Renato. Expusemos a decisão da AP de se incorporar ao Partido, especialmente face à emergência do Araguaia, para ajudar na luta, sob a forma que fosse, onde preciso fosse. Ne-

nhum cargo diretivo foi pleiteado. Amazonas olhou-nos, escutou-nos e disse: "no Brasil é um ato de coragem querer entrar em um partido como o PCdoB; com o início do Araguaia, nós todos estamos condenados; entrar, agora é colocar o nome na lista dos condenados, e é o que vocês estão fazendo; recebam o nosso abraço pela coragem com que estão se comportando". Sentimos que aquela elevada valorização se dirigia à destemida juventude de nosso país, que era de onde provinha a maioria da militância da AP.

O Araguaia foi derrotado, mas cumpriu um papel de destaque na luta antiditatorial e foi para as páginas da história do Brasil. João Amazonas escapou por acaso de ser ali trucidado. Nas avaliações internas da luta, na busca das lições a se extrair do feito, sua defesa do acontecido, o realce que dava ao significado daquela luta, tudo ele fazia com densidade, rigor e profundidade, mas também com o sentimento de um apaixonado. Quando estava prestes a morrer pediu que suas cinzas fossem jogadas no Araguaia.

As grandes greves do ABC paulista, do final da década de 1970, e a Anistia de 1979 mostravam que a ditadura estava cambaleante. As eleições de 1982 refor-

çaram as fileiras democráticas no Congresso Nacional e daí surge, em 1983, a campanha das Diretas-Já.

A campanha foi um exemplo de amplitude, dela participando presidentes de Partidos, governadores de estado, prefeitos de capital, artistas, jornalistas etc. O povo se empolgou e as jornadas das Diretas-Já foram das maiores já vistas no Brasil. Entretanto, a despeito do enorme apoio popular, as Diretas-Já não foram aprovadas no Congresso, por poucos votos.

Colocou-se então o problema do que fazer em seguida. No Congresso surgiram setores que começaram a articular um movimento chamado Só-Diretas. A idéia era responder à derrota das Diretas-Já com uma espécie de boicote ao Colégio Eleitoral. E João Amazonas não concordou com isso.

Em primeiro lugar ele partiu para ganhar seu Partido, com argumentação sólida e irretocável. Dizia o João, que toda nossa luta era para pôr fim ao regime dos militares e abrir uma quadra nova na vida brasileira. A forma de se pôr esse fim, era a que a vida apontasse. Há vinte anos lutamos, dizia, e não hesitamos em ir ao Araguaia. A campanha das Diretas-Já fora uma oportunidade de ouro para virar essa página. Mas perdemos. Mas perdemos por pouco e ficamos em posição de força. Ir ao Colégio Eleitoral, agora, não é ir para fortalecê-lo. Com um candidato democrata que se comprometa a ir ao Colégio Eleitoral para acabar com ele, poderemos por fim à ditadura.

Assim Amazonas ganhou o seu Partido. Mas não ficou aí. Franzino, mas lépido, ele, o homem do Araguaia, foi para Belo Horizonte conversar com o governador mineiro Tancredo Neves. Mostrou-lhe que a hora era aquela e que aquela oportunidade não poderia ser perdida. Que Tancredo teria de articular apoios no Colégio, comprometendo-se a acabar com o mesmo. Que o povo brasileiro entenderia o alcance democrático de sua posição e que os comunistas o apoiariam e diriam abertamente porque o apoiavam.

Miguel Arraes, posteriormente, relatou ter ouvido Tancredo dizer como aquela conversa com o Amazonas fora importante para a tomada de sua posição favorável a renunciar ao Governo de Minas e ir ao Colégio Eleitoral para acabar com ele.

Em Brasília, o Grupo Só-Diretas continuava se movimentando e havia uma certa idéia de que posição de esquerda era aquela. Amazonas, em meu apartamento funcional, resolveu fazer reuniões com

parlamentares democratas de todas as tendências. Houve reuniões em que não havia lugar para se sentar, mas havia silêncio para escutar o João. Defecções começaram no Só-Diretas, que depois se desfez.

A dezoito de janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral se reúne. Tancredo é eleito Presidente da República e em sua primeira fala proclama "esta foi a última eleição indireta do País". Como Amazonas dissera.

Grande perda foi a morte de Tancredo. Deu José Sarney na Presidência, que começou acabando com a censura à imprensa, retirando intervenções em sindicatos, reconhecendo as centrais sindicais, a CUT e a CGT, legalizando a União Nacional dos Estudantes e os partidos proscritos, como o PCdoB. Convidou para ir ao Planalto e ao Alvorada o próprio Amazonas. E convocou a Constituinte. Foram medidas que impressionaram vivamente a João Amazonas.

A Constituinte de 1987-88 foi o grande acontecimento que se seguiu ao fim do regime militar. Como presidente do Partido, cabia a Amazonas acompanhar a bancada comunista em Brasília. Mas ele praticamente se mudou para lá e acompanhou e participou das discussões constituintes em detalhe. A bancada do PCdoB apresentou, na Constituinte, segundo o Prodasen, 1003 emendas, das quais foram aprovadas, total ou parcialmente, 204. Pois bem. Amazonas participou da elaboração de quase todas.

Nessa trajetória, desde o início das Diretas-Já, encontros com políticos eram freqüentes, sendo digno de registro as reuniões havidas entre Amazonas, Brizola, Arraes e Lula. Como destes só Lula está vivo, e com saúde plena, a lembrança dessas reuniões vale como registro de uma época que já se foi.

A Constituição votada apontou 1989 como o ano da primeira eleição direta para Presidente da República desde 1960. É quando entra nas cogitações políticas o nome de Lula para Presidente.

Pode-se imaginar a alegria de João Amazonas quando verificou ser real a hipótese de um operário chegar à Presidência da República.

Impressionavam-no a confiança e a esperança que Lula despertava na multidão. Alegrou-o saber que todo aquele prestígio vinha da história de luta daquele companheiro que, além de tudo, tinha marcas plebéias imperecíveis. Contando com candidato tão promissor, o ponto-chave, a ser trabalhado, era o da constituição de uma frente progressista dotada de um Programa.



João Amazonas

A coligação que apresentou Lula pela primeira vez como candidato à Presidência da República, em 1989, tomou o nome de Frente Brasil Popular por sugestão de Amazonas. Formavam a frente PT, PSB e PCdoB, uma frente de esquerda, portanto. A campanha empolgou o eleitorado, seu candidato quase consegue a vitória. Desempenho excelente também teve Lula nas campanhas que se seguiram. Quase consegue vitórias.

Mas Amazonas tinha um ponto de vista que expunha desde a primeira campanha: nas condições atuais brasileiras, inseridas nas condições da América Latina e do mundo, seria muito difícil a esquerda sozinha, ou uma frente de esquerda, ganhar uma eleição presidencial. Daí a insistência de João para que se procurasse ampliar a frente, com pessoas honestas, brasileiras de nascimento e de espírito, gente capaz, que representasse melhor esse estrato liberal-

democrático da nacionalidade. A frente poderia ser ampliada sem renúncia de sua direção, teria um caráter de centro-esquerda e, ampliada e sob direção justa, poderia conseguir objetivos maiores.

Ficou alegre quando soube que Lula, na articulação de sua quarta campanha, a de 2002, procurava ampliar a frente. Disse-lhe pessoalmente, na sede do PCdoB, em São Paulo – provavelmente a última vez que avistou Lula – que a escolha de José Alencar para seu vice, era uma boa escolha. Que isto permitiria levantar, durante a campanha, bandeiras amplas, expressão dos anseios não apenas de uma facção de brasileiros, mas de todos.

Amazonas não chegou a ver a vitória de Lula nas eleições de 2002.

Faleceu, cinco meses antes. Perante seu corpo, velado na Assembléia Legislativa de São Paulo, a despedida feita a ele pelo Comitê Central do Partido foi escutada por Lula e terminava mais ou menos assim.

“João, você muito nos ensinou. Mais com o exemplo do que com a palavra.

Exemplo de firmeza, simplicidade, flexibilidade, bravura e candura. Por isso, quando você se vai, ficamos desolados, mas não órfãos. Porque você semeou dragões e educou-nos na arte da luta.

Ensinou-nos a ver a essência dos fenômenos que ficam atrás das aparências enganosas. Quando parecia que o socialismo estava caindo pelo mundo afora e muitos abandonavam símbolo, nome e cor você nos disse - calma, o que está sucumbindo é uma experiência socialista, não o socialismo e o que nos cabe fazer é levantar alto e com orgulho nosso símbolo, nome e cor.

Ensinou-nos a ver nosso Brasil na sua grandeza e diversidade, sem soluções fáceis, mas com soluções possíveis, onde a capacidade de se encontrar saídas depende do rumo justo que se adote.

E ensinou-nos a manter seu Partido sintonizado com o povo, com a têmpera que o levou ao Araguaia, com a flexibilidade que o fez ir ao Colégio Eleitoral, com a lealdade com que apoia aliados como Lula, desde 1989.

Nós lhe prometemos João, que haveremos de tudo fazer para sermos seus dignos seguidores”.

Intervenção de Haroldo Lima, em nome do Comitê Central, no plenário do 11º Congresso do PCdoB (22 de outubro de 2005).

Assine para ter *Princípios*



- Artigos dos mais conceituados intelectuais do país em uma só publicação.
- Idéias dos principais autores da mais nova geração de pensadores.
- Análises da conjuntura nacional e internacional.
- Temas de interesse nacional.



ASSINE E GANHE

Ao assinar *Princípios* por 3 anos, ou renovar a sua assinatura pelo mesmo período, você pode escolher de presente qualquer livro do selo Anita.



Não perca esta oportunidade !



Ao indicar um amigo para assinatura, você ainda ganha uma camiseta à sua escolha*

Você pode assinar pelo site www.anitagaribaldi.com.br

Pelo telefone 11.32891331 com Claudia, ou ainda enviar o cupom de assinaturas, da última página, pelo correio.

Assinatura anual: R\$ 45,00
Assinatura bienal: R\$ 85,00
Assinatura trienal: R\$ 115,00



PRINCÍPIOS ON-LINE

Você tem acesso exclusivo ao conteúdo de edições anteriores <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/>

Princípios - uma publicação da Editora Anita Garibaldi
R. dos Franceses, 04 - Bela Vista - 01329010 - São Paulo - SP

As camisetas da promoção indicam um amigo estarão sujeitas a estoque.

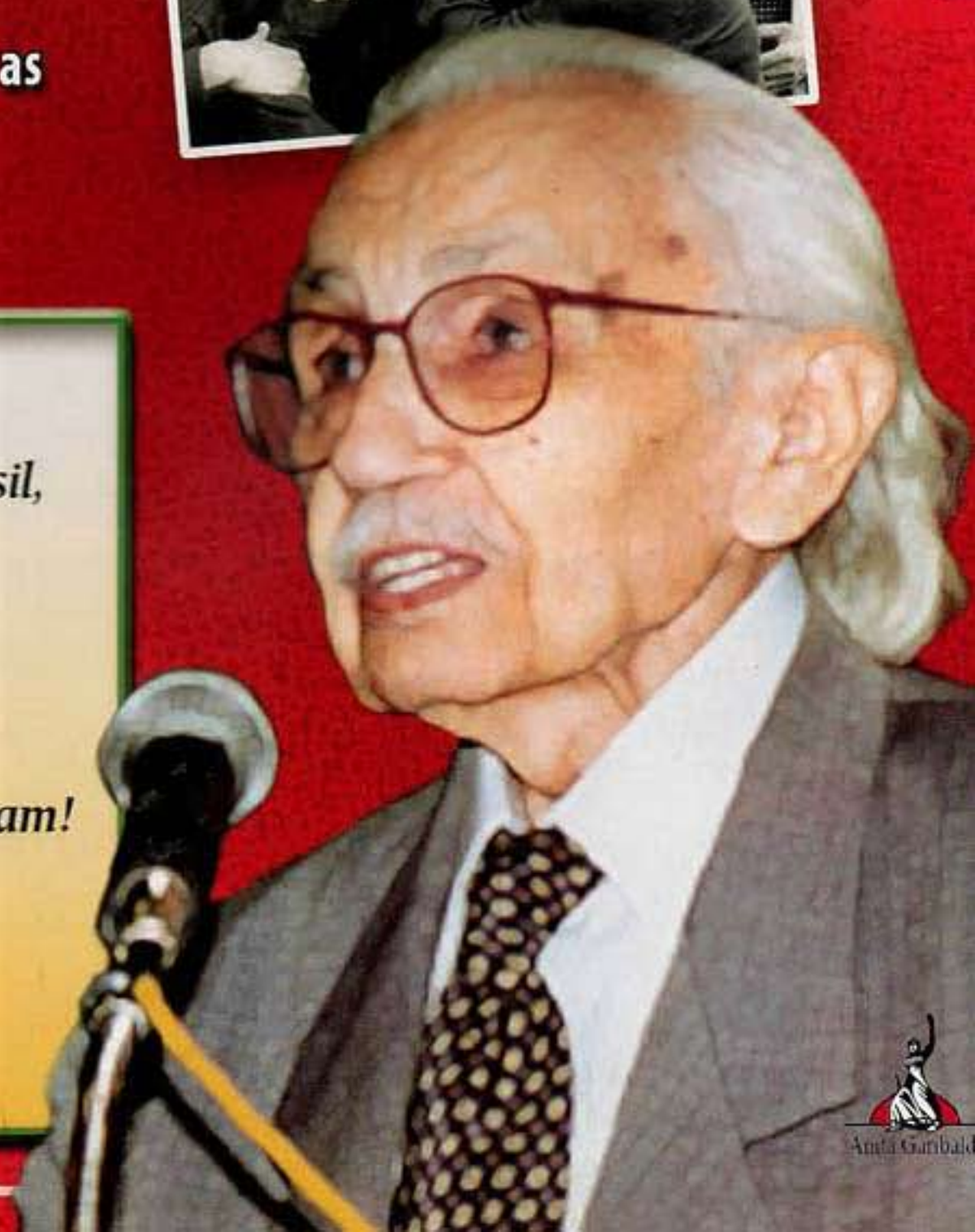
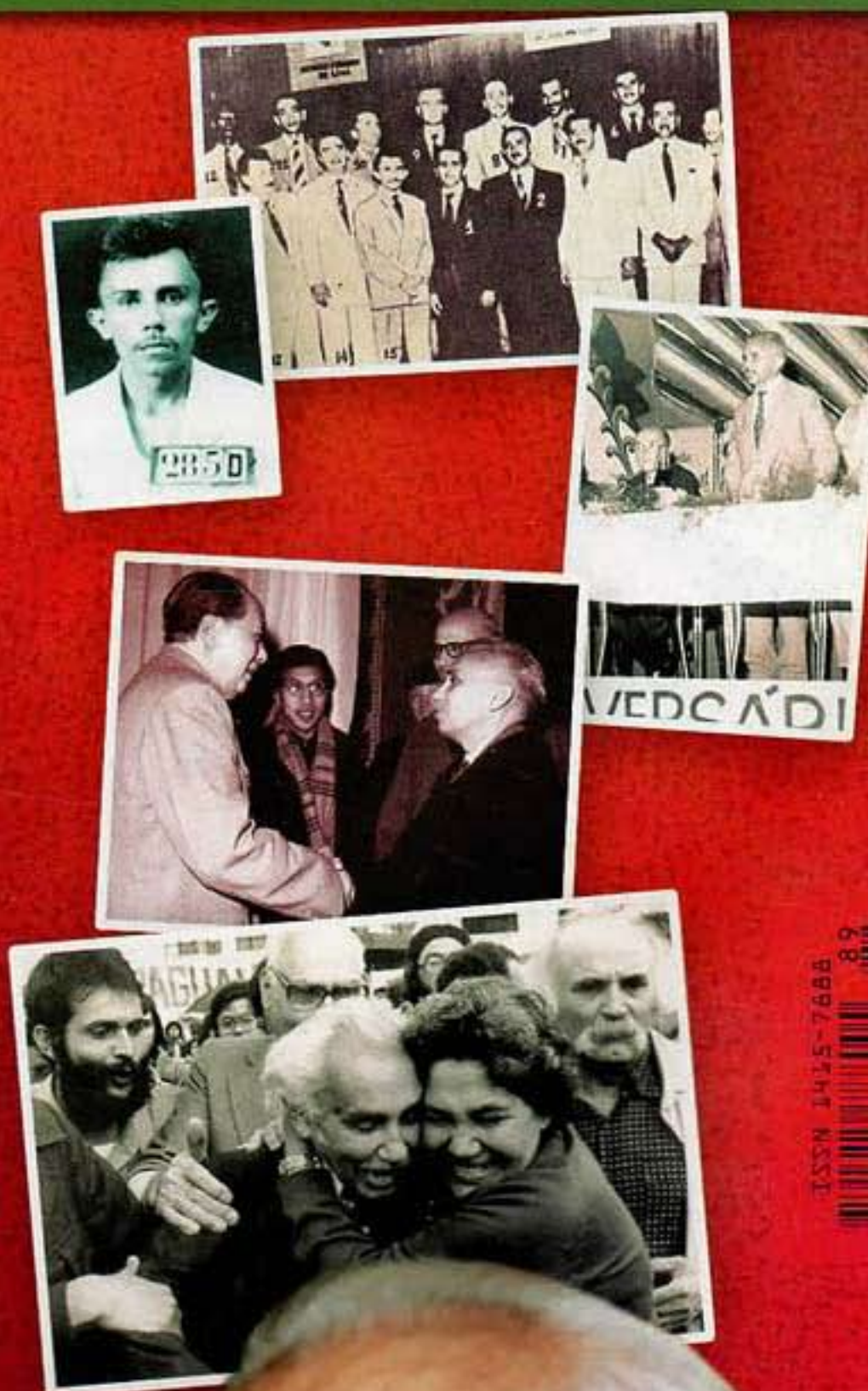
João Amazonas

um legado que alimenta a luta transformadora

João Amazonas faleceu em 27 de maio de 2002. Ele teve uma existência longa e frutífera. Foram 90 anos de vida – dos quais quase setenta dedicados à militância revolucionária. Ele foi um dos mais destacados construtores e ideólogos do Partido Comunista do Brasil. Enfrentou com altivez prisões, exílio, e privações de toda ordem e nunca se afastou das batalhas travadas pelo Partido e o povo. O legado que deixou abarca um pensamento político e uma prática transformadora, o que contribuiu para importantes vitórias do Brasil e de seu povo. A defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos dos trabalhadores e do socialismo é a essência da vida desse grande brasileiro. Este legado continua a alimentar o ânimo e as convicções de gerações pela conquista do socialismo em nosso país.

*“(...) Ele se foi, mas continua
Nas lutas do Partido Comunista do Brasil,
Sua maior obra, seu maior legado.
Ele se foi, mas pulsa
Nos corações dos que o amavam.
Ele se foi, mas está presente
Nas batalhas que os trabalhadores travam!
Ele se foi, mas continua
Nos nossos punhos cerrados!”*

(Uma homenagem, de Adalberto Monteiro)



ISSN 1415-7666

